

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

VALÉRIA SANTANA FERNANDES

O IDOSO CIDADÃO DE DIREITOS: uma análise da atuação do Conselho
Estadual do Idoso em Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS

2004

VALÉRIA SANTANA FERNANDES

O IDOSO CIDADÃO DE DIREITOS: uma análise da atuação do Conselho
Estadual do Idoso em Santa Catarina

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 05/07/04

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Profª Rosana de Carvalho Martinelli Freitas.


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

VALÉRIA SANTANA FERNANDES

O IDOSO CIDADÃO DE DIREITOS: uma análise da atuação do Conselho
Estadual do Idoso em Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço
Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

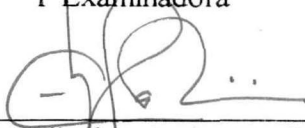
BANCA EXAMINADORA



Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, Doutora.
Orientadora



Heloisa Maria José de Oliveira, Doutora.
1ª Examinadora



Edi Mota Oliveira, Assistente Social.
2ª Examinadora

Florianópolis, julho de 2004.

Dedico como oferta de amor e gratidão a duas pessoas ‘chaves’ em todo meu processo acadêmico. Primeiramente ao Deus Trino (Pai, Filho e Espírito Santo) presença viva em mim. Depois, a Lyginha, instrumento de Deus para abençoar minha vida, apoiando-me e incentivando-me nesta conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, toda honra e glória ao Deus Trino, na pessoa do Senhor Jesus Cristo, pois nos momentos mais felizes ou nos mais críticos de toda minha vida sempre estive ao meu lado, quando não, me “carregava nos braços”. Louvo ao Senhor, por mais esta vitória.

À Lyginha, minha patroa e amiga, que me proporcionou tempo, espaço e carinho para que eu vencesse mais esta etapa da vida. Obrigada por TUDO. Também a todos seus familiares e amigos, que sempre me acolheram com carinho. Em especial: Dr. Timm, Deoni, Sr. Renato, Mara, Paulo Lago (in memória), tia Lourdes. Por todo apoio e incentivo. Minha profunda gratidão.

Minha grande amiga, Evelyn, companheira de estudos, de orações, ombro amigo e confidente, exemplo de vida e, incentivo nos momentos de desânimo. As palavras não têm a grandeza da gratidão que sinto pela rica amizade e pelo amparo espiritual que você e sua família me proporcionaram.

Meu querido Aurélio, obrigada pelo carinho, atenção, companheirismo e conforto espiritual. Ao nosso Deus, todo louvor, por nos unir em um elo de amor.

A minha mãe, Luiza Santana, e meu pai, José Fernandes. Agradeço por todo esforço e sacrifício que sempre fizeram por mim. Acreditem, valeu a pena! Amo vocês.

Aos familiares e amigos (de Brasília), de uma forma geral vocês sempre foram às pessoas que me motivaram a lutar para vencer. Eu os amo de paixão. Agradeço em especial aos queridos manos Moisés e Cidilene, por todo apoio, mesmo longe me ajudaram na correção do TCC.

Também ao Ezequiel e a Francis, pelo apoio na digitação e formatação de documentos para meu TCC. A Evelyn, a Deoni, a Mara, a Valéria Carvalho por corrigirem partes de meu TCC.

As colegas de trabalho: dona Maria e Claudete por todo apoio e amizade.

As minhas amadas colegas de turma, todas em especial. Nestes quatro anos, em companhia de vocês vivenciei uma experiência de grande aprendizado para a vida e profissão, levarei por toda vida ótimas recordações de cada uma de vocês.

Aos professores e funcionários da UFSC, que prestaram um serviço de qualidade.

Ao meu querido amigo e professor, Natanael Maciel, por ter dedicado tempo para nos ajudar nos estudos para o vestibular da UFSC, em 1999.

Ao Presidente do Conselho Estadual do Idoso, Dr. Hélio e aos respectivos funcionários e Conselheiros pelo espaço cedido para desenvolver o estágio curricular, e por todo apoio dedicado. Em especial dona Edi Mota Oliveira, Secretária Executiva e Supervisora de Campo, meus sinceros agradecimentos.

Ao NETA, na pessoa da professora Heloisa Oliveira, pela riquíssima experiência de estágio. As colegas e supervisoras, abraços com carinho.

Meus profundos agradecimentos a Maria Cecília A Godtsfriedt e Jussara Bayer do NETI/UFSC; Elisabeth Bahia Ferrer e M^a Lúcia S. Ritzmann (INSS/SC); Funcionários do IBGE (Fpolis/ Centro); Dona Lao (CEAS); Ana (CEDCA); Loiva Trombine (GEAPI/SDS); Elaine Goerdert Proença e Ana Marila Bonassa (GEAP/SDS); Nedir W. da Silva (GERAI); à Valéria Carvalho (GEBSS); Deusita L. da Cruz (MDS); Cláudio Thomas (Editor Chefe-DC) por disponibilizarem matérias, tirar dúvidas, pela atenção dispensada e por indicarem caminhos.

A Assistente Social e amiga, Fátima Nascimento, por todo apoio, e incentivo.

Com imenso carinho e admiração, a professora Rosana Martinelli, Obrigada, por “gotejar” teus saberes sobre o terreno sedento de minha mente. Obrigada pela paciência, pelo incentivo, e por motivar meu aprendizado.

À Banca Examinadora que aceitou o convite.

Ao Deus Supremo, toda oferta de gratidão e amor por mais esta vitória conquistada.

Valéria Santana Fernandes.

[...] uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos conhecimentos materiais e morais: mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido.

Norberto Bobbio

RESUMO

FERNANDES, Valéria Santana. **O IDOSO CIDADÃO DE DIREITOS: uma análise da atuação do Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina.** 2004. p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina.

Este estudo tem como objetivo analisar o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina (CEI/SC) que se constitui em um espaço de defesa e garantia dos direitos dos idosos. A legitimação do Conselho de deliberação coletiva e permanente se encontra na Constituição Federal de 1988 e nas leis que a regulamentam, como Constituição Estadual de Santa Catarina, Política Nacional do Idoso, Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto do Idoso. O Conselho Estadual do Idoso tem por competência formular, acompanhar e fiscalizar a Política Social do Idoso, assim como propor medidas que defendam e garantam os direitos dos idosos. Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se recuperar a concepção teórica do termo idoso, analisando algumas questões do idoso no Brasil e em Santa Catarina. O CEI/SC tem a competência de deliberar em favor dos direitos de cidadania do idoso. Para a análise proposta, utilizou-se a abordagem qualitativa, fazendo-se uso da técnica de análise documental e bibliográfica, utilizando-se como fonte para coleta dos dados, os registros do Conselho Estadual do Idoso, ou seja, as atas das Reuniões Plenárias do CEI/SC, equivalentes ao período de março de 2000 a dezembro de 2003, os Regimentos Internos do CEI/SC, das Comissões Regionais do Idoso e dos Grupos de Trabalho do Conselho no Estado. Foram analisados também às Leis que instituíram a Política Nacional e a Política Estadual do Idoso em Santa Catarina além do Estatuto do Idoso. Buscou-se desenvolver a análise com base no estudo realizado a respeito do Sistema de Garantia de Direitos do cidadão, destacando os três eixos que o compõe, ou seja: Promoção, Defesa e Controle Social. Com a análise desses dados, amplia-se a compreensão do espaço ocupado pelo Conselho do Idoso na defesa e garantia dos direitos dos idosos, conseqüentemente, levantam-se algumas conquistas deste órgão e quais os desafios para que desempenhe suas funções, com o objetivo de se firmar como um espaço público de deliberação em favor do cidadão idoso. Com esta análise pretende-se colaborar com o debate e o aprofundamento da compreensão dos conselhos, procurando contribuir na construção da memória histórica do CEI/SC, a partir do esforço para recuperar as ações desenvolvidas por este órgão, no período de 2000 a 2003.

Palavras-chaves: *Idoso, Assistência Social, Conselho Estadual do Idoso, Promoção, Defesa e Controle Social.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da concessão e dos gastos com o BPC- LOAS no período de 1996 a 2003 no Brasil e em Santa Catarina.

Tabela 2 – Conteúdo das Atas das Reuniões realizadas no período de março de 2000 a dezembro de 2003, no Conselho Estadual do Idoso.

LISTAS DE SIGLAS

API – Atenção à Pessoa idosa
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAP's – Caixa de Aposentadoria e Pensões
CF – Constituição Federal
CLT – Consolidação da Lei do Trabalho
I CEAS – I Conferência Estadual de Assistência Social
II CEAS – II Conferência Estadual de Assistência Social
III CEAS – III Conferência Estadual de Assistência Social
IV CEAS – IV Conferência Estadual de Assistência Social
I CNAS – I Conferência Nacional de Assistência Social
II CNAS – II Conferência Nacional de Assistência Social
III CNAS – III Conferência Nacional de Assistência Social
IV CNAS – IV Conferência Nacional de Assistência Social
CEAS – Conselho Estadual da Assistência Social
CEI/SC – Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina
CF – Constituição Federal
COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
COHAB – Companhia Estadual de Habitação
CRESS 17º Região – Conselho Regional de Serviço Social 17º Região
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CRI - Comissão Regional do Idoso
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FDA – Fundo dos Direitos do Idoso
FEHAP – Fundo Estadual de Habitação Popular
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FUNRURAL –
GERAI – Gerência de Atenção ao Idoso
GT's – Grupos de Trabalho
IAP's – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPM's – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICS – Índice de Carência Social
IN – Instrução Normativa
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
JIIDO – Jogos de Integração do Idoso
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MP – Medida Provisória
OG's - Organizações Governamentais
ONG's – Organizações Não- Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAI – Programa de Assistência ao Idoso
PAG- PNI – Plano de Ação Governamental Integrado para Política Nacional do Idoso
PAPI – Programa de Atenção a Pessoa Idosa
PEI/SC – Política Estadual do Idoso de Santa Catarina
PEAS – Plano Estadual de Assistência Social
PNI – Política Nacional do Idoso
PPD – Pessoa Portadora de Deficiência
PPD/SDS/SC – Plano Plurianual / Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente - Santa Catarina
PR – Paraná
PROMOVER – Promoção, Mobilização, Valorização de Recursos
RMV - Renda Mensal Vitalícia
RS – Rio Grande do Sul
SAC – Serviço de Ação Continuada
SAS – Secretaria de Assistência Social
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SESC – Serviço Social do Comércio
SESAITE – Seminário Estadual de Sensibilização e Articulação Institucional sobre a Temática do Envelhecimento
SC – Santa Catarina
SDF – Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
FPRS- PNI - Fórum Permanente da Região Sul – Política Nacional do Idoso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O IDOSO, CIDADÃO DE DIREITOS.....	17
1.1 Velho, velhote, idoso, terceira idade – recuperando concepções.....	17
1.2 A questão do Idoso no Brasil – 1930 a 1988.....	28
1.3 O Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso...	39
1.3.1 Uma análise dos direitos em interface com A Política Nacional do Idoso, com as deliberações dAs Conferências Nacionais de Assistência Social e com o Estatuto do Idoso.....	54
2. A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO EM SANTA CATARINA.....	66
2.1 A questão do idoso em Santa Catarina.....	66
2.2 Política Estadual do Idoso: uma questão de garantia.....	76
2.3 Sistema de Garantia de Direitos: Promoção, Defesa e Controle Social.....	81
3. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	89
3.1 O Conselho Estadual do Idoso: espaço de construção e garantia de direitos do cidadão.....	89
3.1.1 Comissões Regionais do Idoso: órgãos de descentralização do Conselho Estadual para garantia e defesa de direitos do idoso.....	117
3.2 Análise dos Planos Integrados de Ações Governamentais e Não Governamentais para a execução da PEI em Santa Catarina.....	127
3.3 Conquistas e desafios das gestões: 2000 –2003.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	148

APÊNDICE A – Entrevista com as Assistentes Sociais – Elizabeth Bahia Ferrer e Maria Lucia Ritzma do INSS/SC em 27/04/2004

APÊNDICE B – Rede de Atendimento ao Idoso em Santa Catarina.

ANEXO A – Instituições Asilares em Santa Catarina

ANEXO B – Convênio Técnico entre Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina (CEI/SC)

ANEXO C – Anteprojeto de Lei que altera as disposições do CEI/SC

ANEXO D – Regimento Interno do CEI/SC

ANEXO E – Regimento Interno dos Grupos de Trabalho do CEI/SC

ANEXO F – Protocolo de Intenções

ANEXO G – Regimento Interno das Comissões Regionais do Idoso – SC

ANEXO H – Relação das Comissões Regionais do Idoso em SC.

ANEXO I – Secretarias Regionais no Governo Luiz Henrique da Silveira

ANEXO J – Lista das Organizações Governamentais e Não-Governamentais com representação no CEI/SC

ANEXO K – Resoluções Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina
2003/2004

ANEXO L – Cronograma de Eventos/ Conferências/ Encontros CEI/SC - 2004

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da prática de Estágio Curricular Obrigatório realizado no Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social (NETA), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no primeiro semestre de 2003 (março a agosto), sob a Coordenação da Professora Doutora, Heloisa Maria José de Oliveira, como Supervisora de Campo e da Professora Doutora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, como Supervisora Pedagógica. A experiência de estágio ocorreu de acordo com o objetivo do Núcleo, de privilegiar a pesquisa e a intervenção na área do trabalho e, principalmente, da Assistência Social, contribuindo desta maneira, para a existência de uma nova concepção desta política pública de Seguridade Social de caráter não contributivo.

Desta forma, foi através do NETA que ocorreu a possibilidade de investigar a questão do idoso através do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina (CEI/SC), sob a supervisão da Assistente Social e Secretária Executiva Edi Mota Oliveira. Este estágio contribuiu para compreensão deste espaço deliberativo e participativo.

O referido Conselho do Idoso já foi alvo de pesquisa, realizada anteriormente, durante o período de estágio da acadêmica de Serviço Social da UFSC, Fabíola Andrade Schmitz (1995) a qual será utilizada como uma das fontes de pesquisa bibliográfica neste trabalho, no entanto este estudo avança na medida em que se propõe a analisar um momento mais contemporâneo da atuação do Conselho Estadual do Idoso e também em virtude de seu objeto recuperar novos e/ou outros documentos e bibliografias que possibilitam uma versão complementar sobre a questão do idoso, bem como da atuação do CEI/SC.

Com a Constituição Federal de 1988, houve a descentralização político-administrativa e com isto os Conselhos paritários e deliberativos (Federais, Estaduais, Municipais) surgem neste contexto para atender às necessidades da sociedade, buscando representar os interesses dos segmentos sociais (criança e adolescente, mulher, idoso, entre outros.)

O Conselho Estadual do Idoso, objeto deste estudo, é um órgão público sem caráter jurídico, mas que tem competências para contribuir com a defesa e garantia dos direitos fundamentais do cidadão idoso.

Foi buscando identificar como o Conselho Estadual do Idoso vem defendendo e garantindo os direitos do cidadão idoso em Santa Catarina que se levantou algumas hipóteses para direcionar as análises realizadas nesta pesquisa. Como por exemplo: de que forma o CEI/SC busca conhecer a realidade do idoso; de que forma as Comissões Regionais do Idoso atuam na descentralização das ações do CEI/SC; como vêm sendo desenvolvidos os Planos Integrados de Ações Governamentais para implementação da Política Estadual do Idoso. Com isto busca-se identificar se e de que maneira os direitos e deveres dos idosos vêm sendo defendidos e garantidos no âmbito Estadual.

A Política Nacional, a Política Estadual e o Estatuto do Idoso para fins de regular os direitos sociais assegurados a estes cidadãos consideram idoso o cidadão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Direitos que são independentes da situação econômica, social, espiritual, cultural do idoso.

Este trabalho foi realizado utilizando uma abordagem metodológica qualitativa, através do procedimento de análise documental e bibliográfica. Entre as fontes bibliográficas e documentais utilizadas cabe destacar os documentos disponíveis no CEI/SC, as Atas de Reuniões Plenárias (2000 – 2003), Regimentos Internos, Decretos e

Leis além de inúmeros autores, entre os quais Beauvoir (1990), Peixoto (2003); Sposati (1995); Abreu Filho (1999, 2003); Garcia (1999).

Também se realizou pesquisas em sites na internet, utilizou-se também como instrumento de coleta de dados entrevista. Marconi & Lakatos (1990, p. 84) definem como sendo “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”

Este trabalho se apresenta estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O Idoso, Cidadão de Direitos”, é de ordem teórico- conceitual e nele se focaliza a recuperação de concepções a respeito do idoso, a questão do idoso no Brasil do período de 1930 até a Constituição Brasileira em 1988, o Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso e em relação às leis expressas na Política Nacional do Idoso (PNI) e no Estatuto do Idoso e em relação aos indicativos deliberados nas quatro Conferências Nacionais de Assistência Social (CNAS).

No segundo capítulo, intitulado “Política Estadual do Idoso: uma questão de garantia” pesquisou-se a respeito da questão do idoso em Santa Catarina, utilizando como fonte de dados os censos do IBGE e os Relatórios das quatro Conferências Estaduais de Assistência Social no Estado. Também realizou-se análise da Política Estadual do Idoso, tendo como base a Constituição Federal de Santa Catarina e os Planos Estaduais de Assistência Social. Por fim buscou-se compreender os eixos que constituem o Sistema de Garantia de Direitos de cidadania: Promoção, Defesa e Controle Social.

O terceiro e último capítulo, trata do Conselho Estadual do Idoso, onde se analisa este órgão como sendo um espaço de construção e garantia de direitos do cidadão. Também foram analisadas as Comissões Regionais do Idoso (CRI), órgãos de descentralização das ações do CEI/SC com objetivo de garantir e defender os direitos dos idosos em todo os municípios do Estado. Desenvolveu-se análise a respeito dos dois Planos

Integrados de Ações Governamentais e Não-Governamentais para a execução da Política Estadual do Idoso no Estado de Santa Catarina e do Protocolo de Intenções para a formulação do Plano Integrado a partir de 2004. Por fim, buscou-se indicar quais foram as conquistas e quais os desafios do CEI/SC, principalmente na Gestão Interina em 2003, período em que foram desenvolvidas as atividades de estágio curricular.

Nas considerações finais, buscou-se apresentar quais os resultados obtidos com esta pesquisa e encaminhar algumas sugestões ao CEI/SC, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Finalizando, seguem as referências bibliográficas, que serviram de sustentação para compreensão do tema, bem como os apêndices e anexos.

Acredita-se ser importante que os idosos, as famílias, a sociedade e o Estado lutem pela dignidade do cidadão que envelheceu mas que não perdeu seus direitos e que deve continuar ativo, usufruindo seus direitos e desenvolvendo seus deveres como cidadãos.

Este trabalho visa contribuir com a cidadania efetiva dos idosos brasileiros, pois se reconhece que com o aumento demográfico de pessoas idosas há necessidade de profissionais qualificados para atuar junto a este segmento da população, bem como de políticas sociais que atendam suas reais necessidades, reconhecendo que políticas públicas não se realizam sem orçamento.

1 O IDOSO, CIDADÃO DE DIREITOS

1.1 Velho, velhote, idoso, terceira idade – recuperando as diferentes concepções.

Estudos antropológicos a respeito dos conceitos utilizados em documentos oficiais na França e no Brasil, para se referir ao indivíduo envelhecido, apontam que o estudo desta temática é recente nestes dois países. Segundo Peixoto (2003), somente no final do século XIX é que a velhice passa a receber um tratamento social através da atenção dispensada pelos poderes públicos.

Com o desenvolvimento industrial houve mudanças radicais na sociedade que exigiram novas formas de organização. Devido à divisão de trabalho e à necessidade de mão-de-obra as mulheres e as crianças foram incorporadas ao trabalho operário e as pessoas velhas e doentes foram afastadas por serem consideradas improdutivas. Porém, o Estado precisou atender este segmento através da formulação de políticas sociais.

O fenômeno demográfico que se caracterizava pelo aumento do número de pessoas acima de 60 anos na França ficou conhecido como ‘problema social’ e juntamente com as consequências econômicas pós-guerra afetaram as empresas, o Estado e as famílias. Com o surgimento de um outro fenômeno conhecido como Welfare State o Estado assegurou direito a camadas expressivas da população, como os velhos, os doentes, as crianças devido à incapacidade financeira da família em continuar desempenhando suas funções. Nos países capitalistas desenvolvidos pós-guerra foi estabelecido, conforme afirma Arretche (sd,)¹, “um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde, etc.”

¹ ARRETCHÉ, Marta T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. Rio de Janeiro. S/d. BIB, nº. 39, pp. 3-40

Desta forma, segundo Peixoto (2003), devido às transformações sociais e ao aumento demográfico de pessoas acima de 60 anos, se fez necessário à formulação de políticas sociais que atendessem este segmento. Para isto, houve uma ‘adaptação moral’ e a criação de categorias classificatórias para a velhice como idoso e terceira idade. O termo ‘velho’ foi sendo banido dos documentos oficiais por ser sinônimo de decadência, de feiúra e de improdutividade.

Segundo Arrette (1987), Wilensky (1975) acreditava que os problemas sociais existem por causa das mudanças massivas na sociedade, provocadas pela industrialização. Sendo assim, o aumento populacional de pessoas acima de 60 anos teria criado demandas por serviços de Welfare. Este aumento populacional seria provocado pelo desenvolvimento econômico e a queda da natalidade. Com isto, este segmento populacional envelhecido, devido às necessidades objetivas, fez pressão por programas sociais que o Estado teve que desenvolver. Arrette (1987) afirma² ainda que, a população idosa na perspectiva do desenvolvimento industrial passou a ser considerada um problema social.

A este respeito, Derbet (2003, p. 62) cita Lenoir (1989) quando este afirma que, “um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade”. A autora destaca e analisa as quatro dimensões estabelecidas na obra deste autor sobre a construção de um ‘problema social’ que são: reconhecimento; legitimação; pressão e expressão. Através destas dimensões pode-se compreender a necessidade de se formular políticas sociais para os idosos. Segundo Derbet (2003, p. 62), a primeira dimensão reconhecimento acontece através dos movimentos de grupos socialmente organizados que torna uma questão pública, chamando a atenção para o problema. A legitimação é o esforço para promover o

² Com base na obra de Wilensky (1975), a respeito das teorias explicativas do surgimento do Welfare State.

problema público e “inserir-lo no campo das preocupações do momento” histórico da sociedade. Como afirma a autora, “[...] o problema passa a ser formulado, integrado às populações do momento e pode ser reelaborado em função de novos atores sociais [...]”.³

Derbet (2003), ainda baseada em Lenoir (1989), diz que a forma de pressão de um problema social é realizada mediante estudos de atores sociais que podem ou não representar os interesses do grupo social que busca para si a atenção pública, “[...] os velhos não dispõem de meios sociais nem de instrumentos de acesso à expressão pública.” (DERBET, 2003, p. 63). Por isto a importância de atores capacitados para se envolverem com as questões dos idosos. Por fim a autora, analisando a obra de Lenoir, diz que a quarta dimensão usada pelo autor para a definição de um problema social é a expressão, que é compreendido por Derbet (2003) como categorizações para se referir ao indivíduo velho respeitado, valorizado, produtivo que a autora chama de terceira idade.⁴

Peixoto (2003) demonstra que a questão da velhice na França determinava-se sobre as pessoas de idade que não tinham condições financeiras de se manterem e de assegurar um futuro digno. A distinção entre os velhos, segundo a autora, era baseada no poder aquisitivo:

[...] designava-se mais correntemente como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto os que o possuíam eram em geral designados como idosos (*personne âgée*). (PEXOTO, 2003, p. 71)

O surgimento de asilos de velhos para atender à necessidade de moradia, ocorreu devido à impossibilidade ou indisposição da família proletária de cuidar do seu velho pobre e doente. Peixoto (2003) destaca que raramente uma pessoa que recebia aposentadoria ou morava em asilo era denominada idosa. A este respeito Beauvoir (1990) diz que estes asilos eram o lugar onde os velhos ficavam para esperar a morte.

³ Derbet (2003, p. 62). *passim*

⁴ Ainda nesta seção será melhor desenvolvido a respeito deste termo *terceira idade*.

Ennuyer (1991, p. 26 apud PEIXOTO, 2003), afirma que havia uma distinção entre os velhos que possuíam algum estatuto social dos que não o possuíam, entendendo aqui ‘estatuto social’ como condições financeiras para se manter e posição social reconhecida na sociedade. Ou seja, distinguia-se o velho rico do velho pobre, o intelectual do inculto. Ainda segundo Peixoto (2003) “A noção de velho é fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres.” (PEIXOTO, 2003, p.72).

Segundo a autora no século XVIII, o termo ‘velhote’ não era carregado de sentido pejorativo, pois até mesmo um velho abastado era às vezes chamado por este termo, sem ofensa à sua moral, mas considerado ‘bom cidadão’ ‘bom pai’. Peixoto ainda esclarece que os termos ‘velho’ e ‘velhote’ nem sempre tinham um significado negativo, mas quando isso acontecia caracterizava uma situação de exclusão social.

No final do século XIX, ainda segundo análise de Peixoto (2003, p. 71), o poder público fez distinção entre os velhos e os “mendigos internados nos depósitos de velhos e nos asilos públicos”. A autora relata que ainda no final do século XIX os indivíduos afastados do trabalho, na velhice, por serem considerados improdutivos, recebiam uma pensão ou uma renda para se manterem, mas que metade da população a partir dos 60 anos não possuía esta renda e dependia dos filhos ou de instituições de assistência pública que também atendia pessoas indigentes como os mendigos.

A autora citando Lenoir (1989) demonstra a porcentagem de asilos construídos entre 1800 a 1970, apontando que no final do século XIX foram criados 40% dos asilos para atender os indivíduos velhos e miseráveis na França. Os asilos eram símbolo de exclusão e miséria onde os velhos sem rendimento eram abandonados por seus familiares. Porém, conforme já foi dito por Peixoto (2003, p.73), houve no final do século XIX uma revisão nas políticas sociais para a velhice, através de medidas de integração do velho na

sociedade onde algumas pessoas recebiam um documento que comprovava sua indigência e lhes garantia alguns serviços como assistência médica, alimentação gratuita em ‘restaurantes populares’ e assistência jurídica. Também a criação de casas para velhos, como a autora diz, um meio de por à parte, através da assistência pública, os corpos que não correspondem mais os ideais e modelos sociais propostos.

No Brasil foi criado “a Casa de apartamentos para os Idosos e o Lar da Velhice”, ou seja, havia uma distinção entre os velhos respeitados que possuíam recursos, e que portanto, recebiam um tratamento diferenciado, vivendo confortavelmente em residências adaptadas para suas necessidades. Os velhos pobres eram levados para os lares dos velhos onde viviam de forma coletiva. A autora destaca que a mudança de nomenclatura para se referir ao velho no Brasil não significava a elaboração de uma política social voltada especialmente para os velhos, mas uma adaptação à concepção - idoso. O termo velho se referia às pessoas pertencentes à camada popular acima dos 60 anos, que apresentavam mais nitidamente os traços da decadência do frescor da fase jovem.

Para compreender o envelhecimento e recuperar os conceitos de velho, velhote, idoso, terceira idade, é preciso considerar o processo de envelhecimento de um homem que ocorre no seio de uma sociedade, sofrendo influência da organização desta sociedade e do lugar destinado a ele quando entra na fase da velhice. É necessário também considerar o fator econômico, social, político e ideológico da sociedade em que o velho está inserido. A partir disto será possível compreender qual a representação do velho e o espaço que ocupa em diferentes tempos e lugares.

Beauvoir (1990) afirma que “A velhice é o que acontece às pessoas que ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito ou mesmo numa noção.” (1990, p. 345). A autora definiu velho como sendo um indivíduo que viveu

muitos anos de vida e que agora tem diante de si uma experiência de sobrevivência bastante limitada.

Com base na afirmação da autora é possível considerar a necessidade de se garantir aos idosos uma ‘velhice’ digna, onde possam usufruir todos os direitos de cidadania. Como se pretende identificar através deste trabalho de pesquisa que se propõe.

Tenta-se recuperar neste item, conceitos trabalhados por outros autores, embora na concepção de Beauvoir (1990) conceituar a velhice é um empreendimento complexo, por haver distinção de classes sociais e por este processo ser dependente da cultura em que cada indivíduo está inserido. O objetivo neste momento será recuperar as diferentes concepções usadas quando se refere às pessoas mais velhas.

Com a Revolução Industrial e a distinção entre classes proletárias e capitalistas, o velho que não possuía capital e nem força para o trabalho foi sendo discriminado por ser um fardo para a família e desnecessário para o capital.

Na verdade, a velhice só existia para quem não possuía outro bem a não ser sua força de trabalho para vender aos capitalistas. Quando esta capacidade de trabalho diminuía, o indivíduo era deixado de lado por ser considerado inútil para o mercado de trabalho. O estado de pobreza de um indivíduo o igualava à condição das pessoas de mais idade no século XX. Beauvoir (1990) fala sobre isto quando afirma que, embora na nossa sociedade os velhos não sejam como os ‘antropóides’, ao perderem a força para lutar e a capacidade de trabalho eram rejeitados pela sociedade em que viviam.

Independente da idade cronológica do indivíduo que perde a capacidade de trabalho, seja por doença, seja por acidente de trabalho ou outro motivo qualquer, é considerado desnecessário para o capitalismo. Peixoto (2003, p. 20) afirma que, isto acontece devido a ‘fatores culturais’ que interferem na relação entre os velhos e a concepção que a sociedade tem em relação ao trabalho e à velhice.

Em meados do século XX, na França, houve uma nova política social para a velhice que provocou mudança estrutural na sociedade. Devido ao aumento do valor das aposentadorias, os beneficiados passaram a ter mais prestígio diante da sociedade e isto se observa através da forma de tratamento a eles referidos nos documentos oficiais e na maneira como eles assimilaram estas mudanças sociais. O uso dos termos, velho e velhote, foram banidos dos documentos oficiais por serem considerados discriminatórios e passou-se a utilizar o termo idoso, para se referir tanto aos idosos ricos quanto aos aposentados ou sem renda. Conforme afirma Peixoto (2003, p. 73) “A introdução da noção menos estereotipada idoso foi bastante criticada por alguns especialistas do tema” por considerarem desnecessário o termo idoso e por defenderem que o termo velho era mais adequado para qualquer pessoa que estivesse vivenciando o envelhecimento. Outros analistas consideraram impreciso usar o termo idoso para todas classes sociais, por referir-se a realidades diferentes. Porém, a autora acentua que,

trazendo consigo uma certa ambigüidade, o termo serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Para além do caráter generalizante desse termo, que homogeneiza todas as pessoas de mais idade, esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado. A partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos. (PEIXOTO, 2003, p. 73)

No Brasil, segundo Peixoto (2003), nos documentos oficiais as pessoas com mais de 60 anos eram, simplesmente, consideradas velhas. Mas, no final da década de 1960 chegam às terras brasileiras influências francesas a respeito da questão do envelhecimento e isto repercute nos documentos oficiais no Brasil que passam a utilizar o termo idoso *personne âgée*, dando uma conotação de pessoa respeitada. Embora o termo idoso não tenha sido muito usado, havia uma ambivalência, pois velho e idoso se confundiam. O termo velho, quando usado para se referir a uma pessoa pertencente a camadas populares,

é carregado de conotação negativa, devido ao preconceito por estes apresentarem nitidamente os traços do envelhecimento e a perda das qualidades joviais, como beleza, saúde e vigor.

Para Costa⁵ (1998), a sociedade ainda tem uma visão deturpada e preconceituosa a respeito da velhice, embora não esteja provado que esta etapa da vida seja caracterizada pela doença física e mental. Para a autora “Velhice não deve ser considerada sinônimo de feiúra, caduquice, incapacidade, enfraquecimento ou mesmo doença.” (COSTA, 1998, p. 27)

Peixoto (2003) afirma que, tanto no Brasil quanto na França, e nas demais sociedades industriais, com o surgimento da aposentadoria o ciclo de vida foi reestruturado, estabelecendo assim a distinção de três grandes etapas “a infância e adolescência – tempo de formação; a idade adulta – tempo de produção; a velhice – idade do repouso, tempo de não trabalho.” (PEIXOTO, 2003, p. 80).

Contudo, a autora analisa que, na França, com a política de integração da velhice, a partir de 1962 começou a surgir um novo conceito para designar o jovem aposentado - terceira idade - “sinônimo de envelhecimento ativo e independente”. Uma nova etapa na vida daqueles que se aposentaram e devem assumir novas práticas de integração e autogestão. Estas idéias foram fruto do interesse de instituições e sistemas de aposentadoria que viam neste público, consumidores ativos. Portanto, prescreveram que estes deveriam ter maior vigilância alimentar, fazer exercícios físicos, satisfazer as necessidades culturais, sociais e psicológicas.

Costa (1998, p. 27-28) não faz distinção entre os termos velho e idoso, para designar as pessoas que apresentam características de estar na chamada terceira idade (ou

⁵ Elizabeth Costa (1998) desenvolveu um estudo exploratório a respeito das origens das palavras com conotação similar a “velho” e “velhice”. Prosseguiu com estudo analítico do universo conceitual sobre a velhice, a partir de três critérios que ela considerou básico: cronológico, biológico, e pessoal.

‘maior idade’). A autora defende que ao se fazer uso dos termos ‘velho’, ‘velhice’, ‘idoso’, velhote e terceira idade deve-se utilizá-los de maneira natural sem carregá-los de sentimentos e idéias negativas, assim como utilizar os vocábulos para se referir a um indivíduo jovem (abaixo dos 25 anos). Para a autora é importante que as pessoas velhas sejam aceitas na sociedade sem serem vítimas de preconceitos. E que tanto estas pessoas quanto as que ainda não vivenciam a velhice aprendam a aceitar e a respeitar esta etapa da vida, pois todo ser humano envelhece de forma contínua e obrigatória. Isto faz parte do ciclo natural da vida, desde o nascimento até a morte do indivíduo. O ser humano está dentro de um ‘processo evolutivo’ de envelhecimento.

Embora se concorde com este ponto de vista da autora no que se refere ao respeito ao ser humano, independente da idade que ele tenha, fez-se opção por utilizar o termo idoso no decorrer deste trabalho, baseando-se nas leis de atenção a este segmento ao se referir ao cidadão após os 60 anos de idade independente da situação sócio-econômica, política e cultural.

É importante que haja respeito às pessoas idosas, considerando-as cidadãos capazes de cumprirem seus direitos e deveres como participantes de uma sociedade em desenvolvimento.

Segundo Peixoto (2003), surgem “novos recortes nas faixas de idade”, a fim de distinguir os jovens aposentados dos idosos velhos. Ou seja, os aposentados até 74 anos são considerados dentro da categoria, terceira idade, aptos a desenvolverem sua autonomia e participarem de atividade de sociabilidade. Acima de 75 anos, estão na quarta idade sendo, então, portadores da imagem tradicional da velhice, de decadência ou incapacidade física. Com mais de 85 anos, na França, as pessoas velhas são enquadradas na denominada ‘quinta idade’. Peixoto (2003) afirma que isto ocorre devido ao aumento demográfico e ao envelhecimento populacional, tanto na França quanto no Brasil e que

provoca um alargamento na faixa etária jovem e, conseqüentemente, na categorização de terceira idade, quarta idade, quinta idade..., sendo que

[...] as etnografias mostram que, em todas as sociedades, é possível observar a presença de grades de idades. Mas cada cultura tende a elaborar grades de idades específicas. A pesquisa antropológica demonstra, assim, que a idade não é um dado da natureza, nem um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem ainda um fator explicativo dos comportamentos humanos. (DEBERT, 1998, p. 51)

Portanto, para Derbet (1998), a distinção de grupos de idade e as categorias quanto às fases da vida de uma pessoa é determinada pela imposição de visão de mundo social que mantém ou transforma as posições de cada indivíduo em espaços sociais específicos.

A velhice é também um processo cultural determinada pela visão de mundo social no qual o velho é mantido ou transformado assim como a criança e o adolescente.

Portanto, a velhice é uma construção cultural, social, política e econômica e que historicamente tem sido tratada de diversas maneiras e sofrendo alterações devido às mudanças sociais de cada povo⁶. Como afirma Beauvoir (1990, p. 345) “[...] a condição dos velhos não é a mesma em toda parte, nem em todas as épocas”.

A autora, Beauvoir (1990), afirma que o processo de envelhecimento diz respeito a todos os seres humanos, porém destaca dois tipos de velhice: uma mais ampla, que diz respeito a todos os seres e é causada pela relação familiar, saúde, cultura etc; a outra, que é histórica, relacionada à luta de classes que determina distinção entre os exploradores e os explorados, entre os que têm capital e os que só possuem a força de trabalho para vender para o mercado-capitalista.

Para finalizar, Bruno (2003) afirma que, não se pode falar em um conceito absoluto de velhice, pois sempre há a possibilidade de surgirem novas concepções.

⁶ A este respeito ver (BEAUVOIR, 1990 ; MINOIS, 1999)

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, o idoso a partir da idade de 65 anos, tem o direito ao acesso gratuito nos transportes coletivos urbanos e a Lei Orgânica da Assistência Social define a idade de 67 anos⁷ para liberar, após comprovação de renda, o direito ao Benefício de Prestação Continuada. Cabe destacar que este assunto será aprofundado no subitem 1.3 neste trabalho.

Na Política Nacional e no Estatuto do Idoso⁸, como também na Política Estadual do Idoso de Santa Catarina, como veremos, as pessoas a partir dos 60 anos, são consideradas idosas, independentes da condição física, mental, social, política e econômica. O indivíduo que envelheceu também é reconhecido como um cidadão de direitos.

De acordo com Debert (2003, p. 57), a idade cronológica estabelecida nestas leis define datas cronológicas para indicar quando a pessoa é considerada idosa e portadora de direitos. Isto é imposto na cultura ocidental não por ter um aparato cultural, mas por exigência da lei que estabelece direitos e deveres aos cidadãos. Isto acontece, segundo a autora, quando politicamente o poder jurídico tem “precedência sobre as relações familiares e de parentesco para determinar a cidadania”.⁹

Portanto, neste trabalho considera-se o idoso sob a influência da sociedade capitalista conforme já foi abordado anteriormente. Porém não será aprofundada análise a este respeito, só será recuperado à medida que se fizer necessário para avançar a respeito do tema pesquisado.

⁷ LOAS, Art. 38 “A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á para sessenta e sete anos a partir de 1º de janeiro de 1998. (De acordo com a Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998.)”. Porém como será visto no subitem 1.3.1 o Estatuto do Idoso (Lei Federal Nº 10.741, 01/10/2003) estabeleceu a idade de 65 anos para concessão do BPC e o INSS regulamentou através da Instrução Normativa (IN) Nº 99 INSS – DC (05/12/2003).

⁸ Ver subitem 1.3.1 Uma análise dos direitos em interface com a Política Nacional do Idoso, com as deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social e com o Estatuto do Idoso.

⁹ Ibidem p. 58

No próximo subitem será analisada a questão do idoso no Brasil, período entre 1930 a 1988, sob o prisma da relação trabalhista e a luta do cidadão idoso por seus direitos sociais, políticos e econômicos. O idoso será identificado como segmento ativo na luta dos trabalhadores e aposentados.

1.2 . A questão do Idoso no Brasil – 1930 a 1988.

A questão do idoso no período de 1930 a 1988, está relacionada à questão do trabalhador, à situação de exploração da mão de obra, à precárias condições de vida e de saúde, à falta de saneamento básico, ao agravamento da fome e à falta de perspectivas de vida para o futuro. (SANT'ANNA, 2000)

Foi na década de 1920, através da elaboração da Lei Elói Chaves, que houve início a criação de leis sociais no Brasil. Inicialmente, tratava-se de acordos privados entre empregadores e empregados através das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP's), através da qual desenvolveu-se um sistema de proteção social no interior das empresas. Um sistema tripartite de contribuição, onde o empregado, empregador e o Estado contribuíam na cobertura de serviços aos trabalhadores.

Santos (1987) afirma que, de acordo com a Lei Elói Chaves, através de um colegiado formado por igual parte representada por trabalhadores e empregados, as CAP's, eram administradas sem a participação gerencial do Estado, embora este participasse do financiamento das Caixas.

O período de 1923 a 1933 ficou conhecido como marcos históricos e simbólicos do início das Políticas Sociais no Brasil, através da disseminação da Lei Eloy Chaves que regulamentava a previdência social. Santos (1987) observa que, enquanto o Estado estava preocupado com as relações de acumulação, a questão social vinha sendo resolvida por

acordos entre os trabalhadores e os empregadores. Ou seja, ao Estado cabia zelar por maior ou melhor justiça no processo de acumulação e às associações privadas cabia criar mecanismos compensatórios das desigualdades geradas por este mesmo processo de acumulação da riqueza.

A década de 1930 no Brasil correspondeu a um período de crescimento econômico com forte estímulo à industrialização. Considerado um governo revolucionário, o governo de Vargas foi marcado pelo início das Políticas Sociais¹⁰, a fim de intervir nos conflitos de classe proletária e burguesa, pois o desenvolvimento industrial deixou evidências da exclusão social, expondo a pobreza, a exploração da mão de obra, a fome, a precariedade da saúde.¹¹

Com a ampliação da cobertura da previdência no período entre 1930 e 1938, este sistema tornou-se objeto de atenção do Estado Getulista, dando início à criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). Através deste sistema um maior número de categorias trabalhistas assegurados por lei foram incluídos nos IAP's.

Com os sistemas de IAP's, ocorreu maior centralização das unidades de administração previdenciária sob o controle do Estado. Os IAP's faziam parte do âmbito estatal e as CAP's, do âmbito privado. Estes dois sistemas coexistiram durante todo o período ditatorial de Vargas.

Portanto, foi através dos IAP's, a partir dos anos 1930, que o sistema de aposentadorias estendeu-se à maior parte das categorias profissionais no Brasil.

Haddad (1991), analisando obra de Cohn (1980), destaca que os IAP's caracterizavam a desigualdade econômica das diferentes categorias profissionais. As

¹⁰ Segundo Sposati, A.; Falcão, Ma. do Carmo. LBA – Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. Ed. EDUC, 1989. p. 106 – Até início da década de 1930 a questão social no Brasil era tratada como questão de polícia e não de política social. Os indivíduos pobres eram culpabilizados pela sua situação de miséria e eram tratados como desajustados sociais.

¹¹ Para maiores esclarecimentos sugere-se consultar Haddad (1991), Montanõ (1996, p. 104-105) e Sant'Anna (2000).

categorias mais organizadas, com mais recursos e injunções políticas, eram mais influentes e conseguiam obter maiores benefícios, proporcionando mais serviços com qualidade aos seus associados.

Em 1932 foi instituída a Carteira de Trabalho, documento necessário para que os direitos trabalhistas fossem usufruídos por todos os trabalhadores¹² regulamentados e associados em sindicatos reconhecidos pelo Estado.

Sant'Anna (2000) afirma que somente quem era portador da carteira de trabalho poderia reclamar o cumprimento das leis trabalhistas diante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (criado em 1930). Para a autora, nestas circunstâncias ser cidadão não significava conquistar reconhecimento público mas adequar-se às regras impostas, submetendo-se à tutela do Estado.

Santos (1987) destacou três parâmetros pelos quais um indivíduo era considerado um cidadão de direito, ou seja: através da regulamentação das profissões, da carteira profissional e dos sindicatos públicos, pois assim os direitos dos cidadãos emergiam dos direitos das profissões que existem via regulamentação estatal.

A cidadania era regulada pelo Estado no momento em que o indivíduo fazia parte do processo produtivo e quando tinha sua profissão reconhecida por lei. Sendo assim, todos aqueles que exerciam atividades produtivas não legalizadas eram considerados pré-cidadãos. Segundo análise de Santos (1987), cidadania regulada significa “[...] cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal.” (SANTOS, 1987, p. 68).

¹² Sposati, A.; Falcão, Ma. do Carmo (1989), também abordando a este respeito afirmam que somente era considerado trabalhador aquele que possuía carteira assinada, ou seja, que tinha um vínculo formal no mercado de trabalho, regularizado pelo Estado. As autoras ainda afirmam que “Os segmentos mais pobres, sob tal compreensão, não são de trabalhadores, já que subempregados ou sem vínculo formal, não são incluídos naqueles serviços sociais. Para esses últimos, são destinados os programas assistenciais a título compensatório ou de benesse, por parte do Estado ou da sociedade civil.” (SPOSATI, A. FALCÃO, M., 1989, p. 17).

Sem entrar no mérito da questão, Sant'Anna (2000), identifica a cidadania regulada como sendo o direito adquirido pelo cidadão por contribuir de forma regulamentada para o crescimento econômico da nação. Em sua obra¹³ a autora afirma que cidadão nestas circunstâncias era aquele portador de registro no Ministério do Trabalho, reconhecido pelos poderes públicos, mediante porte da carteira de trabalho, passível de ser beneficiado pelo Estado, ou seja, “merecedor das atenções governamentais” por ser um trabalhador regulamentado nos critérios da lei.

Cabe, então, afirmar que o idoso brasileiro, se inativo, não era portador de prestígio social e político pois não se enquadrava na categoria de trabalhador apto a produzir riquezas ou quando não estava associado a um sistema previdenciário reconhecido pelo poder público. Desta forma o idoso não poderia ser considerado um cidadão de direitos.

Vianna (1978 apud HADDAD 1991), afirma que a conquista da aposentadoria dos trabalhadores inativos é fruto dos movimentos reivindicatórios dos operários. Os trabalhadores lutavam por melhoria salariais, redução da jornada de trabalho das mulheres e crianças, direito a uma aposentadoria e pensão etc. As manifestações dos operários ocorreram através de greves, congressos e passeatas dos sindicatos. Uma luta pela garantia da cidadania sem discriminação.

Segundo a autora, a partir da Constituição de 1960 e da legalização do sistema de previdência social, velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. “O direito à aposentadoria - que inclui a velhice subsidiada e o direito de descanso no fim da vida - tornou-se uma extensão do direito universal do trabalho.” (HADDAD, 1991, p. 18). O inativo passa a ser reconhecido como aquele velho, cidadão trabalhador, que ajudou a produzir riquezas no seu país, e tem direito a uma aposentadoria como reconhecimento

¹³ SANT'ANNA, Mara Rúbia. O velho no espelho: um cidadão que envelheceu. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 184p.

pela sua vida de trabalho¹⁴. Mas para Sant'Anna (2000), o sujeito inativo é uma construção histórica que assumiu a cidadania regulada, constituída em sua relação com a sociedade brasileira.

A autora também afirma que através do dispositivo legal da constituição de um Sistema Previdenciário o Estado voltou sua atenção para os idosos, mas isto não significou que todos os idosos receberam o direito de serem beneficiados pelo Estado. Na década de 1960, a idade base para receber os benefícios era de 65 anos, mas nem todos com esta idade eram considerados cidadãos de direitos, capazes de receber benefícios concedidos pelo Estado. Somente era merecedor aquele que estivesse atrelado ao Estado segundo a lei trabalhista.

Cabe acrescentar que, devido à experiência de vida pessoal dos trabalhadores, antes do período militar os 'velhos' da década de 1960 tinham uma experiência de organização política, que lhes dava condições de reivindicarem por maiores espaços sociais e atenção às suas questões por parte dos governantes. Mesmo diante de discursos de homens políticos e críticos sociais a respeito do prejuízo que a aposentadoria provocava para os cofres públicos, os aposentados não se percebiam como indivíduos inúteis à sociedade, mas como cidadãos de direitos que outrora contribuíram com seu trabalho para a acumulação da riqueza do país. Desta forma as organizações dos movimentos dos aposentados e pensionistas eram reforçadas pela luta dos trabalhadores na ativa a fim de garantir os direitos trabalhistas para os ativos e inativos.

Sant'Anna (2000) se refere à Associação de Idosos que, por exemplo, tinha entre seus objetivos ampliar a união entre os aposentados e os pensionistas e com isto superar os preconceitos impostos pela sociedade, assim como desenvolver a auto-estima das pessoas mais velhas, destacando seu valor para a sociedade. Também, segundo a autora,

¹⁴ Esta afirmação é com base em Sant'Anna (2000), quando ela diz que a identidade do velho esta fundamentada na luta do trabalhador para obter o direito à cidadania.

em todo o Brasil houve uma organização conhecida como Legião Brasileira Inativa que visava “conquistar maiores vantagens junto aos Institutos de Aposentadorias e Pensões, garantir o cumprimento das prerrogativas instituídas e conquistar uma série de direitos que os aposentados não possuíam.” (SANT’ANNA, 2000, p. 70).

A autora ainda expõe que, além dessas Instituições, diversas comissões de aposentados foram constituídas para reivindicar ao governo federal, e aos delegados regionais dos IAP’s os salários não pagos, concessão do 13º salário, assistência médico-hospitalar, aposentadorias integrais e participação nas causas judiciais entre outras reivindicações feitas pelos idosos, cidadãos de direitos.

Sant’Anna (2000), em sua pesquisa documental, em jornais da década de 1960, identificou notícias, críticas e reportagens que apontavam a insatisfação dos ex-trabalhadores aposentados, que reclamavam falta de atendimento, baixo valor das pensões, precariedade de recursos, atraso no pagamento dos benefícios etc. O que manifestava ser uma falta de respeito aos aposentados do país.

Também devido a isto, em 26 de agosto de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS - Lei 3.807), uniformizando as legislações dos diversos institutos de previdência social, aposentadorias e pensões¹⁵ e, de acordo com o artigo 22 da LOPS, os segurados pela Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) passaram a desfrutar dos seguintes benefícios:

[...] auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio-natalidade, pecúlio e direito a: pensão, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pecúlio. Ambos, segurados e dependentes, foram cobertos por assistência médica, assistência alimentar, assistência habitacional, assistência complementar e assistência reeducativa e de readaptação profissional. (HADDAD, 1991, p. 27)

¹⁵ Para maiores informações sugere-se consultar Canôas (1985); Haddad (1991)

A promulgação da LOPS abriu caminho para que em 21 de novembro de 1966, através do Decreto-Lei 72, fosse criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ocorrendo, assim, a unificação da previdência brasileira, ou seja, a fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM's), dos IAP's, das CAP's, num só instituto, tornando a previdência uma questão de ordem pública. Com esta uniformização dos benefícios da previdência, os movimentos sociais precisaram se unir a fim de que, através de um “movimento global de defesa do interesse de todos os atingidos pela ‘crise’ da previdência social”, pudesse negociar com o Estado a qualificação dos benefícios já conquistados pelos movimentos e legalizados na Constituição Federal de 1960 através do sistema previdenciário. (CANÔAS, 1985; HADDAD, 1991)

Haddad (2000) afirma que com este sistema unificado da Previdência brasileira não houve mais espaço para a manifestação fragmentada das categorias de trabalhadores contra o Estado, pois, outrora, os ferroviários, os marítimos e os bancários, considerados categorias organizadas haviam conseguido garantir melhores coberturas previdenciárias. A partir da década de 1960, com a unificação da Previdência somente um movimento global em defesa dos interesses dos trabalhadores poderia fazer pressão para negociar com o Estado pela melhoria dos serviços prestados.

O Movimento dos Aposentados e Pensionistas - União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - foi organizado ainda de forma tímida a partir da Constituição Federal na década de 1960, e, prosseguiu no decorrer das décadas de 1970 e 1980, através de associações de aposentados e pensionistas. Mas somente com a criação de federações houve a concretização do movimento, formando, em 1985, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP)¹⁶.

¹⁶ Para maiores informações sugere-se leitura de Haddad (1991; 2000).

Segundo Sant'Anna (2000), a aposentadoria defendida pelo governo na década de 1960 era aquela concedida por invalidez ou incapacidade para o trabalho. O governo dava mais vantagem àqueles que se mantinham no trabalho do que àqueles que desfrutavam do direito conquistado, à aposentadoria por idade. De acordo com Sant'Anna (2000), o governo estabelecia leis que beneficiavam os trabalhadores na ativa e abandonava os aposentados que haviam exercido a mesma profissão durante anos, alegando que não havia paridade para quem não estivesse em iguais condições de trabalho.

Os aposentados e pensionistas continuaram na luta para dar continuidade ao processo coletivo, a fim de garantir o direito à vida. Diante disto, Haddad (1991) destaca que os dirigentes sindicais evocavam a necessidade de que os aposentados e pensionistas fossem mais politizados a respeito da questão da previdência a fim de se organizarem e participarem efetivamente dos movimentos de reivindicação dos seus direitos conquistados em lei e pela ampliação dos mesmos.

Sposati, A.; Falcão, M. (1989), afirmam que os idosos e excepcionais, eram grupos demandantes da Previdência Social até 1974, mas quando a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA), passou a fazer parte do Ministério da Previdência Social incorporou o atendimento ao idoso e ao excepcional, procedentes do INSS. Isto porque sendo uma fundação, a LBA ficou responsável pela política de assistência social governamental.

Em 1978, por determinação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), foi implantado o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), de âmbito nacional. Este Programa ficou sob responsabilidade do ex-INPS, a fim de que coordenasse e executasse o mesmo. O Programa foi desenvolvido em duas etapas: na primeira, foi executado diretamente pelo INPS que, mediante projeto, desenvolveu trabalhos com idosos através de Grupos de Convivência, nas comunidades. De forma indireta, através

dos asilos (instituições especializadas) o INPS estabeleceu critérios para o internamento de pessoas idosas, como: desgaste físico e mental, carência de recursos financeiros do idoso ou de sua família, inexistência de laços familiares ou abandono do idoso pela família. (THIESEN, 2003).

Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, os direitos humanos e sociais foram reconhecidos de forma a registrar na Carta Magna reivindicações dos trabalhadores e aposentados. Como exemplo, na Constituição Cidadã no artigo 230 está preconizado que a “família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar e, garantindo-lhes o direito à vida”. (CF. 1988)

O Movimento dos Aposentados e Pensionistas cresceu com o incentivo das conquistas na Constituição de 1988 e com a não-efetivação destes direitos na mesma. Haddad (1991) afirma que, embora sendo um Movimento forte, não conseguiu vencer as contenções que o governo impôs em nome do controle da inflação. A autora ainda relata que um dos interesses prioritários do Movimento era a “garantia da manutenção do valor real das aposentadorias”.

É verdade que a exclusão de parcelas da população e a má distribuição de renda, gerando desigualdades sociais, é um problema que existe historicamente. Observa-se que através dos movimentos sindicais, federativos de aposentados e pensionistas entre outros movimentos sociais, foi possível provocar mudanças significativas, fazendo com que o Estado reconhecesse a questão do idoso e aplicasse medidas para atender a este segmento.¹⁷

As organizações dos idosos aposentados e pensionistas, segundo análises de Sant’Anna (2000), obtiveram vários resultados positivos e imediatos, como garantia de

¹⁷ SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL URBANO E MEIO AMBIENTE. Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina – “Mapa da Fome” s/d.

direitos e políticas sociais voltadas para os idosos. Além de impor à sociedade a necessidade de reflexão a respeito da questão do idoso, interferindo na representação que faziam deles e propondo uma nova maneira de agir em relação a eles.

Neste momento será aberto um parêntese para apresentar dados estatísticos a respeito do idoso no período estudado neste subitem a fim de melhor compreender a questão do idoso no contexto nacional.

Pesquisa realizada pela Divisão de Populações das Nações Unidas (2000)¹⁸ aponta que em 1950 o percentual de pessoas maiores de 60 anos de idade era de 8,2% no mundo e no Brasil neste mesmo ano era de 4,9%. Segundo Veras (2003), por muito tempo o Brasil foi considerado um país jovem¹⁹, a partir da década de 1960, houve um grande crescimento populacional pois, até este período, “todos os grupos etários registravam um crescimento quase igual, o grupo de idosos passou a liderar este crescimento”. Portanto, para este autor o crescimento populacional de pessoas idosas está relacionado à drástica redução das taxas de fecundidade, principalmente nos centros urbanos, isto devido ao processo de urbanização que leva à necessidade de limitar o número de filhos por família, devido à crise econômica. (VERAS, 2003, p. 6). Porém, em 1970 o Brasil apresentava uma estrutura em que jovens menores de 15 anos, adultos de 15 e 64 anos e idosos de 65 anos ou mais estavam num plano praticamente constante. O grupo de jovens, a partir de 1980, perdeu sua intensidade, abrindo espaço para o aumento relativo do grupo de 15 a 64 anos e para os idosos de 65 anos.

Motta (1998) contribui com mais dados demográficos a respeito da questão do idoso, fundamentada em Haddad (1986) quando afirma que nas últimas décadas do século XX no Brasil a população idosa cresceu expressivamente.

¹⁸ Thiesen, (2003, p. 11) trás dados a respeito desta pesquisa.

¹⁹ Ver também Sant’Anna (2000) Veras (1994).

De 1960 a 1970 houve um aumento de 41,6% no número de pessoas com sessenta anos ou mais e, de 1970 a 1980, o aumento foi de 53,0% , enquanto que a população geral, nesses mesmos períodos, aumentou de 32,7% e de 27,8%; respectivamente. (HADDAD, 1986, apud MOTTA, 1998, p. 20)

Haddad (2000) questiona de que forma será garantindo uma existência mais humana aos idosos, considerando que o prolongamento da vida se tornou um problema social. Segundo a autora, “a questão social da velhice é formulada desconsiderando os fundamentos materiais de sua existência, vista como ameaça ou como possibilidade para todos, independente da desigualdade social.” (HADDAD, 2000, p. 211)

Porém, Sant’Anna (2000, p. 74), afirma que o idoso “passou por todo um processo histórico, bastante específico, no qual sua identidade de trabalhador e mesmo de pessoa constitui-se mediada pelo direito à cidadania.”

No próximo subitem estará sendo abordado de forma sintética o Sistema de Seguridade Social brasileira destacando a questão do idoso principalmente no que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é um direito da política de Assistência Social, e que também é assegurado aos idosos. Cabe ressaltar que o idoso é portador de direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988, e que o direito à Assistência Social é um dos diversos assegurados pela Lei, como se verá ao analisar a Política Nacional do Idoso, Política Estadual do Idoso e o recente Estatuto do Idoso.

No subitem 1.3.1 será realizada breve análise a respeito dos direitos dos idosos conforme foi apontado anteriormente.

Cabe ressaltar que o objetivo de estar realizando a recuperação da questão do idoso no Brasil e posteriormente no Estado de Santa Catarina como se verá no cap. 2 deste trabalho, diz respeito à necessidade de compreender o contexto em que o Conselho

Estadual do idoso de Santa Catarina vem defendendo e garantindo os direitos do cidadão idoso, pois este é o objeto de pesquisa que esta sendo desenvolvido.

1.3. O Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso.

Na Constituição Federal de 1934 em seu artigo 121, foram aprovados pela primeira vez dispositivos em favor do idoso no Brasil, conforme afirma Alves (2001), de acordo com a autora, este instituía a previdência a favor da velhice, da invalidez, da maternidade, em caso de acidentes de trabalho e morte. Ainda segundo a autora, em 1973 foi instituída a “aposentadoria velhice” para homens com 65 anos e mulheres com 60 anos e com as mudanças sociais referente à palavra “velhice”²⁰, a aposentadoria passou a ser oficialmente chamada de “aposentadoria por idade”. Em 1974 foi instituído o decreto-lei que trata da Renda Mensal Vitalícia (RMV) para pessoas com 70 anos, em 1977, o Ministério da Previdência e Assistência Social regulamenta a “Política Social do Idoso”, programa médico-social voltado para os idosos.

Com a promulgação da vigente Constituição Federal de 1988, algumas leis, decretos, e portarias aprovadas até a década de 1970 foram revogadas, passando a constar na atual Constituição artigos específicos sobre o idoso na perspectiva de reconhecimento e de garantia de direitos.

Neste item falar-se-á do sistema de Seguridade Social brasileiro, ressaltando a Política de Assistência Social como um direito do cidadão, sendo que será dado maior

²⁰ Foi realizado no primeiro item deste trabalho uma recuperação de concepções e tratou-se a respeito da mudança oficial do termo velho para idoso nos documentos públicos tanto na França quanto no Brasil.

ênfase ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é um dos benefícios²¹ da Assistência Social também concedido aos cidadãos idosos.

A Seguridade Social no Brasil ganhou visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988, constituindo-se política social e direito social para todo cidadão. Antes, porém, algumas medidas de proteção social se aproximavam do Sistema atual de Seguridade.²² No Título VIII que trata da Ordem Social, da CF/ 1988, encontra-se o Capítulo II que apresenta a Seguridade Social constituída do tripé – Saúde, Previdência e Assistência Social.

Na Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social foi consagrada com o objetivo de consignar um padrão de proteção social que se queria abrangente e redistributivo. Sposati (1995a) afirma que a Seguridade Social foi proclamada como um “direito universal, equalizante e irredutível, em seus benefícios sociais, extensiva a todos os cidadãos brasileiros.” (SPOSATI, 1995a, p. 2). Ou seja, com caráter democrático e descentralizado.

Vianna (2000), citando estudos de Marshall, (1967) define que a expressão Seguridade Social diz respeito a uma concepção de proteção social, baseada na idéia de que a cidadania além de se referir a direitos civis e políticos, implica também o

elemento social que se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, apud VIANNA, 2000, p. 56).

²¹ Os Benefícios Eventuais correspondem ao auxílio natalidade ou auxílio morte, pago “às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.” (LOAS, 1993, art. 22) ainda neste artigo é afirmado que poderá ser estabelecido outros Benefícios Eventuais para atender casos de vulnerabilidade com atenção prioritária à criança, família, idoso, PPD, gestante e nutriz quando em situação de calamidade pública.

²² No item 1.2 deste Trabalho foi realizada análise a este respeito.

A partir da Constituição de 1988, a proteção social devida pelo Estado se desvincula parcialmente do formato contratual/ contributivo, presente na Previdência Social e passa a incluir a Saúde, direito de todos e dever do Estado, sendo uma política universal, e a Assistência Social assegurando benefícios aos pobres e aos não-segurados.

Segundo afirmações de Sposati (1995a), nos países capitalistas desenvolvidos, a Seguridade Social representou uma conquista dos trabalhadores possibilitando o exercício da cidadania a todos os segmentos sociais. A Seguridade Social²³ nestes países foi um marco para o desenvolvimento do chamado Estado de Bem-Estar-Social ou Estado Providência.

A autora ainda assegura que nos países de Terceiro Mundo ou em desenvolvimento houve uma hierarquização entre os segmentos sociais. Não aconteceu a instituição de um ‘Estado Providência’ mas de uma ‘Sociedade Providência’ como uma rede de solidariedade social da sociedade civil, a fim de atender as necessidades dos “despossuídos e destituídos”.

A este respeito Falcão (1995) afirma que no Estado Providência os direitos sociais foram assumidos de forma rígida. A oferta de serviços sociais é rigorosamente considerada um dever do Estado, direito do cidadão. O Estado Providência assumiu progressivamente os serviços sociais (educação, saúde, habitação, transporte, previdência) como direito do trabalhador.

Ainda para a autora, nos países capitalistas do Terceiro Mundo impera o chamado Estado assistencial, neste caso o tratamento dispensado à situação de pobreza é de forma

²³ Sposati, A.; Falcão, M. (1989, p. 28) “É de se lembrar que na Europa do pós-guerra, desenvolve-se o conceito de seguridade social, sistematizado pelo relatório do Lord Beveridge, originando a concepção do Estado de Bem-Estar Social. Esta nova concepção substitui as leis policiaescas em relação à pobreza pelo reconhecimento do cidadão e atribuição de direitos sociais. Em decorrência, universalizam-se os programas de saúde, educação, habitação. Neste contexto a assistência social é absorvida pelos direitos de seguridade.” As autoras ainda afirmam que no Brasil o Estado de Bem-Estar Social não fez parte da realidade como ocorreu nos países capitalistas desenvolvidos. Como também veremos neste estudo a respeito do Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso.

compensatória, no Brasil por exemplo alega-se falta de recurso para o enfrentamento da pobreza.

Cabe ao poder público organizar a Seguridade Social sob diretrizes de universalização, uniformização, equidade, seletividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, democratização e descentralização. Teixeira (1995) afirma que na Carta Magna a Saúde, Previdência e Assistência Social são assumidas como dever do Estado e direito de todos os cidadãos, portanto, neste sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece, segundo a autora, a cidadania universal.

Mota (1996), analisando estudos feitos por Vianna (1994), identifica a Seguridade Social a partir de dois paradigmas, destaca-se que “a seguridade é definida como um conjunto de programas governamentais voltados para o atendimento de situações em que há perda ou interrupção da capacidade de auferir rendimentos do trabalho, ou quando certos eventos diminuem a renda do trabalhador.” (MOTA, 1996, p. 193). A autora afirma que esta concepção tem origem no sistema alemão, fundado por Bismarck.

Se os objetivos da Seguridade Social de organização das Políticas Sociais tanto da Previdência, quanto da Saúde e da Assistência Social fossem concretizados, haveria um avanço para a condição de vida dos cidadãos brasileiros em especial dos idosos. (HADDAD, 2000).

Analisando o modelo brasileiro de seguridade social, Vianna (2000) afirma que este sistema vem se “americanizando”. A autora alega que, embora a seguridade tenha entre seus princípios a universalização de suas políticas e a promoção da cidadania, na prática as políticas públicas vêm se resumindo a benefícios voltados para os pobres, enquanto cabe ao mercado ofertar proteção àqueles que podem pagar por planos privados de saúde e previdência, por exemplo.

Pereira (1998), também analisando o Sistema de Seguridade Social no Brasil, afirma que as três áreas ‘Saúde, Previdência e Assistência Social’ que a compõem não foram agregadas a uma mesma instituição administrativa, também não partilham de plano e projetos comuns. A autora considera que, devido a reformas administrativas, a partir do Governo Collor e a não criação de um Ministério da Seguridade Social, que possibilitaria que as três áreas da Seguridade fossem coordenadas de maneira conjunta, houve uma fragmentação institucional e administrativa do sistema de Seguridade Social no Brasil, provocando um enfraquecimento do sistema frente aos ataques neoliberais. Para a autora, a falta de unificação entre as três áreas da Seguridade Social, provoca a desarticulação entre estas áreas e às vezes a concorrência entre elas.

A autora destaca que, devido às desarticulações realizadas no Governo Collor e no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)²⁴, a assistência social é tratada à parte, dentro da Seguridade Social, isto porque na concepção governista ela não é constitutiva da política social, portanto não será pautada nos princípios e critérios que regem as políticas públicas, pelos quais é garantido o direito de cidadania. A autora ainda acentua que é por esta razão que acontece a fragmentação da assistência social dentro da Seguridade e a tendência de desenvolver programas que atendam os comprovadamente pobres, tornando-se uma política focalizada, deslocada de um projeto unificado dentro da Seguridade e de desenvolvimento sócio-econômico.

Da mesma forma, Ferreira (1997), abordando este assunto, afirma que enquanto houver esta falta de coesão entre as três áreas da Seguridade será mais difícil defendê-la.

²⁴ Segundo Pereira (1998) no Governo Collor o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) foi transferido do Ministério da Previdência para o Ministério da Saúde. Em vez de criar um Ministério da Seguridade Social o governo criou o Ministério da Ação Social que tratava somente dos assuntos relativos a Assistência Social. No Governo FHC a Assistência Social foi acoplado ao Ministério da Previdência (MPAS), transferindo parte de seus destinatários para o Ministério da Justiça e foi criado o Programa Comunidade Solidária (ligado à Casa Civil da Presidência da República), este Programa não é regido pelos ditames da LOAS. Maiores informações vide (PEREIRA, 1998, pp. 66 – 67)

Isto porque, enquanto estiverem isolados entre si, possibilitará os ataques do neoliberalismo e a política de “Estado Mínimo” (FERREIRA, 1997).

Ainda para a autora

A Previdência sempre entendida como seguro, continua sendo benefício para quem paga, apesar de ter englobado a previdência rural e outros benefícios. A Saúde é a única que se apresenta como direito universal para todos que a procuram, assegurado atualmente pelo SUS. A Assistência Social, sempre tida como benesse, torna-se política através da Constituição posterior sanção da Loas; existe para os que dela necessitam, universalizando assim os direitos. (FERREIRA, 1997, p. 30)

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CF/ 88, art. 196)

Com isto, a saúde é extensiva a todos, a Previdência Social usa critérios seletivos jurídico-contábil e a Assistência Social usa critério particular, o do mérito ou do valor da necessidade para definir sua demanda. Diante disto, Sposati (1995a) afirma que não é qualquer pessoa que tem direito a assistência, mas aquela que é reconhecida como necessitada perante a sociedade.

Na Seguridade Social a Saúde e a Previdência Social são tidas como um salário indireto pago ao cidadão, onde estes usufruem serviços básicos fornecidos a toda população mediante prévia contribuição à Seguridade. Estes serviços completam e elevam o valor do trabalho. Portanto, o trabalhador, independente do seu salário, tem direito a: alimentação, educação, saúde, habitação, etc.

Mediante a promulgação da Constituição, a Assistência Social tornou-se direito social, de responsabilidade pública, com certeza de garantia e provisão por parte do Estado a todos que dela necessitar. Como política de Seguridade Social, a Assistência Social é

constituída de objetivos, diretrizes, financiamento, composta por um conjunto de direitos regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social²⁵. (GOMES, 2002)

Para Sposati (Coord., 1995b), a Assistência Social, ao ser consolidada na Constituição Federal de 1988 como uma das ações no conjunto da Seguridade Social, se torna um complemento da Previdência Social. A autora ainda afirma que a Assistência Social está para os necessitados, considerados ‘não-cidadãos’²⁶, assim como a Previdência Social está para os trabalhadores que contribuem ou já contribuíram para obterem um seguro social dentro das determinações da lei. A Assistência Social atenderia aos segmentos discriminados como cronicamente fragilizados (crianças, idosos, deficientes físicos e mentais).

No artigo 6º da Constituição Federal, a assistência aos desamparados é definida como política social e no art. 203 a assistência social é prestada a quem dela necessita, independente de prévia contribuição à Seguridade Social. Portanto, somente os reconhecidos pela sociedade como necessitados poderão usufruir os direitos da política da assistência social. (SPOSATI [Coord.], 1995b).

Na Lei Orgânica da Assistência Social, (Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, tem entre seus objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, garantindo o pagamento de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e ao idoso que comprovem não terem renda para sua manutenção nem de ter suas necessidades providas pela família.

²⁵ Sposati, A.; Falcão, M. (1989), já prevendo a legitimação da Assistência Social como política através da LOAS, afirmam que não deveria ser concebida em seu sentido ‘strictu sensu’, ou seja voltado aos necessitados e vulneráveis mas como política social que aborda a classe trabalhadora desfavorável.

²⁶ A autora afirma que todo indivíduo que estava fora do mercado de trabalho e que não recebia um salário fixo para a subsistência era considerado ‘não-cidadão’ por depender do benefício da política de assistência social. Para maiores informações sugere-se consultar: Sposati, Aldaíza O (Coord.). Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983 – 1990. 2. ed. – São Paulo: Cortez, (1995b)

Considera-se família o conjunto de pessoas que são parentes entre si e que vivem sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes. São integrantes da família, o cônjuge (marido ou mulher), a companheira, o companheiro, o filho ou irmão menor de 21 anos ou inválido, os pais, o enteado, o menor que esteja sob tutela e os equiparados a estas condições e que vivam sob o mesmo teto.

No Cap. IV artigos 20 a 26 da LOAS estão descritos quais são os Benefícios, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, ou seja, Benefício de Prestação Continuada (BPC); Benefícios Eventuais (pagamento de auxílio por natalidade ou morte); Serviços Assistenciais (atividades continuadas); Programas de Assistência Social (ações integradas e complementares) e os Programas de Enfrentamento à Pobreza, todos voltados a atender os beneficiários da LOAS ou seja: a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a PPD e o idoso, visando uma ação transformadora com o alcance de melhores parâmetros sociais, conforme está descrito no art. 2 da referida lei.

Dados do IBGE (2004) apontam que em 2002, no Brasil, a maior porcentagem de pessoas idosas inseridas em famílias com filhos e/ou outros parentes correspondia a 37,9 e que quanto maior a família menor a renda per capita para subsistência da família. Estes dados demonstram a urgência de rever o valor exigido para comprovação da renda per capita para concessão do BPC e Benefícios Eventuais, por exemplo.

A Assistência Social, direito do cidadão que dela necessita, substitui o salário do cidadão que, por calamidade, acidente, natureza, entre outras razões perdeu, a capacidade de se manter ou ser mantido pela família. Segundo Sposati (1995b), estes cidadãos assegurados pela LOAS têm o direito de serem amparados pelo Estado.

Abordando a questão do BPC, Gomes (2002) afirma que:

O BPC consiste no repasse de um salário mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência física ou psíquica que não tenham condições de sobrevivência e que atendam a determinados limites

de idade e situação de invalidez, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade para o trabalho. Foi previsto na Constituição Brasileira de 1988, nas disposições relativas à seguridade social, compondo o conjunto de direitos e objetivos da assistência social, a qual figura pela primeira vez com o Estatuto de direito do cidadão que dela necessitar e dever do Estado. (GOMES, 2002, p. 112)

O BPC faz parte do conjunto de proteção social preconizado pela Seguridade Social. E, é uma provisão caracterizada pela transferência direta de renda mínima, independente de contribuição. É diferente da extinta Renda Mensal Vitalícia (RMV), Lei nº 6.179 (11/12/1974), pois esta fazia parte do âmbito da Previdência Social (sistema contributivo) de caráter assistencial tido como caridade e assistencialismo. A RMV concedeu uma renda às pessoas idosas e às inválidas que cumprisse algumas exigências entre elas um “mínimo de carência de contribuição para idosos, inválidos e doentes crônicos, comprovadamente pobres.” (GOMES, 1999, p. 94). De acordo com a lei nº 6.179 em seu art. 2 inciso I, o valor pago pela RMV não podia ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor do salário mínimo do local do pagamento.

A concessão do BPC, segundo Gomes (1999), que veio substituir a RMV, ficou adiada por um ano no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A RMV, de acordo com o Decreto nº 1.744, de 18/12/1995, foi extinta a partir do dia 1º de janeiro de 1996²⁷. Considerando a medida do Governo FHC e o Decreto 1.744 (08/12/1995) que regulamentou o BPC de 1996, Gomes (1999) afirma que a concessão do benefício foi extinta antes mesmo de ter início o pagamento do BPC aos idosos e deficientes físicos

²⁷ Em entrevista (27/04/2004) com as Assistentes Sociais Elizabete Bahia Ferrer e Ma. Lucia Ritzmann, ambas funcionárias do INSS/SC, foi questionado se ainda a RMV é paga aos beneficiários anteriores a LOAS e a resposta foi que o Benefício é pago “A todos os usuários que haviam requerido o Benefício RMV antes da LOAS ser regulamentada e o BPC ser concedido pela primeira vez, e que no caso dos idosos ainda estejam vivos. Ou seja tem direito ao Benefício RMV todos aqueles que pediram requerimento até Dezembro de 1995. O valor pago pelo Benefício é de um salário mínimo. De acordo com a Lei que regulamenta a RMV, a idade para o idoso ter direito ao Benefício era a partir dos 70 anos.” Consultar Apêndice A. Para maiores informações consultar também o Art. 40 da LOAS (1993)

(conforme previsto na LOAS) o que contrariava o assegurado pela Constituição Federal de 1988.

A concessão do BPC teve início oito anos depois de promulgado na Constituição Federal de 1988 e três anos após ser regulamentado na LOAS, ou seja, só foi posto em prática em 1996, equivalendo a um salário mínimo mensal pago a PPD considerada ‘grave e profunda’ e, inicialmente à pessoas idosas com 70 anos ou mais²⁸, que não tinham condições de prover o seu próprio sustento, nem de tê-lo provido por sua família. (GOMES, 2002).

Ainda segundo Gomes (2002), embora o BPC seja um direito político da Assistência Social e que não exige contribuição prévia ao sistema de Seguridade Social, este benefício é incompleto, seletivo e arbitrário devido às exigências para comprovação da necessidade do beneficiado. Isto demonstra as distorções a respeito da qualidade de direito social a que se presta, pois não abrange a todos que dele necessita, mas somente aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Só tem direito ao benefício quem pertencer a grupo familiar com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa, um valor (em agosto de 2003) equivalente a R\$ 60.

Em 1991, 52,1% da população idosa brasileira, responsável pela residência, recebia até 01 (um) salário mínimo. Em 2000 este valor caiu para 44,5%, apontando a perda aquisitiva da população e o aumento da pobreza no país, afetando a situação sócio-econômica dos idosos (IBGE, 2002). Quando os dados são referentes à realidade urbana e rural, percebe-se que em 1991 a realidade urbana para os idosos responsáveis pela residência é de 45,8% recebendo até 01 (um) salário mínimo e em 2000 este valor cai para 39,8% de idosos no meio urbano recebendo até 01 (um) salário mínimo. Em contra partida, a realidade no meio rural é mais crítica, ou seja, 72,3% dos idosos responsáveis pelo

²⁸ No Art. 38 da LOAS (já estava previsto a redução da idade para 67 (sessenta e sete anos) anos em 1998).

domicílio recebiam em 1991 até 01 (um) salário mínimo, em 2000 a porcentagem caiu para 65,0% aumentando a porcentagem de idosos sem rendimento (de 3,4% passou para 5,2%) neste mesmo período em questão.

Dados do IBGE (2004) ainda apontam que, em 2002, 2,0% da população brasileira recebiam até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 10,6% recebiam de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo e que 30,3% recebiam de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Estes levantamentos feitos pelo IBGE indicam que 43% dos idosos brasileiros têm rendimento familiar per capita inferior a 01 (um) salário mínimo, mas somente parte destes idosos recebem o BPC devido ao alto grau de requisitos exigidos.

Levando em consideração o inciso IV do art. 6º da Constituição Federal de 1988 a respeito do salário mínimo, constata-se que a tese de que o BPC atende somente a miserabilidade da população passa a fazer mais sentido, pois comparando dados do IBGE a respeito da situação financeira da população idosa e o estabelecido na Constituição de que o salário mínimo deverá atender as necessidades vitais básicas do indivíduo e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, percebe-se a urgência em desenvolver Programas que promovam o desenvolvimento social.

Mota (2002) faz referência às exigências feitas para a concessão do BPC, tais como: comprovação de renda per capita de um quarto do salário mínimo; idade estipulada ao idoso de 70 anos (inicialmente); deficiência “grave e severa”; proibição de que mais de uma pessoa na família tenha acesso a este benefício, mesmo quando atenda aos critérios de deficiência ou idade, pois o benefício passa a ser contado como renda e quando ultrapassa $\frac{1}{4}$ do salário fica impossibilitada a concessão de um outro Benéfico. Desta forma, Gomes (1999) conclui que o BPC torna-se um benefício familiar e não um direito social do cidadão como preconiza a Constituição Federal de 1988.

O BPC poderá ser requerido por PPD ou idoso, brasileiro, inclusive o cidadão indígena que não esteja amparado por nenhum benefício de previdência social. Também pode requerer o estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, que não receba pensão ou aposentadoria da previdência do país de origem.

Gomes (2002) analisa que no art. 21 da Lei nº 8.742/93 – LOAS, está prevista uma revisão do BPC²⁹, a cada dois anos, com objetivo de verificar se permanecem as condições que deram início à concessão do benefício por parte da PPD ou do idoso. Uma das condições para a revisão do Benefício, segundo a autora, refere-se à chamada avaliação social, executada pelos municípios, que aferirá o nível de renda dos idosos e, no caso das PPD, também a situação de vulnerabilidade. A outra condição destacada pela autora diz respeito à verificação da incapacidade da PPD para a vida independente e para o trabalho, por meio de perícia médica, ficando a cargo do INSS, por intermédio de sua agência concedente, “a decisão final sobre o cancelamento ou a manutenção do benéfico.” (GOMES, 2002, p. 127)

A autora destaca que o BPC foi alvo de vários ataques mesmo após a aprovação da LOAS, pois além de serem estabelecidos prazos proletários a fim de serem adotadas medidas administrativas e financeiras para a concessão do Benefício, em novembro de 1997, o governo tentou suspender o pagamento do BPC alegando necessidade de ser realizada auditoria para fiscalizar irregularidades. Com esta medida buscava, ‘congelar’ a

²⁹ Na entrevista com as Assistentes Sociais do INSS (já mencionadas anteriormente) a revisão do BPC que deve acontecer a cada dois anos teve início após o ano de 1997, esta revisão correspondia ao período de (02/01/1996 à 30/04/1997), o correto é que a terceira etapa tivesse ocorrido após o ano de 2000 que corresponderia aos Benefícios pagos no período de (01/01/1999 a 31/07/2000) e após o ano de 2001 deveria ter acontecido a quarta etapa. As Assistentes Sociais explicaram que na prática as quatro etapas da revisão do BPC estão acontecendo simultaneamente, isto devido ao curto tempo (de dois em dois anos de acordo com a LOAS); também devido ao alto custo para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - órgão responsável pela Política Nacional da Assistência Social -; pela falta de funcionários para executar a ação (Assistente Social, Médico perito) etc. De acordo com as Assistentes Sociais Elizabeth Bahia e Lucia Ritzmann a quarta etapa da revisão do BPC está para começar neste ano de 2004. Apêndice A

idade mínima para concessão do Benefício impedindo a progressiva redução preconizada pela LOAS. Mediante manifestações contrárias, o governo foi obrigado a voltar atrás em sua decisão, mesmo que parcialmente, deixando de suspender o Benefício, porém restringindo a redução de idade de 70 anos inicialmente para 67 anos, impedindo sua redução para 65 anos como previsto na LOAS a partir do ano 2000.³⁰ (Medida Provisória 1599-39 DE 11.12.97) (GOMES, 1999; 2002).³¹

Sendo assim, o Benefício tornou-se bastante seletivo e focalizado naqueles que estão em absoluta situação de vulnerabilidade social, irreversível, considerando a renda per capita exigida de um quarto de salário mínimo por pessoa em uma família³² conforme afirma Gomes:

Deste ponto de vista o BPC se separa de uma política pública viabilizadora de direitos universais. Dado seu grau de seletividade, tornou-se pois um direito arbitrário, restrito, dependente especialmente de verificação de cumprimento dos critérios para acesso, de um atestado de necessidade o que marca os beneficiários pelo estigma de necessitado. (GOMES, 1999, p. 94)

Gomes (2002) ainda destaca que foram as intervenções do movimento social em defesa do BPC, através das entidades de trabalhadores do setor de atendimento aos idosos

³⁰ A LOAS quando entrou em vigor já previa que a idade inicial seria de 70 anos (idade igual ao da RMV), passando para 67 anos em 1998 e depois para 65 anos em 2000. Porém devido medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso a idade ficou congelada em 67 anos (Lei nº 9.720 – 30/11/1998). Com a elaboração do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10. 741), aprovado em outubro de 2003 entrando em vigor no dia 01 de janeiro de 2004, foi determinado que a idade para concessão do BPC para o idoso é a partir dos 65 anos de idade considerando a renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo por família. Mas esta lei dependia da regulamentação para entrar em vigor e com a Instrução Normativa Nº 99 o INSS/DC de 05/12/2003 foi regulamentado este artigo do Estatuto do Idoso, passando a vigorar então a idade de 65 anos para que a pessoa idosa tenha direito de requerer dentro dos pressupostos da LOAS o BPC.

³¹ A respeito da redução da idade para 65 anos consultar também o Decreto 1.744 (08/12/1995), art. 42 que Regulamenta o BPC devido à PPD e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742 (07/12/1993).

³² Gomes (2002, p. 115) faz uma ressalva a respeito do salário mínimo brasileiro que é insuficiente para garantir condições básicas de vida com qualidade, restringindo-se a provisão de uma ração precária insuficiente para alimentar uma família com quatro pessoas, durante um mês. A autora ainda faz referência a estudos de Sposati (2000) para afirmar que, além de reduzir as necessidades humanas à alimentação, o Estado repassa para a família toda a responsabilidade para com o idoso quando exige a comprovação de renda de todo núcleo familiar. Para Gomes (2002), isto faz com que o direito do cidadão idoso fique limitado ao BPC de forma restrita e seletiva.

e PPD carentes, parlamentares, Conselhos de Assistência Social, técnicos e pesquisadores, além das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional de Assistência Social que, mediante intervenção, conseguiram impedir retrocessos maiores na LOAS.

Dados apontam que em julho de 2003, o BPC atendeu 1.634 milhão de brasileiros. Em fevereiro de 2004, o atendimento chegou a 1.751.502 milhão de brasileiros, dos quais 709.731 eram idosos e 1.041.771 PPD. A previsão é que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atenda por meio do BPC, até dezembro de 2004, a 2.037.04 brasileiros idosos ou PPD em situação de pobreza. Também será dada continuidade ao pagamento de benefícios da RMV ativos a 565 mil brasileiros idosos e/ou PPD, o que no total corresponderá a cerca de 2.874.000 pessoas que estarão recebendo 01 (um) salário mínimo mensal de benefício, com recursos da ordem de 8,5 bilhões a serem liberados pelo Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS).

O MDS conta com a cooperação das secretarias estaduais e municipais de Assistência Social para executar o BPC, o pagamento deste é efetuado via Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, embora não tenha ligação alguma com a aposentadoria rural ou qualquer outro de caráter previdenciário.

Embora haja todas as críticas a respeito das exigências estabelecidas para concessão do BPC ou outros benefícios da LOAS, para Sposati (1995a) a Assistência Social ainda é o principal mecanismo de acesso dos 'destituídos' aos serviços sociais urbanos tais como: creches, abrigo para idosos, programas de geração de renda, habitação, etc.

As lutas sociais, inclusive com a participação dos idosos mediante associações, sindicatos, proporcionaram uma maior conscientização da sociedade e do Estado, resultando em direitos assegurados na Constituição Federal brasileira em 1988 e na LOAS, como analisamos neste subitem. Inicialmente cabe afirmar que a luta dos idosos não

acabou, há necessidade de participação social a fim de garantir o estabelecimento dos direitos conquistados e assegurados na Carta Magna e demais leis referentes aos idosos³³.

O Estado, diante da crescente demanda social, em especial dos segmentos vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos), vem se mostrando inoperante e incapaz de modificar a realidade das desigualdades sociais na sociedade brasileira.

Portanto, o controle sobre as Políticas Sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social deve ocorrer de forma descentralizada e com a participação da população através dos Conselhos Federais, Estaduais e Municipais dos diversos segmentos sociais, como veremos no item três a respeito do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, objeto de nossa pesquisa.

A seguir será analisado a respeito dos direitos dos idosos em interface com a Política Nacional do Idoso (PNI), deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social (CNAS) e com o Estatuto do Idoso.

Haddad (2000) afirma que da década de 1970, “quando foi assinado o primeiro dispositivo legal de assistência social aos idosos, decorreram 20 anos até a sanção da Lei nº 8.842 (04/ 01/1994), dispondo sobre a política nacional do idoso [...]” (HADDAD, 2000, p. 28). Portanto no próximo item, também será destacado os avanços em relação aos direitos assegurados no Estatuto do Idoso, Lei Federal aprovada em 01 de outubro de 2003.

³³ como veremos neste trabalho nos subitem 1.3.1 – Uma análise dos direitos em interface com a Política Nacional do idoso, com as deliberações das Conferências Nacionais da Assistência Social e com o Estatuto do Idoso, e, 2.2 A Política Estadual do Idoso: uma questão de garantia.

1.3.1 Uma análise dos direitos dos idosos: interface entre A Política Nacional do Idoso, com as deliberações dAs Conferências Nacionais de Assistência Social e com O Estatuto do Idoso

“... e eu que pensava que não tinha nenhum direito, descobri que tenho muitos...”. (depoimento de um aluno de 63 anos, de Universidade Aberta à Terceira Idade)

Neste item propõe-se analisar os direitos do cidadão idoso, a partir das Leis Federais - Política Nacional do Idoso (PNI) Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004, leis que regularizam os direitos do idoso brasileiro no âmbito nacional.

Foi realizada uma análise das deliberações das 4 (quatro) Conferências Nacionais de Assistência Social, buscando-se identificar de que forma esta instância avaliativa, propositiva e deliberativa contribui com o avanço e efetivação dos direitos dos idosos brasileiros, em relação à Política de Assistência Social. E a partir disto identificar as deliberações voltadas para o avanço e efetivação dos direitos dos idosos.

Percebe-se que mesmo sendo assegurados na Constituição Federal de 1988 dispositivos a respeito do idoso garantindo direitos, este ficou esquecido na implementação de Políticas Sociais. Somente depois, com a PNI, Lei nº 8.842/94, as questões sociais relacionadas ao idoso passaram a ter espaço na agenda pública, exigindo, desta forma, uma Política de Atenção a este segmento.

A PNI surgiu após a LOAS³⁴, fruto da mobilização social de organizações Governamentais e da sociedade civil que levou o Ministério da Previdência e Assistência Social, a aprová-la em 04 de janeiro de 1994, tendo como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”, (Art. 1º da referida Lei).

Esta política foi regulamentada através do Decreto 1 948, de 3 de julho de 1996 e como forma de implementar a PNI a Secretaria de Assistência Social (SAS) consolidou parcerias com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais para que as diretrizes da SAS, e de sua política de ação, fossem estabelecidas através do Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso (PAG-PNI)³⁵. Este documento norteia de forma descentralizada as ações desenvolvidas por órgãos setoriais em parceria com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais.

Esta Política, tem uma amplitude de atendimento devido a integração dos Ministérios executores das Políticas Públicas Setoriais. Conta também com a participação da sociedade civil para sua efetivação. A Lei 8.842, acompanhou a reformulação conceitual do dever do Estado e direito do cidadão. Também “preconizou a autonomia, a integração e a participação, com comando único e ações descentralizadas; e instituiu parcerias com as ONG’s.” (BARROSO, 1997, p. 32).

Analizando a política social para o idoso, Rodrigues (2000), também afirma que é recente em nosso país uma política nacional de atenção ao idoso. Segundo a autora, antes só houve um conjunto de iniciativas privadas. A partir de 1970, foram aprovadas algumas medidas públicas, como já afirmou Haddad (2000), e que segundo Rodrigues, foram

³⁴ No subitem 1.3 – O sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso, tratou-se a respeito da LOAS no que diz respeito aos direitos e benefícios assegurados para atender os idosos em âmbito nacional.

³⁵ No item 3.2 deste trabalho que, trata do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para execução da Política Estadual do Idoso, será realizada uma relação com o PAG-PNI/1997 a fim de compreender melhor a necessidade de parceria entre Organizações Governamentais e Não-Governamentais para efetivação da Política de atenção ao Idoso.

substanciadas em programas como Programa de Assistência ao Idoso (PAI), como o Conviver, Saúde do Idoso, entre outros, destinados a idosos. Segundo a autora “Era mais uma ação assistencial ‘em favor’ deles do que uma política que lhes proporcionasse serviços e ações preventivos e reabilitadores.” (RODRIGUES, 2000, p. 68).

A PNI prevê ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, da saúde, da educação, do trabalho, da previdência social, na área da habitação e urbanismo, da justiça, da cultura, esporte e lazer. E, cabe aos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais coordenar, supervisionar, avaliar esta política no âmbito das respectivas instâncias político-administrativo.

Segundo Chamuzeau (1978), “A política social do idoso consiste no conjunto de diretrizes e medidas que orientam a atuação da sociedade no que diz respeito às necessidades básicas do idoso.” (CHAMUZEAU, 1978, p. 01).

A autora afirma que “política social da velhice é legítima à medida em que se subordina ao interesse geral ou ao bem comum da nação, à qualidade de vida dos seus membros.” Ainda segundo Chamuzeau (1978, p. 2) a política social deverá atender as necessidades dos idosos como também dos demais segmentos da sociedade a fim de ser considerada uma política equalizante.

Através dos princípios e diretrizes da PNI, destaca-se que a finalidade desta política é assegurar aos idosos maiores de sessenta anos de idade os direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

No Decreto (Nº 1.948, 03/07/1996)³⁶ está definida a organização e gestão da PNI, na competência do Ministério da Previdência e Assistência Social³⁷, pelos seus órgãos

³⁶ Decreto Nº 1.948, de 3 de Julho de 1996 regulamenta a Lei 8.842 de 1994 (PNI), e determina que será estabelecidos as competências dos órgãos públicos referentes a implementação da PNI.

³⁷ Com a reforma administrativa ocorrida no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva a Política Nacional do Idoso está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo portanto da competência deste Ministério à coordenação da PNI.

públicos a coordenação geral desta Política contando com a participação dos Conselhos Nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipal do idoso³⁸.

Em seu art. 2º estão estabelecidas as competências do Ministério da Previdência e Assistência Social, como: coordenar as ações relativas a PNI; promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso; participar, em conjunto com os demais ministérios envolvidos do acompanhamento e avaliação da PNI; estimular formas alternativas de atendimento não-asilar; promover eventos específicos para discussão das questões relativas à velhice; coordenar, financiar, apoiar estudos, pesquisas e publicações a respeito da situação do idoso.

No artigo 6º da PNI há afirmativa de que os Conselhos são órgãos permanentes, paritários, e deliberativos, compostos por igual número de representantes de organizações governamentais e de organizações da sociedade civil ligadas à área. É de competência dos conselhos “a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da PNI, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas”³⁹.

Abrindo um parêntese, serão analisados documentos das três primeiras Conferências de Assistência Social⁴⁰, destacando-se indicativos a respeito da questão do idoso e relacionando os mesmos com o estabelecido na PNI. Após, será apresentado o Estatuto do Idoso (01/10/2003), Lei que vem regulamentar dispositivo da Constituição Federal de 1988 e da PNI de 1994, ampliando e assegurando direitos ao segmento social idoso, então será analisada a deliberação realizada na IV CNAS (dezembro de 2003) baseadas na Lei Federal recentemente aprovada (Estatuto do Idoso).

³⁸ No cap.3 (três) deste trabalho será abordado a respeito das competências do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina,.

³⁹ Nova redação dada pelo Estatuto do Idoso em seu art. 53, referente ao art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994.

⁴⁰ I CNAS/ 1995; II CNAS/ 1997 e III CNAS/ 2001

Analisando as deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social⁴¹ em relação as questões pertinentes aos idosos, percebeu-se que tanto na I CNAS/1995 quanto na II CNAS/1997 deliberou-se a respeito de:

- **política habitacional** - desenvolver projeto de financiamento à famílias com renda inferior a três salários mínimos; que 10% das casas construídas nos conjuntos habitacionais fossem destinados aos idosos em regime de comodato; necessidade de criação de **casas-lar** para pessoas idosas e PPD; eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de comunicação;
- **transportes coletivos** - que as empresas obedeçam ao proposto nos artigos 244 e 227 parágrafo 2º da Constituição Federal, adaptando os transportes coletivos para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência física, idosos, gestantes tanto no momento do embarque quanto no do desembarque destes cidadãos;
- foi deliberado a respeito da necessidade de divulgação da PNI, também que a LOAS, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais leis orgânicas fossem publicizadas, e realizado esclarecimento a respeito das relações existentes entre estas leis que garantem direitos sociais.

Portanto com base no Decreto 1948/96, Art. 4º, inciso III que regulamenta a PNI, define-se que Casa-Lar é “residência, em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinada a idosos detentores de renda insuficiente para sua manutenção e sem família”.

Na PNI art. 10, inciso V, é de competência dos órgãos e instituições públicas na área de habitação e urbanismo:

- a) destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lar; b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade

⁴¹ I CNAS/ 1995; II CNAS/1997; III CNAS/ 2001 e IV CNAS/ 2003

e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção; c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas. (PNI, 1994, art. 10 inciso V)

Percebe-se que com base nos dispositivos da PNI foi reivindicado que a Lei seja respeitada e colocada em prática assegurando assim os direitos a moradia, a transporte público, direito de ir e vir com segurança, direito à informação e respeito a seus direitos.

Destaca-se que somente na II CNAS/ 1997 foi deliberado que:

- ao se prestar atendimento às crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência, deve-se assegurar o atendimento a partir da base familiar, evitando a institucionalização⁴²;
- **Saúde** - que seja prestado atendimento com prioridade aos idosos, com idade de 60 anos ou mais;
- **população de rua e migrantes** foi deliberado a realização de “estudos para implantação de uma política de atendimento à população de rua e migrantes, articuladas pelos estados e municípios.”

A realização destes estudos é necessário e urgente a fim de garantir igualdade de oportunidades, e dignidade a todos os cidadãos que estejam nesta situação identificada pela II CNAS/ 1997, ou seja, crianças, adolescentes, homens, mulheres, jovens e idosos, portadores de deficiências.

Porém, observa-se que na PNI art. 10 inciso I, alinha d, é da competência dos órgãos e entidades públicos, na área de promoção e assistência social entre tantas outras ações, fazer levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso. Através destes levantamentos será possível a implementação de uma política de

⁴² A este respeito encontramos respaldo na PNI art. 4º inciso III; art. 10 inciso I alinha b e também no Decreto N° 1948/96 art. 4º inciso VI.

atendimento a população de rua, conforme deliberado na II CNAS/ 1997, pois entre es segmentos também há idosos sem abrigo e sem família.

O Estatuto do Idoso, Lei Federal aprovada em 01 de outubro de 2003, destinado a regular os direitos assegurados aos idosos, entre eles os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

Com base nos dispositivos do Estatuto do Idoso, no que diz respeito ao direito à habitação, e que também deliberou-se nas I e II CNAS, está determinado que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso deve gozar de prioridade no atendimento para aquisição de um imóvel com direito a reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos. (Estatuto do Idoso, art. 38, inciso I).

O Estatuto do Idoso inova a respeito do transporte público, uma vez que nos Artigos 39 a 42 propõe descontos nas passagens, gratuidade, entre outros, já no artigo 42 estabelece que o idoso tem prioridade de embarque no sistema de transporte coletivo.

No Estatuto do Idoso a idade base para considerar uma pessoa idosa é igual ou superior a 60 anos, portanto no que diz respeito ao direito à saúde, é assegurado atenção integral, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo seu acesso universal e igualitário, considerando a necessidade de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso, incluindo também, a atenção necessária para as doenças que afetam preferencialmente os idosos. Além de tudo, fica definido no Estatuto do Idoso a necessidade de atendimento especializado, liberdade de escolha por parte do idoso com faculdades mentais saudáveis, direito a acompanhante quando necessário, denúncia de casos de violência contra os idosos, etc.

A respeito da divulgação das Leis de atenção aos cidadãos, foi recomendado na IV CNAS/ 2003, que seja incluído na grade curricular do ensino fundamental, “temas

transversais, na perspectiva de política pública de direito social, com destaque as legislações: LOAS, ECA, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.” (IV CNAS, 2003, p. 40). A fim de socializar as informações contidas nestas leis e viabilizar os direitos dos cidadãos, observa-se que o Estatuto do Idoso, além de regulamentar os direitos do cidadão idoso, assegura seu cumprimento judicialmente, prevendo punição aos que desobedecerem ao determinado em Lei.

Ainda foi deliberado que haja uma articulação entre a LOAS e as demais políticas setoriais nas três esferas de governo, considerando-se as particularidades entre os direitos assegurados em legislações específicas para a criança e adolescente, idosos, pessoas portadoras de deficiência etc. Desta forma, será possível a “integração de diversas áreas de interfaces no que diz respeito às ações e financiamento da política de educação, criança e adolescente, idoso, portador de deficiência, estatuto do índio, sistema único de saúde (SUS).”

Na III CNAS/ 2001 e IV CNAS/2003 deliberou-se a respeito da atuação dos Conselhos na Regulamentação dos Benefícios Eventuais e Continuados⁴³, como também quais as ações a serem realizadas após a IV Conferência (2003), visando a efetivação das deliberações realizadas, dentre estas se destacam:

- Regulamentação dos critérios e prazos para concessão de benefícios eventuais de acordo com estabelecido no art. 22 da LOAS;
- que as SEAS passem a estabelecer as concessões, acompanhamento e revisão do BPC, em vez do INSS, atual responsável por estas atividades;

⁴³ No item 1.3 Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso, abordou-se a respeito dos Benefícios da LOAS/1993, portanto neste item 1.3.1 pretende-se recuperar os indicativos a respeito das deliberações nas CNAS a fim de identificar de que forma os direitos do cidadão idoso está sendo garantido de acordo com as Leis (CF/ 1988; LOAS/1993; PNI/1994; Estatuto do Idoso, etc.). Com base nestas informações pretende-se ao analisar a respeito do Conselho Estadual do Idoso, identificar de que forma este órgão deliberativo vem defendendo os interesses do cidadão idoso e garantindo seus direitos.

- que os municípios tenham autonomia técnica e financeira para efetivar a revisão do BPC e sua operacionalização;
- que a idade para concessão do BPC seja reduzida de 67 anos para 65, e gradativamente para 60 anos no prazo até 2008, em conformidade com dispositivos do Estatuto do Idoso e em coerência com a PNI/ 1994;
- que o BPC não seja incluído no cálculo de renda familiar quando na concessão de novo Benefício a outro membro da família, como também não restringir o acúmulo do BPC com outros benefícios de outras naturezas e regimes;
- que seja constituída equipe técnica multiprofissional (médicos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, outros do SUS e INSS), garantindo a capacitação destes profissionais e o parecer técnico. Que seja regularizada a inclusão do parecer técnico do Assistente Social, de acordo com a Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99;
- Inicialmente foi aprovado que o valor da renda per capita fosse elevado para 1 salário mínimo de acordo com o PL 3055/99, porém na IV CNAS deliberou-se que a renda per capita exigida passe de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$ visando o acesso aos Benefícios;

Uma das recomendações deliberadas na IV CNAS (novembro de 2003) é que sejam respeitados dispositivos do Estatuto do Idoso (aprovado em 1º de outubro de 2003) que se refere ao BPC, no que diz respeito à idade estabelecida para a população alvo.

No Capítulo que trata da Assistência Social no Estatuto do Idoso, no artigo 34 e em seu parágrafo único, fica estabelecido que a idade para concessão do BPC será de 65 anos e que o Benefício pago a qualquer membro da família não entrará no cálculo da renda familiar per capita referida pela LOAS, ou seja o Estatuto do Idoso, Lei Federal recém aprovada, não acatou deliberações das CNAS no que diz respeito ao aumento do valor per

capita para $\frac{1}{2}$ salário mínimo a fim de que mais pessoas sejam contempladas por este Benefício.

O Estatuto do Idoso, em seu art. 40, estabelece que a idade para concessão do BPC passará a ser de 65 anos⁴⁴, conforme proposta inicial da LOAS, quando foi aprovada em 1993. Porém se faz necessário a regulamentação do parágrafo 4º deste artigo, a fim de que mais membros da família tenham o direito de requerer o Benefício quando necessário.

Outro avanço do Estatuto do Idoso é que no art. que trata do BPC, foi estabelecido que “Considera-se incapaz de prover a subsistência do idoso a família cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo.” (ESTATUTO DO IDOSO, Art. 40 parágrafo 2º), mas este dispositivo também precisa ser regulamentado a fim de assegurar o direito de Assistência Social a uma gama maior de cidadãos que se viam excluídos devido ao valor per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo exigido pela LOAS.

No Estatuto do Idoso é garantida a participação dos idosos por intermédio de entidades representativas, os conselhos, os quais, consoante a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, têm por objetivo deliberar sobre políticas públicas, controlar ações de atendimento. Ainda segundo o Estatuto, em seu Art. 7, cabe aos Conselhos zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso.

Compreende-se que o idoso deve exercer sua cidadania, sua liberdade e ter assegurado seus direitos, quando não debilitado ou incapacitado pelas circunstâncias próprias da idade. A participação do idoso deve ser estimulada e garantida pela família, sociedade, e órgãos representativos, sempre buscando conhecer as suas necessidades e atendê-las através dos órgãos competentes.

Porém, conforme afirma Abreu Filho (2003), o Estatuto do Idoso se propõe proteger e garantir a execução dos direitos fundamentais e de cidadania do idoso, nas suas relações

⁴⁴ A Instrução Normativa (IN) Nº 99 INSS – DC (05/12/2003) regulamentou este dispositivo do Estatuto do Idoso.

civis, em suas relações com o Estado, e com serviços e programas da Administração Pública sem prejuízo da proteção integral.

Os direitos fundamentais, de acordo com o Estatuto do idoso, são caracterizados pelo direito à vida, direito à liberdade, à dignidade, à integridade, à educação, à saúde, a um meio ambiente de qualidade, entre outros direitos, ficando a cargo do Estado, da Sociedade e da família a responsabilidade pela proteção e garantia desses direitos com absoluta prioridade ao idoso.

Quando o Estatuto do idoso se refere à prioridade absoluta de atenção ao idoso está afirmando:

- I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar [...];
- VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos [...];
- VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII - garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais. (Lei Nº 10.741/ 2003, Art. 3º Parágrafo Único, incisos de I – VIII)

Portanto, Abreu Filho Coord. (2003) afirma que “a vontade política deve privilegiar a garantia dos direitos dos idosos acima de outras prioridades governamentais.” Em caráter de exemplo, o autor expõe que toda vez que o idoso estiver em situação de risco pessoal e social, este deverá receber um atendimento especial, de abordagem e tratamento diferenciado do fornecido à população em geral⁴⁵.

Contudo, o autor ainda afirma que o Estatuto do Idoso além de apresentar os direitos dos idosos e definir como prioridade absoluta, também indica os mecanismos de

⁴⁵ Estatuto do Idoso, Art. 47, Inciso III

exigibilidade⁴⁶, ou seja, estabelece que é da competência do Ministério Público, dos Conselhos do Idoso, da Ordem dos Advogados do Brasil entre outros órgãos a garantia de prioridade absoluta, promoção e fiscalização dos direitos dos idosos estabelecidos em Lei.

Considerando a necessidade de conhecer a realidade do idoso catarinense serão analisadas, algumas questões referentes aos idosos no Estado de Santa Catarina. Também será analisada a Política Estadual do Idoso de Santa Catarina (PEI/SC), objetivando entender o Sistema de Garantia de Direitos e assim compreender a operacionalização do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não Governamentais para implementação da PEI/SC. Com base nestas informações será possível analisar o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC), destacando como o CEI/SC vem defendendo e garantindo os direitos do cidadão idoso Catarinense.

⁴⁶ Tema que será abordado no subitem 2.2.1 – Sistema de garantia de direitos.

2. A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO EM SANTA CATARINA

2.1 A questão do idoso em Santa Catarina

Neste capítulo será analisada a questão do idoso no Estado de Santa Catarina. O levantamento realizado fundamentou-se em dados do IBGE e nos Relatórios das quatro Conferências Estaduais de Assistência Social (CEAS)⁴⁷, em especial serão apresentados dados demográficos a respeito da situação econômica, social, familiar dos idosos como também dados a respeito do BPC.

Através da análise dos Relatórios das quatro (04) Conferências Estaduais de Assistência Social - consideradas instâncias políticas privilegiadas de participação e construção da cidadania - realizadas em Santa Catarina, serão destacadas quais foram as principais questões identificadas e, deliberadas em favor da defesa e garantia dos direitos do segmento idoso. Por fim será apresentada análise a respeito da realidade das instituições asilares e da Rede de Atendimento ao Idoso no Estado de Santa Catarina.

No I PEAS / 1997⁴⁸, dados extraídos do IBGE de 1990, apresentam as seguintes informações:

POPULAÇÃO IDOSA					
URBANA			RURAL		
HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL
74.708	103.205	177.913	67.003	68.547	135.658

Fonte: Plano Estadual da Assistência Social de 1997

⁴⁷ I CEAS/ 1995; II CEAS/ 1997; III CEAS/ 2001 e IV CEAS/ 2003. Neste estudo será dada mais ênfase as duas últimas Conferências, por coincidir com o período proposto para a pesquisa a respeito do Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina como um espaço de defesa e garantia dos direitos do cidadão idoso.

⁴⁸ Somente no primeiro PEAS consta dado estatístico a respeito do idoso em Santa Catarina, não se localizou no II e III PEAS (1999, 2000/2003).

Percebe-se que o número de mulheres é maior do que o dos homens com uma margem de diferença expressiva no meio urbano. Portanto de acordo com informações do IBGE constata-se que os homens apresentam maiores salários, maior grau de escolaridade, e menor expectativa de vida em comparação à mulher idosa. Dados do IBGE também têm apontado que o crescimento populacional no meio urbano tem sido maior do que no meio rural, surgindo com isto maior demanda social, econômica e cultural para atender a população idosa.

O quadro seguinte demonstra qual foi a situação econômica dos idosos no ano de 1997, a fim de se ter uma idéia da população economicamente ativa em Santa Catarina.

POPULAÇÃO POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEXO E IDADE

TOTAL DA POPULAÇÃO /SC COM MAIS DE 60 ANOS									
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	ECONOMICAMENTE ATIVAS			NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
POP/SC	3.508.187	1.758.327	1.749.850	2.160.372	1.381.711	778.661	1.347.815	376.616	971.199
<60 anos	313.463	141.711	171.752	81.641	61.616	20.025	231.822	80.095	151.727

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios – 1990. PEAS/1997

Segundo análises realizadas no I PEAS/1997, 61,58% da população catarinense era economicamente ativa, entre estes, 3,77 eram pessoas com mais de 60 anos sendo mais expressivo do sexo masculino. Dos 38,42% não economicamente ativos, a população idosa correspondia a 29,77%, a presença feminina era maioria com 65,44%. (I PEAS, 1997, p. 16).

Esta realidade é em parte explicada pelo fato de que nas décadas de 1960 e 1970 a mulher não era estimulada a estudar e, somente quem tinha boas condições sociais podia concluir seus estudos. Desta forma o analfabetismo entre os idosos era bastante expressivo, principalmente entre as mulheres, e esta realidade afetava a participação da mulher no mercado de trabalho, ainda na década de 1997.

No ano de 2002, a maioria dos idosos era aposentados e pensionistas, ou seja dos 486 155 (8,8) idosos no Estado 402 962 estavam nesta condição social. Destes, 52,9% se concentram na faixa etária de 60 a 69 anos. Dos 402 962 aposentados e pensionistas idosos, 148 277 continuaram trabalhando, sendo que 61,5% se encontram na faixa etária de 60 a 69 anos (IBGE, 2003). O idoso ainda é considerado uma referência econômica na família em Santa Catarina, isto se deve ao alto índice de idosos aposentados e pensionistas no Estado e o fato de grande parte destes continuarem ativos, como aponta estatísticas do IBGE.

Dados do IBGE (2000) apontam que a população total em Santa Catarina corresponde a 5.357.863 estando 4.217.763 no meio urbano e 1.140.100 no meio rural. A população acima de 60 anos em Santa Catarina está distribuída da seguinte forma: 322.687 no meio urbano e, 107.555 no meio rural. O total de idosos em Santa Catarina com base no IBGE (2000) corresponde a 430.242 idosos⁴⁹.

Em 2000 a população idosa brasileira correspondia a 8,6% e em Santa Catarina 8,0% em relação a população catarinense. Percebe-se que a população idosa em Santa Catarina cresceu 1,2% em 2000 comparando com dados de 1991. Com isto o Estado acompanhou o mesmo crescimento populacional do País que também neste período cresceu 1,3%. (IBGE, 2000)

Em 1991, 71,9% dos homens acima de 60 anos eram responsáveis pelo domicílio enquanto que as mulheres representavam 28,1%. Em 2000 houve uma queda na porcentagem de homens idosos como referências nos domicílios, passou para 66,4% e as mulheres passaram a representar 33,6% dos responsáveis pelos domicílios. Destes, 51,9% dos idosos responsáveis pelo domicílio recebiam até 1 (um) salário mínimo no Estado de Santa Catarina em 1991, sendo que em 2000 a porcentagem de idosos que recebem até 1

⁴⁹ Dados Estatísticos sobre a população idosa em Santa Catarina. Fonte Conselho Estadual do Idoso. IBGE/ Censo/ 2000

(um) salário mínimo caiu para 36,4%, em compensação a porcentagem de idosos que passaram a receber mais de 5 salários mínimos dobrou para 17,6%, antes correspondia a 8,6% em 1991. Esta tendência também se percebe quando se observa a porcentagem de pessoas idosas responsáveis pelo domicílio no meio urbano e rural em relação ao rendimento nominal mensal.

Em 2001, o idoso considerado pessoa de referência na residência representava 64,8%, sendo que nesta mesma época a porcentagem de outro parente como referência caiu de 13,6 para 11,7. Em Santa Catarina, dados do IBGE (2001), apontam que 43,3% dos idosos com 60 anos ou acima moravam sozinhos, comparando com os Estados do Sul, é a maior porcentagem, pois na Região Sul a média é de 40,4% dos idosos morando sozinho.

Em Santa Catarina, dados do IBGE (2001), apontam que famílias que têm uma renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é composta de 4,6 pessoas e quando recebe uma renda de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ a família é formada de 4,0 de pessoas. Percebe-se que quanto maior a família residente em domicílio particular, menor a renda para sobrevivência. Família com rendimentos de até $\frac{1}{4}$ tem em média 2,7 filhos e quando recebe de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo tem de 2,1 filhos. Dados que confirmam que quanto menor a renda per capita de uma família maior o número de pessoas que constitui esta família.

Em 2002, dados do IBGE, apontam que a população idosa representava 9,0% da população total no Estado e que a faixa etária entre 60 e 64 anos é onde se concentra o maior número de idosos sendo que as pessoas com 80 anos representavam 0,8% da população idosa no Estado. As mulheres idosas representavam 54,5% da população e os homens 45,5%.

De acordo com estatísticas do IBGE (2002), Santa Catarina é o Estado do Brasil que apresenta o menor índice de pessoas idosas a partir dos 60 anos com rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo representando 0,3%, assim como no Rio de Janeiro a porcentagem de

idosos que recebem de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em Santa Catarina a população idosa representa 5,3%.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2002), o idoso em Santa Catarina, que vive precariamente, concentra-se nos 25,9% que recebem de $\frac{1}{2}$ a 1 (um) salário mínimo. Isto aponta para a necessidade de que o valor exigido para concessão do BPC estabelecido na LOAS, comprovação de renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa na família, deve ser alterado conforme reivindicações das Conferências de Assistência Social (Municipal, Estadual, Nacional) que propõem entre $\frac{1}{2}$ salário ou 1 (um) salário mínimo. Comparando a porcentagem de pessoas idosas que ganham mais de 5 salários mínimos no sul do país, a Região Metropolitana de Curitiba e Porto Alegre apresentam a maior porcentagem de idosos respectivamente 17,2 e 19,9% dos idosos que ganham até 5 salários mínimos.

Mas considerando o que já foi abordado no capítulo primeiro, subitem 1.3 que tratou do Sistema de Seguridade Social brasileiro e a questão do idoso e no subitem 1.3.1, quando foi realizada **Uma análise dos direitos do idoso: interface entre A Política Nacional com as deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social e com O Estatuto do Idoso**, onde foi abordado a respeito do direito assistencial do BPC ao idoso que tenha 65 anos ou mais e que não tenha condições de se manter e nem de ter suas necessidades providas por sua família devido a renda per capita de $\frac{1}{4}$ por pessoa. Em Santa Catarina dados do IBGE apontam que o número de idosos com renda per capita até $\frac{1}{4}$ é a menor de todo o País, porém é assegurado na Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina em seu art. 157 inciso V, a garantia de um salário mínimo pago ao idoso e ao PPD em observância a lei Federal em seus critérios de concessão e custeio do BPC.

Diante disto, apresenta-se a seguir o quadro da evolução da concessão e dos gastos com o BPC – LOAS no período de 1996 a 2003 no Brasil e em Santa Catarina. Construído

a partir de informações consultas nos documentos disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)⁵⁰.

Tabela 1- Evolução da concessão e dos gastos com o BPC – LOAS (1996 – 2003).

	Dez/03	Dez/02	Dez/01	Dez/00	Dez/99	Dez/98	Dez/97	Dez/96
IDOSO								
SC	6.917	5.564	3.854	3.241	2.383	1.613	657	318
R\$	17.571.686	11.160.144	7.577.375	4.982.758	3.236.882	1.720.990	683.487	205.941
Brasil	664.875	584.597	469.047	403.207	312.299	207.031	88.806	41.992
R\$	1.742.839.724	1.251.700.370	928.877.264	640.943.222	425.838.708	221.428.227	94.771.269	24.060.088

Fonte⁵¹: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Benefício Assistência de Prestação Continuada BPC – LOAS. Disponível www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/1_tab_evolucao_concessao.htm. www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/1_tab_gastos.htm. Acesso em 06/05/04. GEBPC/SEAS/MPAS/DATAPREV- SÍNTESE GOLD. (2002, p.1- 2)

Observando o quadro percebe-se a tendência demográfica de crescimento da população idosa e considera-se fator importante a inclusão de idosos a partir dos 67 anos no período de 01/01/1998 a 31/12/2003 como preconizava a LOAS. Como já visto, dados estatísticos do IBGE apontam que a população idosa entre a faixa etária de 60 a 64 anos é a mais populosa, portanto, com o novo dispositivo do Estatuto do Idoso, mais idosos a partir dos 65 anos serão beneficiados pelo BPC melhorando parcialmente a condição de quem se encontra inserido em famílias cuja renda per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo no Brasil e em Santa Catarina. Através das Conferências Estaduais de Assistência Social constata-se que a luta pelo direito dos idosos continua e o movimento é que, a idade para

⁵⁰ www.desenvolvimentosocial.gov.br/mds.

⁵¹ Para construir este quadro, além de consultar as tabelas da Evolução da Concessão e dos Gastos com o BPC – LOAS no período de 1996 a 2001, foi preciso consultar outros site para completar a tabela, tais como: www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/downloads/dezsc.pdf. / www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/docs/download_dez_02/sc_dez_02.pdf. / www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/docs/downloads/deztodos.pdf. / www.desenvolvimentosocial.gov.br/relocrys/bpc/docs/download_dez_02/todos_estados.pdf.

concessão do BPC chegue a 60 anos, igualando com a idade estabelecida na PNI, Política Estadual e agora com o Estatuto do Idoso, no Brasil.

Observando dados das instituições asilares no Estado de Santa Catarina (Anexo A), percebe-se que dos 293 municípios do Estado somente 36 possuem este tipo de instituição, o que confirma que, devido a condição de aposentado e pensionista dos idosos no Estado, grande parte ainda permanecem ativos no mercado de trabalho. Devido à condição econômica dos idosos catarinense, ainda tem sido possível morar sozinhos ou com a família.

Cabe ao Ministério Público a definição para criação e fiscalização das instituições asilares, e instituições de atendimento a pessoa idosa e ao Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) o dever de assegurar que os direitos dos idosos sejam respeitados. Diante disto foi realizado Convênio de Cooperação Técnica⁵², entre o Ministério Público e o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, para fiscalizar casas de repouso (asilos), hospitais, bancos e clínicas de atendimento ao idoso entre outras instituições públicas ou privadas, a fim de garantir a cidadania da pessoa idosa. Como assegura a Constituição Estadual de Santa Catarina, é de competência do Ministério Público a fiscalização das condições de vida e o tratamento dispensado aos cidadãos idosos em instituições públicas, ou privadas.

No Estado de Santa Catarina já foram realizadas duas vistorias pelo Ministério Público após os convênios firmados com o CEI/SC, Corpo de Bombeiros entre outros órgãos, a primeira fiscalização aconteceu em abril de 2002, e a segunda foi realizada em agosto de 2003⁵³. Na última vistoria⁵⁴ realizada, dos 36 municípios do Estado que possuem

⁵² O Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina foi assinado no dia 27 de julho de 2000. Anexo B

⁵³ Consultando site do Ministério Público será possível encontrar mapa da fiscalização realizada em SC às instituições asilares no ano de 2002 e 2003. www.mp.sc.gov.br

⁵⁴ Membros do CEI/SC participaram destas vistorias a convite do MP de acordo com o Convênio de Cooperação Técnica estabelecido entre estes dois órgãos. Em reunião Plenária em 2003 foi entre ao CEI/SC os relatórios das fiscalizações efetuadas para ser feito um parecer pelos membros do Conselho. Isto será melhor abordado no Capítulo 3 deste Trabalho.

instituições asilares, em 22 municípios todas as instituições foram fiscalizadas, em sete ocorreu de uma a duas fiscalizações nos estabelecimentos asilares dos municípios, e em outros sete municípios não ocorreu nenhuma visita do Ministério Público com seus colaboradores⁵⁵.

Neste momento serão analisadas as questões referentes aos idosos, identificadas a partir das avaliações e deliberações realizadas nas quatro Conferências Estaduais de Assistência Social, em Santa Catarina. Com base nestas informações busca-se identificar de que forma o CEI/SC vem se apropriando destas informações para desenvolver as ações em defesa e garantia dos direitos dos idosos no Estado.

I CEAS/ 1995	II CEAS/1997	III CEAS/2001	IV CEAS/ 2003
Financiamento e garantia de política de atendimento ao Idoso no Estado	falta de divulgação dos serviços prestados pela Assistência Social, por receio de demanda maior que a oferta	Alteração do per capita de menos de ¼ de salário mínimo para um salário mínimo como critério para acessar ao BPC e Benefícios Eventuais	identificação do usuário da Assistência Social a fim de garantir equidade no atendimento a concessão dos benefícios assegurados na LOAS
que as entidades que atendem as famílias no Estado e Municípios de Santa Catarina se articulem a fim de evitar o paralelismo de ações, melhorando os serviços prestados	exclusão de grande parte da população devido critério de concessão do BPC com base na renda per capita citada na LOAS	Diagnostico da realidade do idoso	paralelismo de ações no atendimento a uma mesma população alvo, devido falta de conhecimento dos trabalhos realizados na rede de atendimento disponível no Estado
necessidade de geriátras e gerontólogos nos Hospitais Regionais	manifestação dos municípios Catarinenses contra indeferimento dos processos a respeito do atual critério per capita de ¼ do salário mínimo para concessão do BPC	Criação de órgãos de defensoria pública nos municípios para atender casos de violência contra idosos	falta de Banco de Dados com cruzamento de informações para a elaboração de diagnostico social
realização de diagnostico sócio-econômico da realidade do idoso na própria residência do idoso	a falta de recurso financeiro na implantação da política de Assistência Social faz com que o quadro geral da condição sócio-econômica das famílias, não seja alterado	Instalação e manutenção de uma rede de serviços e programas de caráter público voltado à população de rua	necessidade de que a revisão do BPC seja realizada por profissionais de serviço social
necessidade de rever critérios a respeito da renda familiar para concessão do BPC	os recursos da Seguridade Social têm sido insuficientes para atender às necessidades da população beneficiária	Que seja garantido ao idoso acesso aos diversos serviços, tais como: saúde, habitação, transporte, entre outros	falta de investimento para atender idosos sem apoio familiar e social
política habitacional	Falta de divulgação a	Viabilizar a implantação	necessidade de garantia

⁵⁵ Consultar site do MP no link Programas Especiais – Histórico da Situação dos Municípios.

adequada à realidade sócio-econômica, com atendimento priorizando os menos favorecidos, com renda familiar inferior a três (03) salários mínimos.	população a respeito da política de atendimento na área de Assistência Social e quais os benefícios disponíveis	e permanência do “Vô Sabe” como Programa de Governo, dentro da Política Estadual do Idoso	de abrigo e cuidados especiais a pessoas que não possuam renda para se manter
		Que seja implementado programa voltado para os idosos e centros de convivência com equipes multidisciplinares, visando o resgate da cidadania	falta de recurso para os Serviços de Atenção à Pessoa Idosa (API) através dos Serviços de Ação Continuada (SAC)
		Implementação de programa habitacional que atenda a população em situação de pobreza e extrema pobreza	necessidade de revisão Federal dos critérios exigidos para concessão do BPC – renda per capita passando de ¼ para 01 salário mínimo e garantia do benefício para cada membro da família que seja PPD ou idoso não incluindo o valor do benefício na somatória da renda per capita exigida
		Desenvolver estudos para implementação de uma política de atendimento multiprofissional e intersetorializada, voltada para moradores de rua e migrantes, articulados pelo Estados e Municípios	Desenvolvimento de política habitacional que atenda a população de baixa renda em situação de pobreza e extrema pobreza
			Regulamentação sobre o funcionamento de instituições de atendimento ao idoso no Estado

Entende-se que a questão do idoso em Santa Catarina está atrelada à condição de vida das crianças e adolescentes catarinenses e de forma mais expressiva na situação familiar, ou seja, nos problemas sociais, econômicos enfrentados pela família que afeta direta ou indiretamente o idoso catarinense.

Na LOAS artigo 22 parágrafo 2º o atendimento ao núcleo familiar é de extrema prioridade na política de Assistência Social, onde a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz têm prioridade de atendimento em casos de

vulnerabilidades temporárias e calamidade pública, ou seja, estes têm direitos a receber benefícios eventuais para atender as necessidades advindas destes fatos.

Observando os itens relacionados a partir de cada relatório das CEAS, percebe-se que todas as Conferências Estaduais deliberaram a respeito da necessidade de revisão dos critérios exigidos para concessão do BPC, no que diz respeito à renda per capita de $\frac{1}{4}$ propondo que passe para um (01) salário mínimo. Também que o valor do BPC não seja incluído no cálculo da renda per capita, caso outro membro da família necessite receber o Benefício.

Destacou-se que nas CEAS, foi deliberado a respeito da necessidade de Banco de Dados através do qual seja possível o cruzamento de informações que possibilite a formulação do diagnóstico social, inclusive na área do idoso, como também evita o paralelismo de ações voltadas para o mesmo público alvo.

A este respeito buscou-se localizar na Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente quantas instituições de atendimento ao idoso há no Estado de Santa Catarina e onde se localizam.

A Política Estadual do Idoso assegura que cabe a SDS responsável pela implementação da PEI em Santa Catarina, implantar um sistema de informação a fim de subsidiar a elaboração de indicadores para a Política do Idoso como também subsidiar o Conselho Estadual do Idoso na elaboração do diagnóstico da realidade do idoso no Estado. Somente foi possível ter acesso a um catálogo Demonstrativo da Rede Prestadora de Serviços na Área de Assistência Social, onde há informações a respeito de todos os segmentos sociais (criança, adolescente, mulheres, entre outros) com base neste documento construiu-se uma tabela onde consta a espécie de Entidade que atende aos idosos e a meta estabelecida nos 293 Municípios do Estado, como se pode constatar no Apêndice B. Cabe ressaltar que as informações não são precisas, não se identifica que tipo de instituição e

quais as atividades são desenvolvidas para atender aos idosos, como se observa nos Planos de Assistência Social e na própria Política Estadual do Idoso, como se verá no próximo subitem.

Concluindo análise a respeito dos indicativos observados nos Relatórios das CEAS, constatou-se que em pelo menos três CEAS, avaliou-se a respeito da necessidade de uma Política Habitacional que atenda a necessidade da população de baixa renda, com Programas voltados para beneficiar aqueles que recebem até três salários mínimos, por exemplo.

No próximo subitem será abordado a respeito da Política Estadual do Idoso, tendo como base as análises a respeito dos Planos Estaduais de Assistência Social, onde se destacam Programas, Projetos e Ações em favor do idoso em Santa Catarina.

2.2 Política Estadual do Idoso: uma questão de garantia

Para abordar a respeito da Política Estadual do Idoso (PEI/SC) Lei Nº 11.436 (07/06/2000), e apresentar as propostas de atendimento ao idoso em Santa Catarina, serão utilizados, a Constituição Estadual de Santa Catarina, e o Decreto Nº 3.514 (29/11/2001) que regulamenta a PEI/SC. Também para realizar esta análise buscou-se identificar os indicativos nos Planos Estaduais de Assistência Social⁵⁶, que apresentam propostas de atendimento e de cumprimento dos direitos assegurados à pessoa idosa. Em especial serão analisados os indicativos do III PEAS Plurianual (2000/ 2003), pois o período coincidiu

⁵⁶O Plano Estadual da Assistência Social é formulado e implementado de acordo com o reordenamento institucional preconizado pela LOAS, cabendo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (SDF) o papel de comando único da esfera estadual em Santa Catarina. Neste trabalho estarão sendo analisados dados dos seguintes Planos: I PEAS, 1997; II PEAS, 1999; III Plano Estadual da Assistência Social Plurianual, 2000-2003 (PEAS).

com a promulgação da PEI/SC auxiliando, desta feita, na análise sobre o Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina (CEI/SC).

Com o estudo das Leis e documentos referentes aos Programas e Projetos voltados para os idosos no Estado, buscou-se realizar uma análise das ações desenvolvidas pelo CEI/SC juntamente com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais que têm representação no Conselho, a fim de identificar de que forma o CEI/SC vem participando na formulação, defesa e garantia dos direitos do cidadão idoso no período de 2000 a 2003.

A Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 no Art. 189 determina que:

- I. os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares;
- II. aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas e intermunicipais de características urbanas, assim classificadas pelos poderes concedentes;
- III. definição das condições para a criação e funcionamento de asilos e instituições similares, cabendo ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as condições de vida e o tratamento dispensado aos idosos.

Parágrafo 1º - O Estado prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso bem como às instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento, oferecendo prioridade no treinamento de seus recursos humanos.

Parágrafo 2º - Para a eliminação do quadro de marginalização social, o Estado facilitará os procedimentos fiscais, legais e burocráticos em favor do associativismo de trabalho das pessoas idosas que visem ao aproveitamento de suas habilidades profissionais e complementação da renda para sua sobrevivência.(Constituição Estadual de Santa Catarina. 1989, art. 189)

Com base na Constituição Estadual destaca-se que o idoso tem o direito de permanecer com sua família, sendo protegido por esta e somente em caso extremo ou por própria vontade ser institucionalizado. A família, a sociedade e o Governo Estadual têm o dever de proporcionar aos idosos meios de desenvolver sua autonomia, sua participação social, política e cultural.

O idoso deve ter seu direito de ir e vir respeitado. No caso das pessoas idosas acima de 65 anos, estas devem usufruir o direito de transporte gratuito conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e em Santa Catarina a Constituição Estadual de 1989.

Cabe à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Urbano e Meio Ambiente (SDS)⁵⁷ a formulação e execução da Política Estadual de Assistência Social do Governo. Através dos Planos Estaduais da Assistência Social (PEAS), identifica-se de que forma o Estado por meio de suas Secretarias em especial da SDS vem propondo ações para atender os idosos no Estado catarinense.

Com o estudo dos três PEAS identificou-se, os Programas, Projetos, Benefícios e seus respectivos objetivos, metas e orçamentos para atendimento do idoso catarinense.

No **I PEAS de 1997**, havia a proposta de criação de um **Centro-Dia** para os idosos que apresentassem limitações e não tivessem condições de ser cuidado por seus familiares durante o dia. Outro projeto é o de capacitação dos voluntários envolvidos na rede de assistência do Estado, realizando encontros na área da criança e adolescente, idoso e pessoas portadoras de deficiência (PPD), visando cumprir um dos princípios da LOAS em seu artigo 4º e parágrafo III, que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Nos anexos do **II PEAS de 1999**, identificou-se os Serviços Assistenciais do Estado com suas metas, previsão de recursos para os municípios do Estado de Santa Catarina. Os Serviços de Atenção à Pessoa Idosa (API) para todos os municípios do Estado de Santa Catarina eram:

- Asilar, com 804 metas realizadas e 1175 previstas, com um total de recursos previstos para 1999 de 2.296.686,12 (Âmbito Federal, Estadual e Municipal)
- Conviver, com 69.196 metas realizadas e 116.545 previstas, com um total de recursos previstos para 1999 de 18.071.935,66 (Âmbito Federal, Estadual e Municipal)

⁵⁷ Através da Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (SDF), foi extinto passando a funcionar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS), conforme consta no Art. 49 desta Lei.

Também foi constatado no II PEAS (1999) incentivos às empresas privadas para desenvolverem vagas de emprego para usuários da Assistência Social – portadores de deficiência, idosos, jovens aprendizes, etc.

No **III PEAS Plurianual de 2000-2003** foi proposto o repasse de recursos financeiros para os Programas de Idosos, sendo eles: **CONVIVER e ASILAR**⁵⁸. Ainda são destacados Projetos previstos para atendimento ao idoso em Santa Catarina, tais como:

- Seminário Estadual de Sensibilização e Articulação Institucional sobre a Temática do Envelhecimento (**SESAITE**) – para capacitação de gestores municipais;
- **O Vô Sabe**: Projeto que deveria ser executado pela Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família, através deste projeto busca-se valorizar as experiências de vida da pessoa idosa e promover a integração entre as gerações.;
- **Formação de Cuidadores** para a Terceira Idade: Projeto de capacitação técnica e prática para cuidadores de idosos em Centros de Convivência, Casas Asilares, domicílios, etc. Com previsão de execução do projeto nos 293 municípios catarinenses;
- **Disque-Idoso**: serviço de atendimento da população idosa em Santa Catarina através de telefone on-line;
- Jogos de Integração do Idoso – **JIDO**, apoio à realização destes eventos através da divulgação e financiamento, a fim de promover a integração social do idoso;

O Programa de Assistência **Tecendo Cidadania**, aparece no III PEAS (200-2003) com previsão de ser executado pelos municípios de Santa Catarina, no período entre 2000 e 2002, sob a coordenação da SDF em articulação com os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas (Assistência Social; Criança e Adolescente; Idosos).

⁵⁸ De acordo com o Decreto N° 3.514 (29/11/2001), Art. 1º entende-se por Modalidade Asilar – “local de atendimento em regime de internado para a pessoa idosa que não possua vínculo familiar ou que se encontre em estado de abandono, de carência de recursos financeiros próprios ou da própria família.”

A Política Estadual do Idoso em Santa Catarina (PEI/SC) foi promulgada em 07 de junho de 2000, fruto de lutas sociais conforme se verá no capítulo 3.1 neste trabalho. Portanto cabe afirmar que esta lei atende preceitos estabelecidos na PNI, e objetiva “assegurar a cidadania do idoso, criando condições para a garantia de seus direitos, de sua autonomia, integração e a participação na família e na sociedade.” (LEI Nº 11.436, 2000, artigo 1º)

De acordo com os princípios da PEI/SC o idoso deve ser respeitado e assegurado o direito de participação social, política e cultural, onde “o idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas por intermédio desta política”. (Lei Nº 11.436, 2000, art. 3º inciso IV)

A participação do idoso deve se dar através das organizações de representação que também formula, implementa e avalia as políticas, planos, programas e projetos voltados para atender as necessidades dos idosos.

Compete a SDS coordenar a PEI/SC com o apoio dos Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso. Também compete a SDS, articular as Secretarias Estaduais e Órgãos Federais responsáveis pelas Políticas Públicas e Sociais a fim de elaborarem o Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para a implementação da PEI/SC.

No artigo 7º da PEI/SC estão relacionados às ações a serem desenvolvidos na área de previdência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte, lazer e turismo, ciência e tecnologia, agricultura.

De acordo com o artigo 6º do Decreto Nº 3.514, de 29/11/2001, compete as Secretarias de Estado de cada área relacionada, no art. 7º da PEI/SC, submeter ao CEI/SC proposta orçamentária para financiar programas estaduais, em observância a PEI/SC.

Ainda cabe a SDS apoiar o CEI/SC na elaboração do diagnóstico da realidade do idoso. Consultando o Mapa de Exclusão Social no Estado, constatou-se que não há dados a respeito da realidade do idoso. Também não se localizou na SDS, cadastro de entidades e organizações de atendimento ao idoso no Estado, conforme preconiza a PEI/SC.

Com base neste estudo objetiva-se compreender o contexto no qual o CEI/SC desenvolve suas atividades para defender os direitos assegurados por lei aos idosos, e de que forma as parcerias realizadas entre o Estado, Sociedade Civil e o Conselho Estadual atendem as reais necessidades dos idosos em Santa Catarina, seja na área urbana ou rural.

Portanto, no capítulo 3, quando forem recuperadas as Atas das Reuniões Plenárias do CEI/SC no período de 2000 a 2003 destacar-se-á de que forma o Conselho tem acompanhado as ações do Estado, em especial as propostas no III Plano Plurianual (2000-2003) e desta forma tem assegurado os direitos do cidadão idoso no Estado de Santa Catarina em conformidade com as leis existentes.

2.3 Sistema de Garantia de Direitos – Promoção, Defesa e Controle Social

Neste subitem pretende-se analisar a respeito do Sistema de Garantia de Direitos ou Política de Atendimento de Direitos, com a finalidade de compreender e, assim identificar de que forma o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) inserido neste Sistema atua para que o cidadão idoso tenha seus direitos defendidos e garantidos.

Foi realizado pesquisa nas seguintes fontes: Estatuto comentado (ABREU FILHO Coord., 2003) e Sistema de Garantia de Direitos (CENDHEC, 1999), através destes foi possível realizar análise a respeito do Sistema de Garantia de Direitos, embora os artigos da CENDHEC (1999) tratam especificamente do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente tendo como base o respectivo Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA/1990), porém a leitura destes artigos possibilitaram a compreensão deste Sistema em relação a garantia dos direitos dos idosos.

Com base legal na Constituição Federal brasileira de 1988 (Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais) e, em especial no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia de Direitos, foi formulado para identificar um sistema integrado entre entidades, e órgãos governamentais envolvidos no atendimento da criança e do adolescente.

Através da análise realizada por Garcia (1999), percebe-se que

O Sistema de Garantias teve a sua primeira formulação pública elaborada por Wanderlino Nogueira Neto, no III Encontro da Rede Nacional de Centros de Defesa do Recife, no ano de 1993, e posteriormente foi desenvolvido por várias instituições, dentre elas o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. [...] O Sistema é constituído por três eixos: Promoção, Controle Social, Defesa/Responsabilização. (GARCIA, 1999, p. 208)

Outros segmentos sociais passaram a desenvolver suas ações com base neste Sistema, cumprindo dispositivos da nova Constituição Federal.

Paixão (2002) define que o “sistema de garantia de direitos se caracteriza por uma interação de espaços, instrumentos e atores no interior de cada um dos eixos” ou seja os três eixos que constituem o Sistema de Garantia de Direitos influenciam-se mutuamente e, de acordo com a autora ocorre uma “retroalimentação entre os três eixos.” Ou seja para que haja êxito no sistema de garantia de direitos os eixos Promoção, Defesa e Controle Social que o compõe devem ser devidamente ordenado de forma a alcançar o objetivo de assegurar o direito ao cidadão.

Este Sistema não aparece discriminado na Constituição Federal de 1988, nem na Política Nacional, Estadual ou Estatuto do Idoso mas é através dos eixos que o constitui

que os órgãos públicos, entidades de atendimento ao idoso, e demais instituições asseguram os direitos fundamentais estabelecido em lei.

Através da análise deste Sistema tenta-se identificar de que forma o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) que objetiva implementar a Política Estadual do Idoso no Estado de Santa Catarina, tendo como base a Política Nacional do Idoso e recentemente o Estatuto do Idoso, vem juntamente com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais e em parceria com o Ministério Público, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, entre outros agentes, desenvolver ações com base nos três eixos estabelecidos no Sistema de Garantia de Direitos - Promoção, Defesa e Controle Social - assegurando os direitos de liberdades fundamentais e dos direitos humanos (individuais, sociais e coletivos), direitos estes previstos na Constituição Federal de 1988.

Em termos jurídicos entende-se a **Garantia** como sendo “uma técnica jurídica idônea para assegurar o cumprimento ou a efetividade dos conteúdos expressos nas normas jurídicas.” (GARCIA, 1999, p. 147). Para que os direitos fundamentais do cidadão idoso sejam efetivados na prática é necessário que os sujeitos que acionam as leis, assegurando direitos aos idosos, sejam capazes de intervir no campo técnico, no campo político e no campo jurídico-social. Ou seja, entidades de atendimento ao idoso, órgãos públicos e sociedade civil inseridos na Política de Garantia de Direitos mediante os eixos de promoção, controle social e defesa dos direitos do cidadão. Estes três eixos do Sistema de Garantia de Direitos requerem dos sujeitos (que intenta uma ação em juízo a favor dos direitos do cidadão) que tenham conhecimentos técnicos, políticos e sociais. A fim de garantir com efetividade os direitos integrais assegurados pela política de atenção aos idosos.

Com a análise realizada a fim de compreender o que é Sistema de Garantia de Direitos, serão destacados os três eixos que constituem este Sistema, e quais os órgãos e

entidades que atuam no âmbito de cada um, este levantamento será feito com base nas fontes consultadas em Abreu Filho (1999),(2003) e Garcia (1999) . Com base nestas informações será realizado análise no Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para implementação da PEI/SC, no capítulo 3.2.

1- **Eixo Promoção:** As políticas sociais básicas devem atender às necessidades humanas e, de acordo com Abreu Filho (1999, p. 166)⁵⁹ isto ocorre mediante a um “Plano de Garantia de Direitos”⁶⁰, o principal intuito deste Plano na área do idoso é dar atenção integral através de ação articulada e integrada entre os diversos setores envolvidos. Através do eixo promoção as políticas sociais devem zelar pelos direitos humanos, propiciando espaço político para a reforma estrutural da sociedade “tendo em vista a promoção e garantia de direitos.” (GARCIA, 1999, p. 260)

Os principais atores envolvidos na Promoção dos direitos de política social são: os diferentes Setores Públicos responsáveis pelas políticas sociais básicas (Saúde, Educação, Habitação) representados por Secretaria de Estado e Municípios; os Conselhos de Direitos (Idoso); os Conselhos Setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação) e as entidades de atendimento Não-Governamentais. A estes atores compete fazer acontecer o direito (atendimento) do cidadão. (GARCIA, 1999; ABREU FILHO, 1999; Coord., 2003).

2- **Eixo Defesa:** Através deste eixo o Sistema de Garantia de Direitos prevê a função de responsabilização em Juízo, da família, sociedade ou Estado, quando em casos

⁵⁹ Consultar também Abreu Filho. (2003)

⁶⁰ Com base em Abreu Filho (1999) compreende-se que o Plano de Garantia de Direitos está fundamentado nas diretrizes de descentralização-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988 e, nada mais é do que um Plano de Ação formulado, seja a nível Federal, Estadual ou Municipal com a finalidade de promover e garantir os direitos de liberdades fundamentais e dos direitos humanos dos cidadãos tendo em vista o desenvolvimento de ações articuladas entre Governo e Sociedade Civil, comprometidos com a efetivação das políticas sociais. O Plano de Garantia de Direitos diz respeito à “uma ordenação lógica e detalhada da ação a ser desencadeada e deve apresentar, de forma clara e simples, o trabalho a ser executado, os objetivos, a metodologia e a definição das responsabilidades de cada setor, contemplando os aspectos emergenciais e promocionais” (ABREU FILHO, 1999, p. 167). No subitem 3.2 deste trabalho aborda-se a respeito do Plano de Ação voltado para o segmento idoso com base no Sistema de Garantia de Direitos, no Estado de Santa Catarina.

de omissão, desrespeito, irregularidade no atendimento ao idoso, violação dos direitos individuais ou coletivos do idoso. Através deste eixo assegura-se a exigibilidade dos direitos do cidadão.

Este eixo tem como função principal a intervenção e prática social da defesa dos direitos estabelecidos em lei. Todo direito estabelecido, encontra no eixo da defesa uma oportunidade de intervenção para a sua garantia.

Os atores que atuam sob o eixo da defesa dentro do Sistema de Garantia de Direitos pertencem ao Setor Público e a Sociedade Civil, ou seja: o Ministério Público; Ministério do Trabalho; o Poder Judiciário; Secretaria de Segurança Pública; Defensoria Pública; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Centro de Defesa de Direitos Humanos e Entidades Sociais que possuem condições de demandar em juízo, entre outros agentes. (ABREU FILHO, 1999; Coord., 2003; GARCIA, 1999).

Com base no dispositivo da Lei Nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, afirma-se que os Conselhos do Idoso são responsáveis pelo cumprimento dos direitos dos idosos e para isto compete aos Conselhos (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais) do idoso, juntamente com o Ministério Público, Vigilância Sanitária entre outras a fiscalização de entidades Governamentais e Não-Governamentais que atendam ao idoso. (Estatuto do Idoso, 2003, Artigos 7º e 52). Afirma-se que o Estatuto do Idoso inovou quando incluiu os Conselhos de Direito do Idoso no eixo de defesa, dentro do Sistema de Garantia de Direitos, instrumentalizando-os com base na Lei para garantia, mediante a fiscalização, de que os direitos dos idosos sejam respeitados e efetivados no âmbito do atendimento ao cidadão.

Paixão (2002) cita algumas medidas que podem ser tomadas pelos agentes que constituem o eixo da defesa dos direitos do cidadão idoso:

Ações Judiciais: habeas corpus, mandato de segurança, ações criminais, ação civil pública, etc.; Procedimentos e medidas administrativas:

apuração de irregularidades em entidades de atendimento, apuração de infração administrativa às normas de proteção, fiscalização de entidades, advertências, multas, suspensão/fechamento de atividades; Mobilização social e medidas sóciopolíticas: pressão popular legítima. (PAIXÃO, 2002)

Cabe afirmar que cada agente agirá de acordo com as determinações estabelecidas, ou seja, dentro de suas competências. No caso do Conselho do Idoso este levará a denúncia ao órgão competente para serem aplicadas as devidas medidas asseguradas em Lei. Cabe ressaltar que não basta somente a fiscalização das ações mas é necessária a avaliação dos impactos destas, no meio social quando do atendimento as necessidades humanas. E isto também justifica a ação realizada pelo terceiro eixo, Controle Social, como se verá.

3- Eixo do Controle Social: De acordo com Abreu Filho Coord. (2003) o eixo Controle Social (Vigilância do direito), tem a função específica de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos direitos sociais. O controle social permite a intervenção no campo da garantia de direitos através do eixo da Promoção, e da Defesa, sendo portanto indispensável para o Sistema.

Segundo Garcia (1999) “O eixo do controle é para juntar forças, juntar idéias, fazer pressão, impactar a opinião pública. Ele prepara e legitima a intervenção direta sobre a ação governamental e não-governamental, a partir do eixo da promoção e do eixo da defesa.” (GARCIA, 1999, p. 264)

Ainda segundo a autora, também se produz novos conhecimentos no eixo do controle social, através de pesquisas e estudos produzidos pelas instituições tendo um papel fundamental “na formação social, para a cidadania, para o exercício dos direitos, para a participação na relação com o Estado e no subsídio para as políticas públicas.” (GARCIA, 1999, p. 264)

Através deste eixo delimita-se e formula-se a política de atendimento aos direitos dos idosos mediante as políticas públicas. Também é no âmbito da Promoção, que “estão

articulados espaços públicos e institucionais responsáveis pela formulação das políticas e pelo estabelecimento das diretrizes do planejamento, de modo a atingir a exigência de universalização dos serviços.” (PAIXÃO, 2002)

As organizações da sociedade civil constituem os atores principais que desenvolvem ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação mediante o controle social, juntamente com a Câmara de Vereadores, a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros, e os Conselhos de Políticas Públicas (dos direitos dos Idosos, Assistência Social, Saúde, Educação).

Os atores envolvidos no eixo do controle social devem exercer pressão, mobilização, produção de conhecimentos em torno da questão do idoso, considerando a responsabilidade pela capacitação permanente da sociedade no sentido de respeitar e contribuir com o desenvolvimento dos direitos assegurados aos idosos.

Abreu Filho Coord. (2003) discorre que, para que o Sistema de Garantia de Direitos viabilize as Leis de atendimento ao idoso é importante que haja mecanismos de exigibilidade, as Políticas Públicas através da atuação do governo e, os instrumentos judiciais através da atuação do judiciário, ou seja:

As políticas públicas atuam de forma preventiva a fim de evitar a ocorrência de violações a direitos do idoso. De outro lado, os mecanismos processuais exercem um papel repressivo minorando as consequências de possíveis violações ocorridas, embora em alguns casos possam ser utilizados preventivamente. (ABREU FILHO Coord., 2003)

De acordo com o autor a Constituição Federal do Brasil de 1988, já previa estes mecanismos de exigibilidade a fim de assegurar a garantia dos direitos fundamentais de forma preventiva ou repressiva, conforme Paixão (2002) afirmou anteriormente.

No capítulo três referente ao Conselho Estadual do Idoso, se procurará identificar através das deliberações do CEI/SC (registradas nas Atas de 2000 a 2003), de que forma o

Conselho mediante os Grupos de Trabalho, e as Comissões Regionais do Idoso vem desenvolvendo ações que garantam os direitos do cidadão idoso em Santa Catarina.

Através do estudo realizado a respeito do Sistema de Garantia de Direitos e seus eixos – Promoção, Defesa e Controle Social, pretende-se identificar no estudo dos Planos Integrados de Ações Governamentais e Não-Governamentais de que maneira os agentes envolvidos com a questão do idoso têm se organizado para atender as necessidades e cumprir o que a lei estabelece para os idosos no Estado de Santa Catarina.

3. O CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO

3.1 Conselho Estadual do Idoso: espaço de construção e garantia de direitos do cidadão

Este Capítulo, apresenta A análise a respeito do Conselho Estadual do Idoso no período entre março de 2000 a dezembro de 2003, período de tempo referente a duas Gestões, como será visto mais adiante. Cabe acrescentar que até dezembro de 2002 o Conselho Estadual do Idoso estava vinculado a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (SDF), conforme estabelecido na Lei 10.073 (30/01/1996), com a mudança de Governo em janeiro de 2003, assumindo o Governador Luiz Henrique da Silveira, ocorreram mudanças Administrativas no Estado e com isto alterou-se o nome desta Secretaria a qual o CEI/SC estava vinculado passando a ser conhecida como Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDS)⁶¹.

O Conselho Estadual do Idoso, deve funcionar com vista a promover a integração de ações governamentais e não governamentais em favor do idoso, buscando com isto identificar as reais necessidades do segmento ao qual está a serviço com o intuito de formular e acompanhar o desenvolvimento de Política que defenda e garanta os direitos do cidadão idoso.

Recuperando as Atas do CEI/SC⁶² analisa-se a ação realizada pelo Conselho e de que forma esta vem defendendo e garantindo direitos aos idosos. Foi construída a Tabela 2,

⁶¹ Consultar Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003.

⁶² Para realização deste estudo foi consultado livro de Atas (de março de 2000 a fevereiro de 2003) e arquivos de Atas (de março a dezembro de 2003) no computador do CEI/SC, totalizando 40 Atas referentes as gestões de 2000 e 2003. Para efeito de esclarecimento, destaca-se que no Ano de 2000 uma Ata corresponde a reunião da Diretoria eleita no CEI/SC, outra á Plenária Extraordinária e outra do Encontro Estadual (CEI/SC – CRI – ANG). Nos meses de jan./fev./ maio/ agosto/ set. e

através do levantamento das 40 atas pesquisadas do CEI/SC, onde se identificaram quais os conteúdos levados as Reuniões Plenárias pelos GT's, CRI, Diretoria Posteriormente no item 3.3 identificar-se-á quais foram às conquistas e desafios das gestões de 2000 - 2003, tendo como fundamento às próprias leis de criação do CEI/SC e os Regimentos Internos (do CEI/SC, dos GT's e CRI's).

Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1976 desenvolveram, pesquisas a respeito da velhice no Brasil e destacou-se a “situação de isolamento social, marginalização, preconceito e principalmente de pobreza freqüente do velho brasileiro” (BORGES, 2003, p. 99).

A partir da década de 1980 ocorreram diversos movimentos sociais no Brasil, reivindicando atenção e direitos, tornando público a situação do idoso brasileiro, e a partir disto desenvolvendo-se políticas voltadas para o segmento idoso.

Schmitz (1995), recupera que no período entre 1984 a 1987, aconteceu em nível Nacional, mobilizações sociais dos idosos com intuito de reivindicar seus direitos, esta luta repercutiu na inserção de artigos na Constituição Federal de 1988 assegurando dispositivos a respeito dos direitos dos idosos.

Em 1984 o Governo do Estado cria a Entidade Promoção, Mobilização e Valorização de Recursos Humanos (PROMOVER) a fim de atuar na área do idoso, sendo coordenada pela primeira dama do Estado.

Segundo Schmitz (1995), em Santa Catarina a partir do ano de 1986, movimentos sociais organizados, promoveram o I Seminário de Política Social do Idoso, estabelecendo

nov., não há registro em Atas a respeito de Reunião Plenária neste ano de 2000. No que diz respeito ao ano de 2001 a Ata de (21/03/01) registra a Reunião da CRI da Grande Florianópolis, para eleição de nova diretoria. Nas Atas de 2002, não consta terem ocorrido reuniões em janeiro e fevereiro, o que indica tendência a recesso nas atividades do CEI/SC. No ano de 2003, as reuniões iniciaram em fevereiro onde também consta em Atas a realização de duas reuniões no primeiro mês de atividades do CEI/SC, no decorrer do ano de 2003 há registro de que as reuniões Plenárias ocorreram mensalmente sem ser preciso Reunião Extraordinária, totalizando 12 reuniões com registro em Ata.

“propostas básicas para efetuar política social para a Terceira Idade no Estado, em nível de conscientização, legislação, ação social, cultura, lazer, saúde e educação.” (SCHMITZ, 1995, p. 15)

Consta em Ata de 09 de maio de 1988⁶³ do CEI/SC, que foi realizado uma reunião entre as entidades de atendimento ao idoso, com objetivo de elaborar Projeto de formalização de uma Comissão para tratar dos assuntos referentes aos idosos no Estado. Na ocasião foi criada sob a coordenação da PROMOVER, a Comissão Estadual do Idoso em Santa Catarina, formada por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com objetivo de “Formular e acompanhar a política catarinense de promoção e defesa dos direitos dos idosos e desencadear o processo para criação do Conselho Estadual do Idoso.” (Relatório Gestão 1996/1999, p. 4). A partir disto foi realizado no dia 31 de maio a I Assembléia Geral da Comissão Estadual do Idoso.

No livro de Atas de 1987 a 1990 no CEI/SC, consta a realização de diversas reuniões da Comissão Estadual do Idoso, entre maio a agosto do ano de 1988, tratando a respeito da Política Social do Idoso, destaca-se que estas reuniões precederam a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988. Houve uma organização para realização de Encontros Regionais com intuito de discutir a respeito da Política Social do Idoso em Santa Catarina, desta forma constata-se a luta social para o reconhecimento da questão do idoso.

O Conselho, órgão paritário, deliberativo e permanente, têm na Constituição Brasileira Federativa de 1988, sua legalização, constituindo-se em um órgão representativo, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis - Federal, Estadual e Municipal (CF/ 1988, Artigos 194, inciso VII; 198, inciso III; 204, inciso I e II). Com isto, o Conselho do Idoso, através da paridade entre Governo e

⁶³ Consultaram-se as primeiras Atas, arquivadas no CEI/SC para identificar a criação do Conselho e sua estrutura inicial.

Sociedade Civil têm na Lei o fundamento para ser um espaço de defesa dos direitos do cidadão idoso nos três níveis de decisão.

Em Santa Catarina a Comissão Estadual do Idoso participou da mobilização e conscientização de lideranças da Constituinte Estadual, influenciando na formulação do Artigo 189 da Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989. Ainda esta Constituição dispõe a respeito do funcionamento de Conselhos Estaduais, como “instrumentos de gestão democrática das ações da administração pública” com representação paritária composto de membros do Poder Público e da sociedade civil organizada, com atuação prevista em lei, nos campos administrativos, social e econômico. (Constituição Estadual de Santa Catarina, 1989, Artigo 14, inciso I)

O artigo 157 da referida lei em seu parágrafo único inciso II dispõe a respeito da participação da população através de representantes organizacionais, para formular políticas públicas e exercer o controle das ações.

Também em 1989 foi elaborado o primeiro anteprojeto de lei para criação do Conselho Estadual do Idoso, como contribuição da Comissão Estadual do Idoso. As entidades de atendimento ao idoso participantes da Comissão Estadual em Santa Catarina realizaram reunião em março de 1989, com entidades em nível regional, para composição, também, das Comissões Regionais do Idoso no Estado.

Em 22 de janeiro de 1991 realizou-se a I Assembléia Ordinária do Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina, onde foi informado pela Presidente da PROMOVER⁶⁴, a respeito da assinatura do Governador aprovando a Lei Nº 8.072 (25/09/1990)⁶⁵ que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina, fruto das ações desenvolvidas pela Comissão do Idoso no Estado. Nesta ocasião

⁶⁴ Entidade que coordenava as reuniões da Comissão Estadual do Idoso em Santa Catarina.

⁶⁵ Esta Lei passou por várias alterações, foi alterada pela Lei Nº 8.320 (05/09/1991); alterada pela Lei Nº 10.073 (30/01/1996) em vigor, que teve art. 3º alterado pelas Leis Nº 11.196 (08/11/1999) e Nº 12.502 (16/12/2002). Em 2002 e 2003 o CEI/SC se empenhou na formulação de Anteprojeto de Lei que altera todas as disposições anteriores a respeito do Conselho Estadual do Idoso, Anexo C.

foi realizada a primeira eleição para Presidência do Conselho sendo eleita a representante titular da PROMOVER – Maria Luiza Campos Ferreira.

O Conselho Estadual do Idoso, de acordo com a Lei Nº 8.072, (25/09/1990), foi criado como órgão de deliberação coletiva, vinculado à Casa Civil, com competência para “definir política social do idoso [...]; propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso; oportunizar processo de conscientização da sociedade em geral, com vista à valorização do idoso” (Artigo 2º) dentre outras competências, também para promover a integração de instituições que atuem em favor da causa social do idoso.

Na Assembléia Ordinária do CEI/SC, que ocorreu em 19/02/1991 foi levantada a necessidade de se dar continuidade as ações realizadas junto as Comissões Regionais, a fim de manter os trabalhos de cooperação entre o CEI/SC e as Comissões Regionais no Estado. Também foi levantada a necessidade de que cada entidade/órgão que compunha o CEI/SC divulgasse as ações realizadas em favor do idoso em Santa Catarina.

Com base nesta breve recuperação histórica a respeito da questão social, política do idoso no Brasil e Santa Catarina e com a repercussão da Constituição Federal e Estadual viabilizando a criação e organização de Conselhos, percebe-se o engajamento inicial da Comissão Estadual do Idoso e conseqüentemente do Conselho Estadual do Idoso para articular forças do Governo com a Sociedade Civil a fim de promover, defender e garantir os direitos dos idosos no Estado de Santa Catarina.

Recuperando o estudo realizado no subitem 1.3.1 a respeito da Política Nacional do Idoso, consta que um dos princípios desta Política é a descentralização político-administrativa e com base nisto compete aos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso deliberar a respeito da PNI de acordo com a realidade das respectivas instâncias político-administrativa. Portanto cabe recuperar as competências do CEI/SC, que de acordo com a Lei 10.073 (30/01/1996), são:

- I – formular, acompanhar e fiscalizar a política social para a terceira idade, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta fundamentalmente a inter-relação da causa do idoso com o sistema vigente;
- II - propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso;
- III – sugerir aos órgãos da administração pública estadual proposta orçamentária destinada à execução das políticas para a terceira idade;
- IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à execução da política social do idoso;
- V – oportunizar processo de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso;
- VI – promover a integração de entidades governamentais e não governamentais que atuem em favor da causa do idoso;
- VII – exercer outras competências estabelecidas no seu regimento interno. (Artigo 2º, incisos I – VII)

O CEI/SC que é órgão de deliberação coletiva e permanente é composto por 28 (vinte e oito)⁶⁶ membros titulares e respectivos suplentes⁶⁷, a nomeação dos representantes paritários de órgãos Governamentais e Não-Governamentais é realizada pelo Governador do Estado, a fim de que cumpra mandato de 2 (dois) anos, facultado a recondução ao cargo de Conselheiro do CEI/SC.

Cabe destacar que a estrutura organizacional do CEI/SC é constituída de uma Plenária; uma Diretoria; de Comissões Regionais e por uma Secretaria Executiva. No Regimento Interno (Anexo D) do CEI/SC estão presentes as atribuições de cada um destes órgãos democráticos. No caso da Diretoria esta será constituída de 4 (quatro) conselheiros eleitos em Plenária para exercerem os cargos de Presidente; Vice-Presidente; 1º e 2º Secretario com suas atribuições também previstas em Regimento Interno do CEI/SC, e mandato de dois anos compatíveis com o mandato dos conselheiros representantes de

⁶⁶ Consultar relação das OG's e ONG's no CEI/SC no Anexo J

⁶⁷ Lei Nº 12.502 (16/12/2002), que altera dispositivo da Lei nº 10.073 (30/01/1996), alterada pela Lei nº 11.196, de 1999. Cabe ressaltar que no ano de 2003 novamente foi elaborado anteprojeto de lei que altera as leis de criação do CEI/SC e por conseguinte neste documento foi proposto em seu artigo 3º que o Conselho seja constituído por dez membros titulares e, igual número de suplentes, representantes paritários Governamentais e Não-Governamentais. Para maiores informações sugere-se consultar Anexo C.

órgãos Governamentais e Não-Governamentais de acordo com a composição do Conselho⁶⁸.

As Comissões Regionais como será visto no subitem 3.1.1, são órgãos criados pelo CEI/SC com objetivo de descentralizar suas ações em todas as Regiões e municípios do Estado de Santa Catarina. Desta forma o Conselho visa defender e garantir os direitos dos idosos em todo o Estado, como se pretende constatar através desta pesquisa documental.

A Secretaria Executiva⁶⁹, é um órgão de apoio administrativo do CEI/SC e é composta por servidores públicos da administração direta ou indireta e/ou por pessoas cedidas por órgãos não governamentais de acordo com o Regimento Interno do CEI/SC. Dentre as competências da Secretaria Executiva prevista no Regimento Interno do CEI, destaca-se:

I – assegurar técnica e administrativamente os trabalhos do Conselho;

VI – articular e apoiar administrativamente as Comissões Regionais e Grupos de Trabalho do CEI;

VII – manter cadastro atualizado das entidades e organizações de atenção ao idoso (Regimento Interno do Conselho Estadual do Idoso, 1997, Artigo 17, incisos I; VI e VII)

Para que a Secretaria Executiva funcione dando apoio administrativo ao CEI/SC, recebe suporte financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio

⁶⁸ Consultando anteprojeto de Lei do CEI/SC em Anexo C (Art. 9º) foi proposto e aprovado que a Diretoria do CEI/SC tenha eleição anualmente, e não a cada dois anos conforme Lei 10.073 (30/01/1996). Esta mudança pode vir acarretar dificuldades na execução das ações do CEI/SC, pois com base no estudo das Atas das gestões de 2000 e 2003, constatou-se a dificuldade de cumprir a agenda proposta e o tempo que necessita para concluir algumas atividades, isto será observado no decorrer deste estudo.

⁶⁹ Cabe destacar que embora conste na Lei 10.073 (30/01/1996), em seu Artigo 4º, inciso IV e parágrafo 4º (que dispõe a respeito da Secretaria Executiva como órgão do Conselho), como também no Decreto Nº 1.832 (13/05/1997) nos artigos 1º a 3º e no respectivo Regimento Interno do CEI/SC, seção IV a respeito da constituição de uma Secretaria Executiva como órgão de apoio administrativo para o Conselho, somente com a Lei complementar nº 243 (30/01/2003) que altera a organização administrativa no Governo de Santa Catarina (Governador Luiz Henrique da Silveira) foi criado o cargo comissionado para Secretário (a) Executivo (a) dos Conselhos (da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, do CEAS, etc.)

Ambiente (SDS)⁷⁰ ao qual o Conselho está vinculado. Como será visto é importante que haja orçamento previsto para a questão do idoso no Estado, para dar suporte as ações a serem realizada pelo CEI/SC e suas Comissões Regionais a fim de implementar a Política Estadual do Idoso em Santa Catarina (PEI/SC) de acordo com dispositivos da PNI.

A respeito dos Grupos de Trabalho do CEI/SC, cabe ressaltar que, o Art. 25 deste Regimento Interno estabelece que cabe ao Conselho constituir Grupos de Trabalho permanentes e/ou provisórios para executar tarefas solicitadas pelo Presidente com a aprovação da Plenária. Os Grupos de Trabalho têm regimento próprio estabelecido por resolução feita pelo CEI/SC⁷¹. Ainda de acordo com o Regimento Interno do CEI, os Grupos de Trabalho com caráter permanente são:

- I – Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa;
- II – Financiamento da Política Estadual do Idoso;
- III – Normas e Regulamentos;
- IV – Desenvolvimento de RH;
- V – Comunicação e Divulgação. (Regimento Interno, 1997, Art. 25 parágrafo 1º incisos I a V)

Além destes Grupos de Trabalho quando necessário são criados GT provisórios para desempenharem atividades estabelecidas pelo presidente com aprovação da Plenária. No CEI/SC existe o GT Fórum Permanente da Região Sul que durante estas duas gestões permaneceu ativo desenvolvendo ações para implementação da PNI em SC.

Retornando ao objetivo inicial de identificar a participação do CEI/SC na promoção, defesa e garantia dos direitos do idoso no período de 2000 a 2003, buscou-se recuperar as Atas referentes a este período identificando quais os assuntos predominantes nas Reuniões Plenárias, destacando, quando possível⁷² a contribuição que os GT's e as

⁷¹ Sugere conferir no Regimento Interno dos Grupos de Trabalho no ANEXO E.

⁷² Inicialmente buscava-se na pesquisa recuperar o que os GT's e CRI traziam como contribuições as Plenárias a fim de deliberarem em Plenária, assuntos de interesse do idoso, constatou-se que na Gestão de 2000/2002 os GT's não funcionaram de acordo com o estabelecido em Regimento próprio, foi destacado através da Tabela 2, os principais conteúdos discutidos, analisados e

CRI, trouxeram para as Plenárias e que ficou registrado em Ata. Também com base nos indicativos recuperados através dos documentos - Conferências e Planos Estaduais de Assistência Social, buscou identificar de que forma o CEI/SC tem atuado na defesa e garantia dos direitos dos idosos no Estado de Santa Catarina.

A análise a respeito das Atas das Reuniões Plenárias do CEI/SC no período de 2000 a 2003, corresponde a duas Gestões, uma eleita após o termino da Gestão 1996 / 1999 e outra interina que teve início em 2003, com objetivo de dar andamento ao anteprojeto de Lei de criação do CEI/SC, aguardando indicação do Governador do Estado, a respeito dos representantes Governamentais e Não-Governamentais para compor o CEI/SC através das Instituições que desenvolvem reconhecido trabalho voltado para o segmento idoso, e a eleição da nova Diretoria do Conselho, conforme Regimento Interno.

Analizando as Atas do CEI/SC no período de março de 2000 a dezembro de 2003, destacou-se a informação vinculada as Gestões, a Administração do CEI, aos Grupos de Trabalho permanentes, e Comissões Regionais do Idoso. Também estabeleceu-se um quadro onde destacou, as categorias: Promoção, Defesa de Direitos e Controle Social (com base nos Eixos do Sistema de Garantia de Direitos, cap. 2.3). Para realizar a análise proposta rastreou-se as 40 Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no CEI/SC, listou-se os assuntos predominantes que totalizaram 54 itens. Deste processo resultou a tabela síntese dos conteúdos das atas (2000 – 2003).

TABELA 2 – Conteúdo das Atas das Reuniões realizadas no período de março de 2000 a dezembro de 2003.

CONTEÚDO DAS ATAS ASSUNTOS PREDOMINANTES	FREQÜÊNCIA (Nº)				
	2000	2001	2002	2003	Total
Alteração na organização da Diretoria do CEI/SC	1		2		3
Atendimento a pessoa idosa na Saúde Pública	1	2	2	2	7
Benefício de Prestação Continuada	1	2			3

aprovados nas Reuniões Plenárias do CEI/SC no período de 2000 a 2003, a fim de alcançar o objetivo principal proposto neste trabalho.

“Cartão Melhor Idade”				2	2
Campanhas voltadas para o idoso		2	2	3	7
Capacitação dos Conselheiros		1	3	5	9
Concursos de Beleza (Miss SC e Miss Brasil, Rainha Metropolitana) Terceira Idade		4	1	1	6
Criação de Conselhos Municipais do Idoso (CMI/SC)	3	3	5	2	13
Conferência Estadual de Assistência Social		2			2
Denúncias realizada a respeito dos idosos		2		4	6
Descentralização CRI/SC	1	3	3	3	10
Divulgação do CEI/SC		3	1	4	8
Divulgação dos Direitos dos Idosos	1	3	1	2	7
Eleição da diretoria do CEI/SC	1		2	3	6
Encontro das Comissões Regionais do Idoso (CRI/SC)	2	1		1	4
Estudo a respeito do idoso institucionalizado (asilar)	2	2		2	6
Eventos voltados para o público idoso	2	6	2	2	12
Fiscalização Asilar (MP; Vigilância Sanitária; CEI/SC)	1	3	5	4	13
Convênio de Cooperação Técnica					
Formação de Grupo de Trabalho provisório	2	5	1	2	10
Formação de Grupos de Trabalho	2		1	3	6
Fórum próprio da Sociedade Civil		2	3	3	8
Fórum Permanente da Região Sul - PNI	2	10	4	6	22
Indicação de Representantes OG - ONG		1	7	5	13
Jogos de Integração do Idoso (JIIDO)	4	2	2	2	10
Leitura e aprovação das atas	3	8	8	5	24
Memória Histórica do CEI/SC			2	2	4
Lei Municipal em SP a respeito dos Moradores de Rua		2			2
Orçamento Manutenção do CEI/SC	1	1	3	3	8
Organização Administrativa / Secretaria Executiva	1		2	3	6
Parecer realizado pelo CEI/SC	3	1		1	5
Parecer sobre o Estatuto do Idoso	1	5	1	4	11
Participação dos Conselheiros nas Plenárias	2	7		10	19
Pesquisa Perfil do Idoso	3	5	6	4	18
Plano de Ação do CEI/SC	1	1	2	7	11
Plano Integrado de Ações OG's e ONG's para implementação da PEI/SC	2	7	3	2	14
PPA/SDS/SC orçamento para a área do idoso		4	2	2	8
Preparação para aposentadoria		2		1	3
Programa de Habitação para o idoso			2	4	6
Programa Disque Idoso					
Projeto de Lei Estadual de criação do CEI/SC (Anteprojeto de Lei)		1	5	6	12
Projeto de lei estadual do idoso	1		2		3
Projeto do Encontro Estadual do Idoso	1	1	1	1	4
Projetos da SDF: Vô Sabe, Formação de Cuidadores, Disque Idoso	4	2	3	1	10
Proposta de Lei Federal para criação do CNI	1	2	3		6
Proposta para normatização da Portaria 810 para SC			1	1	2
Protocolo de Intenções	1	2		2	5
Providências a respeito da PEI/SC	1		1	2	4
Publicação da Política Estadual do Idoso (PEI/SC)	1	3	1		5
Regulamentação da PEI/SC	1	1			2
Relatório Síntese das atividades desenvolvidas no CEI/SC	1	1	2		4
Resoluções elaboradas pelo CEI/SC	1	2		1	4

SESAITE	1	1			2
Tecendo Cidadania	2		2		4
Transporte coletivo para o idoso			1	2	3
TOTAL	59	118	100	125	402

Fonte: Atas (arquivo) do Conselho Estadual do Idoso realizada entre março de 2000 a dezembro de 2003.

Cabe ressaltar que a tabulação realizada na Tabela 2 não diz respeito ao número de deliberações ou realização de uma atividade, por exemplo, quando se enumera a respeito de Resoluções elaboradas pelo CEI/SC, não quer dizer que no ano de 2000, 2001 e 2003 elaboraram somente uma ou duas resoluções durante todo o ano, enumerou-se cada vez que, um assunto era tratado em uma Reunião Plenária. Sendo que em alguns casos o assunto era debatido mas não resultava em uma deliberação.

Observando a Tabela 2 percebeu-se discussões e deliberações pertinentes a rotina burocrática, que tiveram por objetivo: ler e aprovar atas, divulgação de eventos desenvolvidos por Organizações Governamentais ou Não-Governamentais voltado para o público idoso, para o qual os Conselheiros do CEI/SC eram convidados para participarem ou divulgarem; discussão, análise, proposição e aprovação do Plano de Ação do CEI/SC; divulgação, discussão, parecer a respeito dos Programas/Projetos desenvolvidos pela SDF; constituição de Grupos de Trabalhos provisórios para atender demanda extra ou de urgência indicado pelo Presidente e aprovado pela Plenária; parecer realizado a respeito de documentos/leis apreciado anteriormente pelos GT's ou Diretoria; discussão e controle a respeito da participação dos Conselheiros nas Plenárias em consonância com Regimento Interno.

Foi predominante nas Plenárias do CEI/SC o assunto referente ao Fórum Permanente da Região Sul – PNI (SC/ RS/ PR). Há um Grupo de Trabalho que atua para auxiliar o desenvolvimento deste Fórum em Santa Catarina, este GT é formado por conselheiros no CEI/SC que se reúnem para estudar propostas a respeito do Fórum, para acompanhar as deliberações e repassar as informações aos demais Conselheiros. É da

responsabilidade da Secretaria do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná o apoio técnico e financeiro para que o Fórum aconteça em cada Estado, de acordo com a agenda estabelecida pela Comissão Geral do Fórum. O Fórum é um espaço de articulação, controle, defesa e garantia de direitos do cidadão idoso⁷³. Órgão deliberativo, com representação das Organizações que compõem os Conselhos Estaduais do Idoso, de cada Estado.

De acordo com as competências do CEI/SC e das Comissões Regionais estabelecidas em Regimentos próprios, identificou-se discussão, proposições, deliberações a respeito da Descentralização através das Comissões Regionais do Idoso (CRI/SC), onde são repassadas informações, documentos; proposições, deliberações a respeito da criação de Conselhos Municipais do Idoso (CMI/SC); avaliação, discussões, deliberações referentes a Projetos de “Pesquisa Perfil do Idoso”; Plano Integrado de Ações OG’s e ONG’s para implementação da PEI/SC; Projeto de Lei Estadual de criação do CEI/SC (Anteprojeto de Lei).

No ano de 2000 com o término da Gestão 1996/1999, a Presidente Edi Mota de Oliveira conduziu a eleição da nova Diretoria do CEI/SC. Constituíram-se duas chapas para eleição da Diretoria, vencendo por 11 dos 20 votos, a chapa formada por⁷⁴: Presidente: Marcos Wandresen; Vice-Presidente: Elizabeth Tiscoski; 1º Secretário: Hélio Abreu Filho e 2º Secretária: Iracema Pedroso Sales. Nesta ocasião a ex-Presidente do

⁷³ Devido a complexidade e o grande número de documentos arquivados na GERAIS/SDS/SC e no CEI/SC a respeito do Fórum Permanente da Região Sul – PNI (SC/RS/PR) e o pouco contato que tive como estagiária no CEI/SC no período de março a agosto de 2003, não estabeleci o Grupo de Trabalho a respeito do Fórum como objeto de estudo para desenvolver a análise a respeito do CEI/SC na defesa e garantia dos direitos dos idosos. Portanto neste estudo será abordado este tema a medida do necessário e nas Considerações Finais deste Trabalho, pretende-se pontuar encaminhamento a respeito.

⁷⁴ Somente para maiores informações a segunda chapa que concorreu com esta era formada pelos mesmos conselheiros só que em posições diferentes, ou seja o Cons. Hélio Abreu seria o Presidente, a Sra. Elizabeth Tiscoski a Vice-Presidente, e o primeiro e segundo Secretários seriam Marcos Wandresen e Iracema Sales.

CEI/SC, conselheira Edi M. Oliveira, fez a entrega à nova diretoria do Relatório da Gestão 1996 – 1999.

Observando a forma como se deu a eleição desta nova Diretoria do CEI/SC, destaca-se que, as chapas foram formadas no mesmo dia da eleição; não ficou registrado em Ata qual a proposta de trabalho de cada Chapa a fim de que fosse escolhida a melhor proposta de trabalho para eleger a Diretoria. Também, observou-se que de todos os 26 membros⁷⁵ titulares e respectivos suplentes representantes Governamentais e Não-Governamentais que compunham o CEI/SC nesse período (de acordo com o Art. 3º da Lei 10.073 de 30/01/1996) somente quatro se elegeram em posições diferentes nas duas chapas concorrendo à eleição em 2000 para compor a nova Diretoria do CEI/SC.

Retornando ao objetivo de identificar o que foi discutido e deliberado nas Plenárias do CEI/SC, que aponte o empenho do Conselho de promover, defender e garantir os direitos dos idosos em Santa Catarina, identificou-se que no mês de junho de 2000 foi sugerida, pelo Presidente, a formação dos Grupos de Trabalho (GT) a partir da Coordenação dos mesmos indicados pelo Presidente. No mês de julho foram apresentados quais os componentes para cada GT, conforme consta no Art. 25 do Regimento Interno do CEI/SC.

Observou-se que neste ano, porém, somente o GT de Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa e o GT de Normas e Regulamentos desenvolveram atividades de acordo com suas atribuições previstas em Regimento próprio (Anexo E).

A aprovação da Lei Estadual do Idoso em Santa Catarina teve a iniciativa do CEI/SC a fim de que os direitos dos idosos catarinenses fossem regulamentados. Porém

⁷⁵ Somente com a Lei 12.502, de 16 de dezembro de 2002 foi que houve a alteração do número de representantes Governamentais e Não-Governamentais compondo o CEI/SC, portanto em março de 2000 quando houve a eleição da nova Diretoria do Conselho, vigorava a composição do CEI/SC prevista na Lei 10.073, de 30 de janeiro de 1996, sendo que houve alteração de uma Organização Governamental na Lei 11.196, de 08 de novembro de 1999, conforme já foi abordado anteriormente.

constatou-se que esta conquista foi fruto de ações realizadas pela Gestão de 1996/1999, que se empenhou para que em 2000 a Política Estadual do Idoso fosse regularizada. Contudo, identificou-se que na Gestão de 2000, o CEI/SC não apreciou a respeito das diretrizes do Projeto de Lei Estadual do Idoso, conforme estava proposto, justificando na Plenária de 14 de abril, que o Projeto estava transitando na Assembléia Legislativa, e esperavam seu retorno. No dia 07 de junho a PEI/SC foi promulgada pelo Governador do Estado e isto foi divulgado na reunião Plenária do CEI/SC que se realizou no dia 23 do corrente mês da promulgação da Lei.

Neste mesmo dia (23/06/2000), o CEI/SC aprovou a Resolução Nº 01/2000 que “Dispõe sobre o Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina”(Anexo B). Esta resolução diz respeito ao Convênio para fiscalização de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de pessoas idosas, sejam elas privadas ou públicas, a base legal para a fiscalização destas instituições está na Portaria Nº 810, do Ministério da Saúde de 22 de Setembro de 1989. O Presidente do CEI/SC, Marcos Wandresen⁷⁶ (antes da vacância do cargo de Presidente) foi quem assinou este Regulamento e o Convênio firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Com esta ação o CEI estava cumprindo uma de suas competências previstas em Regimento Interno que diz respeito a assegurar todos os direitos de cidadania do idoso, através de competências estabelecidas, apreciadas e aprovadas na Reunião Plenária do Conselho. Ou seja, através desta Resolução aprovada, o CEI/SC estava se comprometendo a participar juntamente com o Ministério Público da

⁷⁶ Em março de 2000 foi eleita a nova Diretoria do CEI/SC para o mandato de dois anos, porém o Presidente eleito, Marcos Wandresen (representante da Secretaria de Estado da Agricultura) por ocasião da aposentadoria deixou de representar esta Secretaria no CEI/SC, passando a Presidência a Vice, Ma. Elizabeth Tiscoski, representante titular da SDF. Embora não tenha ficado esclarecido nas Atas, houve uma interrupção no registro das Reuniões Plenárias, pois no livro de Atas consultado consta registro da reunião de 19/07/2000 e a próxima já sob nova Presidência foi registrada no dia 16/10/2000.

fiscalização de casas asilares, por exemplo, buscando defender e garantir os direitos dos idosos institucionalizados.

Na Plenária do dia 19 de julho de 2000 o Presidente Marcos Wandresen do CEI/SC informou dos procedimentos realizados a respeito da PEI/SC junto as Secretarias de Estado a fim de assegurar orçamento para o próximo exercício. Nesta ocasião foi ‘sugerido’ ao GT de Normas e Regulamentação para redigir uma proposta de Decreto que regulamentasse a PEI/SC e encaminha-se ao GT de Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa a fim de que este apreciasse a respeito e encaminhasse como sugestão do Conselho Estadual do Idoso ao Sr. Governador do Estado.

Desta forma o CEI/SC cumpre uma de suas competências que é formular, acompanhar e fiscalizar a política social do idoso, como também sugerir proposta orçamentária aos órgãos públicos estadual para a execução da PEI/SC. Através de estudos realizados e analisados o Conselho contribui na formulação de lei assegurando que os direitos fundamentais dos idosos sejam respeitados e assegurados.

Observando a Tabela 2, percebe-se que os assuntos que mais foram discutidos no CEI/SC, no ano de 2000, diz respeito aos Jogos de Integração do Idoso, que estavam acontecendo tanto em Santa Catarina quanto no Paraná e no Rio Grande do Sul, sendo resultado de deliberações do Fórum Permanente da Região Sul – PNI, com o apoio técnico e financeiro das Secretarias de cada Estado do Sul. Também outros Projetos como **Cuidadores de Idosos**, **Vô Sabe** e **Disque Idoso**, ocuparam as discussões, avaliações e deliberações no CEI/SC. O Programa **Tecendo Cidadania**, teve início em julho de 2000, executado pela SDF, iniciativa do Governo do Estado, através do qual eram desenvolvidas capacitações de gestores públicos no Estado. As CRI eram orientadas pelo CEI/SC a respeito destes Programas/Projetos da SDF e com o apoio das Prefeituras de cada Região, desenvolviam as ações de acordo com a realidade dos Municípios. E nos Encontros

Estaduais ou Regionais do Idoso eram socializadas as informações a respeito destes trabalhos desenvolvidos no Estado, como se verá no item 3.1.1 neste Trabalho.

Percebe-se que o CEI/SC através das CRI's estava realizando atividades propostas no Plano Estadual de Assistência Social de acordo com os levantamentos realizados no Capítulo 2.2.

No ano de 2001 como se constata na Tabela 2, os assuntos discutidos, analisados e deliberados no CEI/SC foram: Concursos de Beleza Terceira Idade; realização de eventos voltados para os idosos; formação de GT provisórios; Fórum Permanente da Região Sul – PNI; resoluções elaboradas pelo CEI/SC; participação dos Conselheiros nas Plenárias; Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para implementação da PEI/SC; Parecer a respeito do Projeto de Lei Estatuto do Idoso; Orçamento para implementação da PEI/Sc e manutenção do CEI/SC.

Deliberou-se em Plenária a respeito de três resoluções apresentadas pelo GT de Financiamento da Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa, com intuito de atender dispositivo da PEI/SC: Projeto de manutenção do CEI/SC; Plano Integrado e Recursos Federais para ações a serem implantadas em Santa Catarina e outro tratando a respeito do Plano de Ação do Conselho, afirmando que, através de metas o CEI/SC estaria compondo orçamento e orientando as demais Secretarias de Estado para incorporar no Plano Plurianual orçamentário.

Neste período houve uma tendência a formar Grupos de Trabalho provisório (ou Comissões, como se costumava chamar) para desempenhar atividades e estudos estabelecidos pela Presidência no CEI/SC, como por exemplo: identificar eixos de avaliação da Gestão no CEI/SC e para estabelecer instrumento para construção do Plano de Ação do CEI; participar de audiência com o Governador para tratar a respeito do Plano de Governo voltado para o idoso em Santa Catarina e a respeito do Projeto de Pesquisa “Perfil

do Idoso”; também para formular cartilha, ou avaliar documentos ou solicitações de algumas organizações que pretendiam desenvolver atividades voltadas para o público idoso, como por exemplo Olimpíadas ou concurso de beleza (Miss Brasil, Miss Santa Catarina, entre outros).

Foi proposto pela Presidente do CEI/SC e aprovado em Plenária que o GT de Normas e Regulamentos fizesse a revisão da Proposta de Lei Federal que cria o Conselho Nacional do Idoso; também ficaria responsável em apresentar um Projeto de Lei Estadual (que altera a Lei de Criação do CEI/SC) indicando que a Sociedade Civil deveria ser eleita em Fórum próprio, com seus titulares e suplentes. Pois segundo a lei 10.073 (30/01/1996) tanto as OG’s quanto as ONG’s representantes no CEI/SC são indicados pelo Governador do Estado, e a luta do CEI/SC é que a Sociedade Civil através de um espaço democrático escolha seus representantes em Fórum próprio para compor o Conselho. Através de um Fórum a Sociedade Civil poderia exercer o controle sob a participação das ONG’s a fim de cumprirem suas competências para defender e garantir os direitos dos idosos no Estado de Santa Catarina.

Também neste ano de 2001, de acordo com a Tabela 2, o CEI/SC buscou promover a integração das entidades Governamentais e Não-Governamentais com representação no Conselho, e também buscou parceria com o Ministério Público, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros a fim de estabelecer o Plano Integrado de Ações Governamentais para Implementação da Política Estadual do Idoso. Percebe-se nas leituras das Atas de 2001, como este processo demanda tempo, pois algumas instituições como o Conselho Regional de Assistência Social – 12º Região (CRESS/12º Região), o Ministério Público (MP) e Vigilância Sanitária demoraram em apresentar as propostas de trabalho na área do idoso.

No ano de 2001, o CEI/SC participou de eventos voltados para os idosos no Estado ou Região Sul, através da divulgação, assessoria ou palestras realizadas por Conselheiros para divulgar a PEI/SC, e os direitos dos idosos. A Plenária do CEI/SC deliberava contra qualquer evento que expunha o idoso a situações vexatórias, ou promovesse a competição entre os idosos, como por exemplos Concursos de Beleza, jogos de competições, entre outros.

Nas Atas de 2002 destacou-se, que o **GT Financiamento da Política Estadual do Idoso** elaborou texto sugestivo a respeito do orçamento de manutenção do CEI/SC e deliberou-se em Plenária que este GT apreciaria este documento para então agendar audiência com a Diretoria de Planejamento da SDF a fim de apresentar proposta de orçamento do CEI/SC.

Desta forma o CEI/SC cumpre o que está estabelecido na Lei 10.073 (30/01/1996) em seu art. 2º inciso III.

O **GT de Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa** estabeleceram algumas estratégias para operacionalização da Política Estadual do Idoso (Lei e Decreto), ou seja:

- sensibilização dos Secretários para operacionalizar a Lei existente;
- divulgação da Lei para a sociedade;
- capacitação dos conselheiros a respeito do orçamento para área do idoso; a respeito da Lei; do Plano Integrado; dos Fóruns Regionais,
- expedição de correspondências as Secretarias do Estado solicitando informações sobre as ações conexas à Política Estadual do Idoso e o Orçamento Setorial estabelecido.

A respeito das deliberações a partir das contribuições deste GT, afirma-se que compete a SDS a coordenação da PEI/SC em articulação com as Secretarias Estaduais e Órgãos Federais, conforme está previsto no art. 6º inciso III, e o CEI/SC participa

juntamente com os CMI desta coordenação, conforme está previsto no art. 5º desta mesma Lei. Também compete a SDS a capacitação dos gestores públicos para o atendimento ao idoso de acordo com a Lei Estadual.

De acordo com as competências do CEI/SC estabelecidas no Regimento Interno art. 2 inciso VII, o Decreto Nº 3.514 (29/11/2001) estabelece que tanto os membros das CRI quanto do CEI/SC podem acompanhar as ações desenvolvidas através das OG's e ONG's em atenção ao idoso na respectiva área de atuação.

O **GT de Normas e Regulamentos**, apresentou relatório síntese das atividades desenvolvidas em 2001, informou apreciação da proposta de Legislação Federal referente ao Conselho Nacional do Idoso e da proposta de uma nova redação para Lei Estadual de criação do Conselho Estadual do Idoso.

A respeito do Anteprojeto de Lei de criação do CEI/SC o Conselho foi chamado a se esclarecer devido solicitação da participação da FESPORTE E LIONS/Clube no CEI/SC. A oportunidade teria servido para retificar a Lei Estadual quanto à participação de órgãos Federais no Conselho. Também foi proposto a respeito do Anteprojeto de Lei, que:

- estabelece-se a criação de um Fórum das ONG's, evitando a nomeação em lei dos integrantes não Governamentais do CEI/SC .
- solicitou-se que as demais comissões se organizem e contribui-se com o GT de Normas e Regulamentos. A este respeito foi deliberado que o GT de Normas em parceria com o GT de Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa reuni-se para tratar de assuntos pendentes tais como: Proposta de Lei Federal para criação do Conselho Nacional do Idoso; proposta de alteração da Lei Estadual com introdução por exemplo do Fórum eletivo das ONG's e texto da Lei que trata da inclusão do Lions Clube e FEESPORT, com exclusão das entidades Federais.

Na Plenária do dia (19/08/2002) foi aprovado a nova composição dos GT's a fim de que todos conselheiros dessem suas contribuições as deliberações do CEI/SC.

Percebeu-se que o CEI/SC desempenhava o controle social das ações do Estado quando por exemplo neste ano de 2002, o Conselho Estadual do Idoso deliberou a respeito da expedição de correspondência para SDF manifestando a preocupação do CEI/SC quanto à análise que deve ser feita pelo Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) no orçamento da Assistência Social o qual prevê recursos para a Política do Idoso, considerando que o CEI também deveria ser ouvido a este respeito, de acordo com as competência estabelecidas em Lei⁷⁷. Também percebe-se quando o CEI/SC solicitou esclarecimento ao Ministério Público a respeito dos resultados das vistorias realizadas nas instituições asilares na Grande Florianópolis, como ocorreu neste ano, dando continuidade ao Convenio de Fiscalização de instituições de atendimento ao idoso no Estado de Santa Catarina (conforme já foi analisado anteriormente).

O CEI/SC ficou acompanhando a tramitação na Assembléia Legislativa da Lei Estadual que alterava a sua composição Governamental e Não-Governamental. Como também aguardando o encaminhamento que a Assessoria Jurídica da SDF faria encaminhando a portaria para ser assinada pelo Governador, o que ocorreu em 12/11/2002 designando os novos conselheiros do CEI/SC para o biênio 2002/2004. Esta portaria foi lida na Plenária do dia 09/12/2002, onde os conselheiros presentes foram empossados pela Presidente Sra. Elizabeth Tiscoski.

Aos se referir ao controle social exercido pelo Conselho, entende-se com base em Correia (2004), que esta expressão pode ser utilizada na perspectiva de controle da sociedade sobre as ações do Estado, ainda segundo esta autora

a temática do controle social tomou vulto no Brasil a partir do processo de democratização na década de 1980 e, principalmente, com a

⁷⁷ Conferir na Lei Nº 10.073 de 30/01/1996, Artigo 2º, incisos III e IV.

institucionalização dos mecanismos de participação nas políticas públicas na Constituição de 1988 e nas leis orgânicas posteriores: os conselhos gestores – instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo – e as Conferências setoriais. Esta participação adquiriu uma direção de controle social posta pelos setores progressistas da sociedade, ou seja, de controle por parte dos segmentos organizados da mesma sobre as ações do Estado no sentido de este, cada vez mais, atender aos interesses da maioria da população, em reverso ao período ditatorial de controle exclusivo do Estado sobre a sociedade (CORREIA, 2004, p. 149)

Percebe-se que o Conselho tem desenvolvido suas ações com base nos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos, neste caso específico no eixo do Controle Social. E de acordo com as recuperações realizadas nos relatórios das Conferências Nacionais e Estaduais de Assistência Social, pode-se afirmar que este espaço público de deliberação também tem contribuído para o controle das ações do Estado.

Antes de dar continuidade à análise das Atas de 2003, cabe ressaltar que constatou-se que no período referente a Gestão de 2000/2002 sob a presidência da Conselheira Elizabeth Tiscoski⁷⁸ representante da SDF, não houve controle a respeito da presença dos Conselheiros nas Reuniões Plenárias e nas de Grupos de Trabalho, como também na apresentação das proposições estabelecidas para que cada GT desempenhasse suas atividades buscando avançar nas deliberações do CEI/SC. Porém foi levantada por alguns conselheiros a necessidade de haver um controle da participação dos representantes Governamentais e Não-Governamentais, nas reuniões Plenárias e da necessidade de assumirem o compromisso com a questão dos idosos, no papel de representantes públicos no CEI/SC.

Quando se refere ao controle sobre a presença dos representantes Governamentais e Não-Governamentais no CEI/SC, o Regimento Interno do CEI/SC, estabelece na seção II que trata **Do Mandato**, art. 7, que o conselheiro representante no CEI/SC que vier a faltar

⁷⁸ A partir do mês de outubro consta em Ata (16/10/2000) que a Vice-Presidente do CEI/SC, Conselheira Maria Elizabeth Tiscoski assumiu a presidência devido vacância do cargo, pois o ex-presidente do CEI/SC se aposentou na Secretaria de Estado da Agricultura, da qual era funcionário e representante titular no CEI/SC.

três reuniões consecutivas ou seis sem justificativa aprovada em Plenária, perderá o mandato devendo ser substituído pela Organização representada sendo que esta também deverá indicar um novo representante ao CEI/SC. Consultando o Regimento Interno dos GT's no artigo 4º percebe-se que a regra é a mesma caso o conselheiro não justifique o não comparecimento nas reuniões do GT ao qual esta designado, deverá ser levado ao conhecimento da Plenária para deliberação conforme já foi analisado.

Observou-se que nesta Gestão os **Grupos de Trabalho – Desenvolvimento de Recursos Humanos e Divulgação e Comunicação** não desempenharam nenhuma atividade no CEI/SC, sendo que de acordo com a Lei 10.073, estes são Grupos permanentes no CEI e tem suas competências estabelecidas em Regimento próprio.

Com esta observação realizada, indica-se uma necessidade de capacitação dos conselheiros para assumirem o cargo público de representantes dos interesses dos idosos via Organizações Governamentais e Não-Governamentais. A fim de que o CEI/SC desempenhe as competências previstas em Lei, buscando desenvolver os princípios da PNI e a implementação da PEI no Estado de Santa Catarina. E desta forma promover, defender e garantir os direitos dos idosos, no Estado de Santa Catarina, conforme compete ao CEI/SC.

Com a aprovação da Portaria que designava os representantes OG's e ONG's para compor a Gestão 2002/2004 no CEI/SC, a Presidente Elizabeth Tiscoski juntamente com os conselheiros empossados, deliberaram após discussões realizadas a respeito da nova diretoria para 2003, que o Conselheiro Hélio Abreu Filho, assumiria interinamente a presidência do CEI/SC.

Dando continuidade análise das Atas de 2003 que dizem respeito a Gestão Interina no CEI/SC, destaca-se que o conselheiro e 1º Secretário Dr. Hélio Abreu Filho, representante da OAB/SC, passou a exercer o cargo de Presidente Interino do CEI/SC e

que a conselheira Iracema Pedroso Sales (representante da Secretaria Estadual da Saúde – SES) continuou a exercer o cargo de Secretária na Diretoria interina, isto está previsto no Regimento Interno do CEI/SC quando ocorre vacância do cargo.

Como já foi abordado anteriormente, com a mudança de Governo de Estado houve mudanças Administrativas conforme dispõe a Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Dentre as mudanças ocorridas destaca-se a criação pelo Governo do Estado do cargo comissionado de Secretário Executivo para os Conselhos (da Mulher, da CEAS, do Índio, do CEI) e através disto foram eleitos algumas pessoas que tenham prestado serviço em favor do idoso e a Conselheira Edi Mota de Oliveira que representava o CRESS/12ª Região foi indicada ao cargo comissionado de Secretária Executiva⁷⁹ do CEI/SC.

Foi proposto na primeira reunião do CEI/SC (03 de fevereiro) em 2003, que os GT's se reorganizassem e elabora-se o Planejamento e Cronograma de trabalho, revendo os objetivos, resgatando documentos e atas para dar continuidade às ações.

Na Ata de abril de 2003 o Presidente Interino expôs a necessidade de que as Comissões Regionais do Idoso apresentasse ao CEI/SC com antecedência a pauta de discussões, a fim de que os Grupos de trabalho, desenvolve-se os estudos pertinentes e subsidia-se as discussões, contribuindo com um debate mais rico e em consequência promovendo uma articulação mais eficaz, com as Comissões Regionais.

Consta nas doze Atas do CEI/SC em 2003 que todos os Grupos de Trabalho desenvolveram atividades buscando cumprir o estabelecido no Regimento Interno dos GT.

Destacou-se a preocupação do Conselho com: atendimento de qualidade a pessoa idosa através da Saúde Pública; estudo a respeito da pessoa institucionalizada (asilar);

⁷⁹ Já estava prevista na Lei 10.073 e no Regimento Interna do CEI/SC, a Secretaria Executiva como órgão de apoio no Conselho, na Ata do dia 06/04/2000 está registrado que a Diretoria eleita no CEI/SC pretendia solicitar por meio de um ofício ao Diretor da Fundação Catarinense de Educação Especial, a transferência de uma servidora para responder pela Secretaria Executiva, conforme estabelecido no Regimento Interno, porém não se identificou registro em qualquer outra Ata que aponte a presença de um servidor respondendo pela Secretaria Executiva no período de março de 2000 a fevereiro de 2003, quando iniciou a nova Gestão interina.

capacitação dos conselheiros; proposta orçamentária para manutenção do CEI/SC; liberação orçamentária para execução da PEI/SC; Proposta de Anteprojeto de Lei do CEI/SC⁸⁰ adequando, as mudanças Administrativas do Governo e promovendo algumas alterações necessárias na Lei; elaboração e execução do Plano de Ação da Gestão 2003 no CEI/SC; Protocolo de Intenções para desenvolver o Plano de Ações Governamentais e Não-Governamentais para implementação da PEI/SC; entre outros assuntos que serão destacados a partir da contribuição dos Grupos de Trabalho, a fim de analisar neste trabalho, de que forma o Conselho Estadual do Idoso vem atuando para defender e garantir os direitos dos idosos em Santa Catarina.

O GT Desenvolvimento de Recursos Humanos durante o ano de 2003 desenvolveu suas atividades com o objetivo de: propor um projeto de capacitação dos conselheiros alegando a necessidade destes agentes públicos estarem preparados para exercerem, a representação num órgão democrático e trabalharem com Políticas Públicas, Estatuto do Idoso, Orçamento entre outros.

A Coordenadora do GT apresentou a proposta do Grupo de Trabalho como: curso voltado para os conselheiros titulares e suplentes por meio de módulos a cada três meses. Foram estabelecidos alguns temas a serem abordados como por exemplo: Representatividade, Gestão Social, questão orçamentária, entre outros de igual importância. Ainda o GT Desenvolvimento RH apresentou proposta de projeto sobre o Encontro Estadual do CEI/SC e das Comissões Regionais do Idoso.

O GT Financiamento da Política Estadual do Idoso, no ano de 2003 como consta nas Atas, desenvolveu suas atividades de estudo e pesquisa e nas Plenárias apresentou suas proposições com base na defesa e garantia dos direitos dos idosos:

⁸⁰ Sugere-se consulta ao Anexo C, este trata do anteprojeto de Lei construído pelo CEI/SC a partir de 2001, com novas adaptações em 2003 (devido mudança de Governo no Estado SC), e com previsão de novas alterações em 2004, devido à necessidade de adaptação ao Estatuto do Idoso (Lei Federal de 01/10/2003), onde consta alteração nas Competências do Conselho Estadual do Idoso.

proposta orçamentária com base na PEI/SC, para manutenção do CEI a ser executada em 2003; proposta de recurso orçamentário para garantir habitação em todo Estado de SC; sugeriu que ao se pensar na questão de habitação para o idoso, seja considerado a proposta de centros multiuso, centro dia, centro de convivência com espaço para crianças, adolescentes e idosos; também apresentou o que está estabelecido em Lei⁸¹ a respeito da Assistência Social para o idoso na área urbana e rural.

O GT apresentou proposta de orçamento para o Plano Plurianual da SDS (PPA/DSD/SC), para implantar as exigências do Estatuto do Idoso na Gestão de 2004/2007, destacando a preocupação maior com a participação do idoso.

O **GT de Comunicação e Divulgação**, basicamente desenvolveu suas atividades com o propósito de formular um ‘jornalzinho’ divulgando o CEI/SC e tratando das questões voltadas para os idosos.

O **GT de Política do Idoso (SC) Estudo e Pesquisa**, elaborou propostas a respeito do Plano Plurianual e a Secretária Executiva do CEI/SC encaminhou os ofícios para o Secretário do Estado e demais Secretarias Regionais do Estado⁸² e Presidente das ONG’s, discorrendo sobre proposta de ações inerentes ao idoso no PPA Estadual. Também este GT apresentou com base no Regimento Interno a necessidade de monitorar a presença dos conselheiros as reuniões do Conselho e enviar às Secretarias as faltas dos Conselheiros representantes Governamentais.

O GT também participou do desenvolvimento do Anteprojeto de Lei Estadual de criação do Conselho. Na ocasião da apreciação do Anteprojeto de Lei em Plenária, a Secretária Executiva Edi Mota Oliveira colocou a importância de deixar claro a questão

⁸¹ Lei Federal 4.320 – Portaria Ministerial de nº 300/2002 estabelece conteúdo a respeito da Assistência Social

⁸² Anexo I - lista das Secretarias Regionais no Governo Luiz Henrique da Silveira (2003)

das responsabilidades na coordenação da Política do Idoso na esfera Estadual, adequando ao previsto na Política Nacional do Idoso.

Com base no art. 7º da PNI, afirma-se que competem ao CEI/SC a coordenação, supervisão, e avaliação da PNI no âmbito estadual de acordo com sua instância de deliberação. A este respeito também no art. 5º da PEI/SC expõe que compete a SDS, responsável pela Assistência Social no Estado de Santa Catarina, a coordenação geral da PEI/SC com a participação dos CEI e CMI.

Também foi abordado, por este GT que no Anteprojeto deve ficar estabelecido a respeito da organização da sociedade civil através de fórum próprio, para iniciar um processo de discussão da Política do idoso na perspectiva de novas conquistas sociais.

O Grupo de Trabalho Normas e Regulamentação também elaborou tarefa, referente ao Projeto de Lei. Este GT apresentou em Plenária os seguintes pareceres elaborados: Parecer sobre “Avaliação do Plano de Ação da Política Estadual do Idoso a ser desenvolvida pela Gerência de Atenção ao Idoso da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente no ano de 2004”, Parecer sobre “Regimento Interno do Fórum Permanente da Região Sul – PNI, com sugestões de encaminhamento para a elaboração de um Regimento Interno para o Fórum Permanente de Santa Catarina” e, Parecer sobre “Solicitação da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina – FEAPESC e do Governo do Estado, para atendimento de solicitação da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Grande Florianópolis – ASAPREV” ficando aberto a todos os GT apresentarem suas contribuições para conclusão destes pareceres a fim de ser aprovado.

Também foram articuladas reuniões com a presença dos demais GT's para tratar dos seguintes conteúdos: Resoluções do CEI (Anexo K), alteração do texto do anteprojeto

de Lei do CEI (para adequá-lo ao Estatuto do Idoso), Protocolo de Intenções (Anexo F) e Projeto do Encontro Estadual do CEI⁸³.

Cabe ressaltar que durante o ano de 2003 o CEI/SC se estruturou para deliberar a respeito do Plano de Ação elaborado para o ano em curso, porém algumas ações ficaram deliberadas para acontecer em 2004, conforme se constata em anexo.

Na Ata de 13 de outubro de 2003, Reunião Plenária posterior a promulgação da Lei Federal 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, foi exposto aos participantes da Plenária as competências do CEI/SC de acordo com o Estatuto do Idoso, que deverá deliberar sobre as políticas públicas. Também foi exposto a respeito das obrigações do Estado com recursos humanos capacitados para atender os idosos; moradia; Saúde; Transporte; Assistência Social; Cultura e Lazer. Foi abordado sobre os Mecanismos de Exigibilidade para garantia dos direitos dos idosos entre outros dispositivos do Estatuto do Idoso que garante a cidadania do idoso. E aos quais o CEI/SC deverá se adequar.

O Presidente Interino Hélio Abreu Filho também abordou a respeito do Protocolo de Intenções⁸⁴ proposto pelo CEI/SC em conjunto com a SDS, de forma articulada com as demais Secretarias de Estado, para construção do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para implementação da Política Estadual do Idoso, o Presidente reafirmou a necessidade de se fazer cumprir estas ações para que de fato aconteçam as políticas públicas. Na ocasião foi distribuído o documento “Protocolo de Intenções” aos Conselheiros e ao Secretario Adjunto do Secretario Bráulio Barbosa (SDS), a fim de tomarem conhecimento e levarem ao conhecimento das OG’s e ONG’s as quais representam no CEI/SC, também a fim de apresenta-lo ao Secretario de Estado.

⁸³ Este Projeto de Encontros, Eventos, Conferências, que se encontra no ANEXO L, foi formulado no ano de 2003, com base nas reivindicações das CRI, e estudos realizados pelos GT’s que foram deliberados em Plenária para serem desenvolvidas no ano de 2004.

⁸⁴ Anexo F – Protocolo de Intenções – Declaração de Compromissos para a realização do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para execução da Política Estadual do Idoso

Percebe-se que o Estatuto do idoso é uma conquista dos movimentos sociais em favor da questão do idoso no Brasil e em especial em Santa Catarina. De acordo com o apresentado nas Plenárias do CEI/SC e com base nos dispositivos desta Lei Federal pode-se constatar que as competências do Conselho tendem a se expandir. Diante disto o CEI/SC se firma como um espaço público de defesa e garantia dos direitos dos idosos. Buscando promover a participação deste segmento na sociedade e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia do idoso.

A partir do exposto a respeito das deliberações nas Plenárias e com base nas contribuições dos Grupos de Trabalho pode-se afirmar que o CEI/SC neste ano de 2003 desenvolveu suas competências com o objetivo de defender e garantir os direitos dos idosos tendo em vista as Políticas Sociais do Idoso.

Os conselhos organizados podem constituir-se em canais, por excelência, para o pleno exercício do controle social, se funcionarem como catalisadores dos interesses e demandas postas a estas políticas e se funcionarem como mesas de negociação, onde prevaleçam os direitos dos cidadãos que dela necessitam e não os interesses privados dos conselheiros. (SCHMITZ, A., 2003, p. 43)

Conforme já foi abordado no Capítulo 2.3, para que o Conselho Estadual do Idoso consiga ter êxito na defesa e garantia dos direitos dos idosos é necessário que haja articulação nas ações desenvolvidas com base nos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, Promoção, Defesa e Controle Social, a fim de assegurar os direitos ao cidadão idoso, pois de acordo com análise de Paixão (2002) estes eixos do Sistema de Garantia se influenciam mutuamente.

Dando continuidade a análise das 40 atas do CEI/SC, destacou-se a respeito das contribuições que as Comissões Regionais do Idoso deram ao CEI/SC para garantia e defesa dos direitos dos idosos com base nos eixos do Sistema de Garantia de Direitos de cidadania (Promoção, Defesa e Controle Social).

No subitem 3.2 será realizada análise a respeito do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais e nesta ocasião abordará a respeito do Protocolo de Intenções que está em anexo.

A respeito das conquistas e desafios do CEI/SC será realizada uma breve análise no subitem 3.3 e depois será pontuada nas considerações final, qual as conclusões que se chegaram com esta pesquisa realizada.

3.1.1 As Comissões Regionais do Idoso: órgãos de descentralização do Conselho para garantia e defesa dos direitos do idoso

Através da análise das 40 atas do CEI/SC no período de 2000 – 2003, pretende-se identificar de que forma o processo descentralizado do CEI/SC, mediante as Comissões Regionais do Idoso em SC, vêm contribuindo para desenvolver ações em defesa e garantia dos direitos dos idosos catarinenses.

Inicialmente pretende-se recuperar de que forma e com qual propósito surgiram as Comissões Regionais como órgãos descentralizados do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina.

Schmitz (1995) em seu trabalho de conclusão de curso a respeito da **Representatividade do idoso no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina: uma questão de análise** faz uma breve recuperação a respeito da criação do Conselho e da descentralização através das Comissões Regionais. Pretende-se avançar através do presente estudo no processo de análise sobre a forma como estas Comissões têm participado da defesa e garantia dos direitos do idoso no Estado, no período de 2000 a 2003.

Conforme análise realizada por Schmitz (1995), em 1988 após ter sido criada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a Comissão Estadual do Idoso, sob a coordenação

da PROMOVER, realizou, 14 encontros nos municípios sede das micro-regiões administrativas do Estado⁸⁵, com o objetivo de identificar o que estava sendo realizado em favor da causa do idoso. A partir desta iniciativa a Comissão Estadual do Idoso constatou a necessidade de descentralizar suas ações implantando 15 Comissões Regionais, com a mesma organização da Comissão Estadual, ou seja, constituída de representantes de órgãos públicos e privados voltados para a questão do idoso em nível regional.

O objetivo inicial destas Comissões era a criação de Comissões Municipais do Idoso para atender ao cidadão de acordo com a realidade vivenciada em cada município do Estado. As Comissões Regionais vinculadas a Comissão Estadual recebiam apoio técnico e capacitação dos recursos humanos, mobilizando e conscientizando as lideranças institucionais para promoção, defesa e garantia de direitos dos idosos através de leis normativas.

Schmitz (1995), destacou que por falta de apoio técnico e de recursos para desenvolver os programas sociais de atenção ao idoso muitas Comissões Regionais foram desmobilizadas. Porém, através de diversos seminários realizados no Estado, a Comissão Estadual e as Comissões Regionais do Idoso se uniram no propósito de criarem o Conselho Estadual do Idoso a fim de que não houvesse desarticulação das ações realizadas a partir da integração da sociedade civil e poder público por consequência da “alternância de comando na gestão pública” (SCHMITZ, 1995, p. 29).

De acordo com a Lei Estadual de Criação do Conselho Estadual do Idoso (Lei Nº 8.072 de 25 de setembro de 1990) no art. 4º, o CEI/SC tem a liberdade de implantar Comissões Regionais a fim de descentralizar suas ações. E este dispositivo é confirmado

⁸⁵ De acordo com o **Projeto de Encontros Regionais**, no item 4. **Elenco dos Encontros** está relacionada quais os 14 municípios-pólo das Regiões Administrativas do Governo do Estado onde seria realizados os Encontros Regionais, ou seja: Joinville, Chapecó, Caçador, Lages, Blumenau, Tubarão, Concórdia, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Canoinhas, Rio do Sul, Itajaí, Criciúma, Florianópolis. **In:** Estado de Santa Catarina. Política Social do Idoso – Comissão Estadual do Idoso. Encontros Regionais. PROMOVER, 1988.

na Lei Nº 10.073, de 30 de janeiro de 1996⁸⁶, em seu art. 4º e parágrafo 3º quando assegura que as Comissões Regionais são órgãos do Conselho Estadual do Idoso⁸⁷.

No Regimento Interno do Conselho Estadual consta que:

Art. 18 Mediante aprovação da Plenária, o Presidente do Conselho poderá instituir Comissões Regionais;

Art. 19 A composição de cada Comissão Regional será objeto de estudo conjunto do Conselho Estadual com a mesma;

Parágrafo Único: comporão as Comissões Regionais, representantes das instituições integrantes do Conselho Estadual na Região. (DO/SC Nº 15.672, 13/05/1997, Conselho Estadual do Idoso, Regimento Interno, Artigos 18 e 19)

De acordo com a Resolução Nº 001/98⁸⁸ que regulamenta dispositivo do Regimento Interno do Conselho Estadual do Idoso, a Comissão Regional do Idoso (CRI) é órgão autônomo de atuação regionalizada vinculada ao CEI/SC. E têm por finalidade articular entidades voltadas à garantia e defesa dos direitos do idoso em níveis municipais, estaduais, nacionais e internacionais, “sendo responsável pelo encaminhamento das ações deliberadas pelo CEI/SC de acordo com a sua realidade regional.” (RESOLUÇÃO Nº 001/98)

Entende-se que o processo de descentralização no CEI/SC através das CRI ocorre à medida que se transfere competência e atribuição às Comissões Regionais para atuarem nos municípios do Estado de acordo com suas áreas de abrangências, permitindo assim o controle democrático exercido pelos cidadãos (ALMEIDA, 1995, apud SCHMITZ, A., 2003)

A abrangência das Comissões Regionais com base na Resolução 001/98 é definida de acordo com a divisão administrativa das Micro-Regiões do Estado de Santa Catarina⁸⁹.

⁸⁶ que altera a vinculação, competência e estrutura do Conselho Estadual do Idoso e da outras providências.

⁸⁷ Os órgãos do Conselho Estadual do Idoso são: Plenária; Diretoria; Comissões Regionais e Secretaria Executiva (Lei Nº 10.073, de 30/01/1996, Art. 4º incisos I a IV e parágrafos 1 a 4)

⁸⁸ Dispõe sobre a estrutura, a abrangência e o funcionamento das Comissões Regionais do Idoso vinculados ao CEI/SC. Anexo G

⁸⁹ Sugere consultar relação das Comissões Regionais do Idoso no CEI/SC (maio/2004), ANEXO H, onde consta que a Comissão Regional de Caçador foi alterada para Comissão Regional do Idoso de Videira – AMARP. Estão listadas 17 Comissões Regionais do Idoso, sendo que ainda não ocorreu

Cabe ressaltar que com a descentralização Administrativa no Governo Luiz Henrique da Silveira, que criou 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional no ano de 2003, o CEI/SC pretende criar mais Comissões Regionais para se adequar à organização administrativa do Estado, dando continuidade à descentralização de suas ações em todo Estado garantido os direitos dos idosos, e atendendo disposições da Resolução Nº 001/1998 que trata da abrangência das Comissões Regionais do Idoso, conforme já foi citado anteriormente.

No Decreto Nº 3.514 (29/11/2001), artigo 1º inciso VI e artigo 5º, estão definido que as CRI são órgãos vinculados ao CEI/SC para articular a criação dos Conselhos Municipais nas diversas regiões do Estado, também competem as CRI, assim como os membros do CEI/SC:

- I – Acompanhar a execução das ações governamentais e não governamentais de caráter público para atenção a pessoa idosa na respectiva região;
- II – avaliar anualmente a execução da política estadual na região, encaminhando parecer ao Conselho Estadual do Idoso; e,
- III – justificar anualmente a manutenção e/ou renovação da concessão de certificado expedido pela Diretoria de Atenção à Família para as entidades a que se refere o artigo anterior. (Decreto Nº 3.514, 29/11/2001, art. 5º incisos I – III).

Será realizada análise das 40 atas do CEI/SC, buscando destacar as ações realizadas pelas CRI no Estado, no período entre 2000 – 2003.

Com a análise das 8 Atas do CEI/SC de 2000⁹⁰ se destacou o registro a respeito do Encontro das Comissões Regionais do Idoso no Estado de Santa Catarina, através deste identificou-se o que cada CRI têm feito a fim de cumprir suas competências⁹¹ e desta forma defendendo e garantindo os direitos dos idosos, ou seja:

a constituição de novas Comissões para adequar as 29 Secretarias Regionais do Estado conforme está previsto no Regimento Interno das Comissões Regionais.

⁹⁰ Em 2000, foram pesquisadas 8 Atas sendo que uma foi de Reunião Plenária Extraordinária. Os meses de maio; agosto; setembro e novembro de 2000, não constam no livro de Atas (de março de 2000 a março de 2003) e não há justificativas a este respeito nas atas de 2000.

⁹¹ Consultar anexo G onde consta Regimento Interno das Comissões Regionais do Idoso.

- A **Comissão Regional do Idoso de Concórdia** estava formando o Conselho Municipal do Idoso;
- a representante da **Comissão Regional do Idoso de Criciúma**, informou sobre a organização e realização dos Jogos de Integração do Idoso (JIIDO)
- a **Comissão de Caçador**, não foi informada do Encontro com antecipação, encontrou dificuldades em localizar representantes no Município. Mas informou que estava realizando trabalho articulado para nova gestão.
- a **Comissão de Itajaí** elaborou seu próprio Regimento Interno, e com parceria estavam realizando a Pesquisa: “O Perfil do Idoso em Itajaí”, colocaram-se a disposição da SDF para auxiliarem ou repassarem as ações que já haviam avançado. Metas para fevereiro de 2001: 1) atualização do cadastro dos idosos no município; 2) dar continuidade ao curso “Cuidadores de Idosos”.
- a **Comissão de Joinville** realizaram: 1) encontro Regional em julho/2000; 2) mapeamento dos idosos; 3) palestra sobre AIDS na terceira idade, no Município de São Francisco do Sul, para 600 idosos.
- **Comissão de Mafra** – foi informado que no Município havia 11 (onze) grupos de idosos organizados, são estes de utilidade pública, recebiam da Prefeitura recursos para manutenção. Estes recursos eram utilizados para lazer, compra de utensílios e material para confeccionar artesanato e para manutenção de uma Associação de artesanato, viabilizando o convívio social. A representante da Comissão expôs que a meta era: dar continuidade aos Cursos de Cuidadores de Idosos e do Vê Sabe. Estava em projeto: a construção de sede social e o Disque Idoso. A área de saúde é atendida por profissionais do Hospital, que prestam atendimentos nas áreas específicas, realizam palestras entre outras ações. Foi informado a respeito da eleição da Comissão no mês de fevereiro/2001 e a respeito da parceria com SESC.

- A representante da **Comissão Regional de Florianópolis** relatou a respeito das ações: eleição da Nova Diretoria; subsidio aos municípios que já tem e irão formar os Conselhos Municipais; retomariam os encontros nos municípios por ocasião das reuniões de Prefeitos Municipais; realizariam Fóruns para dar continuidade as ações até então desenvolvidas;

- **Comissão de Tubarão** informaram que as pessoas que compunham a Comissão eram as coordenadoras dos grupos de idosos. Ressaltou a importância do envolvimento do idoso, pois eles repassam as informações aos demais idosos como por ex: direito do idoso internado em hospital de ter um acompanhante.

Constatou-se que as CRI, como órgãos descentralizados do CEI/SC nas Micro Regiões do Estado, desempenharam no ano de 2000 ações estabelecidas no Plano Estadual de Assistência Social, onde constam os Programas, Projetos e Ações estabelecidos para execução no Estado, conforme análise realizada no item 2.2.

Também cabe destacar que a CRI de Tubarão priorizou a participação dos idosos quando seus representantes em contato direto com os Grupos de idosos da Região, repassam as informações e capta as necessidades destes cidadãos a fim de encaminhar para deliberação no CEI/SC. No artigo 3º inciso IV da PEI/SC estabelece que o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações estabelecidas por meio da Política Estadual.

No ano de 2000⁹², destacou-se em Ata que o Tecendo Cidadania estava avançando em matéria de capacitação na área do idoso desta forma apontou-se à necessidade do CEI/SC buscar a revitalização de algumas C.R.I. O encontro das Comissões promovido em 08/12/2000, possibilitou troca de experiência e de informações. Realizou-se a capacitação dos representantes das Comissões. Sendo que, das 17 Comissões Regionais somente 08

⁹² De acordo com leitura realizada no livro de Atas do CEI/SC – 2000 - 2002.

(oito) compareceram a este encontro realizado no ano de 2000. Foi informado na Ata (08/12/2000) que as C.R.I do Meio Oeste Catarinense justificaram ausência por terem participado dos JIIDO recentemente.

No que se refere às Atas de 2001, a respeito das ações realizadas pelas Comissões Regionais do Idoso consta a realização de uma Assembléia Geral da CRI de Florianópolis onde foi deliberada a criação de C.R.I. dos municípios que compõe a Grande Florianópolis.

Compareceram a esta reunião: “a Presidente do CEI/SC, representantes da Gerência de Atenção ao Idoso da Secretaria da Família, primeiras damas dos municípios de São José, Palhoça, Paulo Lopes, Biguaçu, Angelina, Governador Celso Ramos, Tijucas, Alfredo Wagner, Santo Amaro da Imperatriz, ou suas representantes, Prefeitura Municipal de Florianópolis, ANG, Coordenadoria Regional de Florianópolis.”

Nesta ocasião cada representante dos municípios presente informaram quais ações estavam sendo realizadas, como:

- inauguração de um centro de convivência com capacidade para 100 idosos, e uma equipe técnica de psicólogo, recreacionista e serviços de apoio, nos municípios de **São José**.
- **Paulo Lopes** estava atendendo 442 idosos através da Associação de Idosos daquela cidade.
- **Angelina** estava implantando um projeto – “Resgate à Memória do Idoso” (brincadeiras de infância, suas receitas, jogo, etc.) o grupo tinha objetivo de editar um livro a respeito.
- **Alfredo Wagner** apresentava dificuldades ao dar início aos trabalhos com seus grupos.

A Coordenadora Regional de Florianópolis, informou que estaria realizando Fóruns Municipais nos 22 Municípios da Região. Nesta ocasião foi constituído o novo Colegiado

representante do CEI/SC na Grande Florianópolis, através da C.R.I, assim ficou composto o colegiado: Presidente - Sra. Norma Warnmiling, representando o Município de São José; Vice-Presidente - Sra. Maria Celeste de Souza Andrade, representando o município de Angelina; 1ª. Secretária - Sra. Rosemary de Souza, da SDF/SC e 2ª. Secretária a Sra. Bernadete Ciriaca Karklin, representante do município de Palhoça. A próxima reunião ficou agendada para 30 de Abril de 2001, no Município de São José.

Dos 22 municípios que compunham a Comissão Regional da Grande Florianópolis, somente 10 municípios se fizeram presente através dos representantes e assim elegeram a nova Gestão para representar e desempenhar as competências da CRI no Estado.

Em abril de 2001, consta em Ata que houve o encontro de todas Comissões Regionais, para capacitação de seus representantes, o encontro aconteceu na Região de Itajaí, com o objetivo de “revitalizar as comissões regionais do CEI/SC e estabelecer, mediante planejamento estratégico, uma proposta de atuação na Política Estadual do Idoso para o ano de 2001, incluindo orientação para formação de Conselhos Municipais” (ATA, 19/03/2001, p. 22). Compareceram 15 das 17 Comissões Regionais existentes. A participação do CEI/SC se deu através da assessoria prestada por conselheiros na capacitação dos representantes das CRI.

Não consta em Ata⁹³ o relato das ações desenvolvidas pelas Comissões neste ano de 2001. Dificultando a análise a respeito da atuação das Comissões Regionais como órgãos descentralizados do CEI/SC na defesa e garantia de direitos dos idosos.

De acordo com leitura das Atas de 2002⁹⁴, não houve encontro de capacitação das Comissões Regionais. Porém há informações de que diversas Comissões Regionais

⁹³ Faz-se necessário ressaltar que para análise a respeito do CEI/SC no período de 2000 a 2003 utilizou-se as Atas referentes a este período, conforme já foi abordado. Deve-se considerar que as Comissões Regionais têm, de acordo com o item 5.2 do Regimento Interno das C.R.I. reuniões Plenárias e registro próprio em Atas, e ainda de acordo com o Regimento, deve ser encaminhado semestralmente relatório ao Conselho Estadual do Idoso, portanto nesta pesquisa não se teve acesso a estes documentos.

obtiveram sucesso na implementação de Conselhos Municipais do Idoso, como por exemplo: Blumenau; Itajaí; Florianópolis; Jaraguá do Sul, dentre outras não citadas. Também foi informado em Ata que os Municípios de pequeno porte estavam apresentando dificuldades para compor equipe que assumisse os Conselhos Municipais do Idoso.

A este respeito foi realizada pesquisa nos arquivos do CEI/SC em 25/05/2004 constatou-se que até este período 19 municípios do Estado já haviam constituído CMI e outros 6 municípios estavam sendo implantada ou estava previsto a implantação de CMI.

Dando continuidade a leitura das 12 Atas de 2003⁹⁴ com objetivo de identificar o que foi registrado a respeito das Comissões Regionais do Idoso, e quais as ações que foram desenvolvidas em favor da defesa e garantia de direitos do idoso, constatou-se nas Atas a participação de representantes das Comissões Regionais.

Também não consta nas 12 Atas consultadas, a realização de encontros das Comissões Regionais do Idoso. Porém destaca-se a participação de algumas Comissões Regionais em reuniões Plenárias do CEI/SC, sendo que a representante do Médio Vale do Itajaí na pessoa da Presidente do CMI de Blumenau, Sra. Marlene Dierchnasel da Silva, teve sua participação registrada em diversas Atas das Reuniões Plenárias do CEI/SC.

Foi sugerido em Ata (fevereiro de 2003) que encaminha-se as Comissões Regionais o Plano de Ação do CEI/SC para 2003, elaborado pelos Grupos de Trabalho, a fim de que as Comissões coordenassem os trabalhos em suas respectivas regiões.

A representante da Comissão Regional de Itajaí relatou quais os trabalhos estavam sendo desenvolvidos na região do Médio Vale, como:

- aplicação de questionários pelos agentes de saúde para levantar dados sobre a situação do idoso;

⁹⁴ Realizou-se leitura e análise de 10 Atas - março a dezembro de 2000.

⁹⁵ No mês de fevereiro (2003) ocorreram duas Reuniões Plenárias, não se denominou, Reunião Extraordinária.

- divulgação da Política Estadual junto à sociedade, alertando direitos da pessoa idosa;
- elaboração de uma Cartilha, com as leis que protegem a pessoa idosa (foi solicitado ao CEI/SC que colabore na edição da mesma).
- Articulação dos JIIDO na região.
- Comentou a respeito de denúncia realizada por uma idosa da região, que relatou que as atividades de lazer não são direcionadas à pessoa idosa, não havendo divertimento nessas atividades, e nem atendendo as reais necessidades de lazer do idoso.
- A representante da Comissão Regional informou que foi criada uma comissão em Blumenau para fiscalizar as casas asilares da região.

A este respeito consta no Decreto que regulamenta a Política Estadual do Idoso, que os membros da Comissão Regional do Idoso assim como do Conselho Estadual do Idoso têm livre acesso, a qualquer dia e hora, a todos os locais de atendimento à pessoa idosa “que prestam serviços de caráter social e/ou recebam recursos públicos” podendo estes requisitar o apoio da Vigilância Sanitária Estadual. (Decreto Nº 3.514 (29/11/2001), Cap. 5º inciso III, parágrafo 1º)

- ressaltou a necessidade de conscientização por parte da Comissão Regional no que tange a criação dos Conselhos Municipais da região;
- A representante da Comissão Regional de Itajaí solicitou ao CEI/SC que enviasse correspondências aos Prefeitos dos municípios desta Região, dando aval à pesquisa “Perfil do Idoso”, também informou que os membros dessa comissão estão desmotivados devido a falta de apoio.

Com base no art. 6º inciso V da PEI/SC afirma-se que compete a SDS através das Secretarias Regionais prestar assessoria técnica às prefeituras municipais para que estas dêem apoio as iniciativas de estudo e pesquisa para as CRI.

Foi informado que a Secretaria Executiva já havia encaminhado a todas as Comissões Regionais, o Regimento Interno. Ficou proposta ao Conselho a elaboração de um Projeto do Encontro das Comissões Regionais do CEI/SC⁹⁶ para possibilitar espaço de participação das mesmo no Plano de Ação do CEI/SC e com isto a execução das deliberações do Conselho.

Estabeleceu-se em Plenária que as Comissões Regionais interessadas em apresentar algum assunto deverá encaminhar conteúdos com antecedência a fim de que os GT's possam desenvolver estudos a fim de colaborar com as CRI's⁹⁷.

3.2. Análise dos Planos Integrados de Ações Governamentais e Não Governamentais para a execução da PEI em Santa Catarina

Pretende-se neste item explicar a respeito da existência de Planos Integrados tanto no âmbito de Governo Internacional, Nacional quanto Estadual, voltados para desenvolver ações que atendam as demandas da população idosa, segmento em crescimento vertiginoso tanto local quanto mundial.

Através de ações integradas entre as nações, estados, organizações governamentais e não-governamentais busca-se desenvolver os direitos humanos da pessoa idosa atendendo suas necessidades através de programas e projetos.

Objetiva-se, portanto, atentar em especial para os Planos Integrados de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso em Santa Catarina.

⁹⁶ O encontro das C.R.I. foi cancelado e remarcado para 2004

⁹⁷ A este respeito o CEI/SC deliberou dezembro de 2003 a respeito da Resolução 002/2003 que regulariza a participação das CRI nas Reuniões Plenárias. Sugere-se consultar ANEXO K.

Devido o aumento mundial da população idosa (previsões apontam que até 2050, corresponderá a 2 bilhões de pessoas idosas acima de 60 anos), propôs-se em Madri um Plano de Ação sobre o Envelhecimento, adaptado à realidade do século XXI.

Em abril de 2002 ocorreu em Madri, Espanha, a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento onde foi aprovada a Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento, este passou a se constituir um referencial para o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso no combate à discriminação, à negligência, ao abuso e aos maus tratos à velhice.

Através da Declaração Política, os representantes dos Governos reunidos na II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento firmaram compromisso para efetivarem as ações propostas no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. Para que isso aconteça, contam com a participação dos governos nacionais e locais, como se afirma no Artigo 17 deste documento:

Os governos são os principais responsáveis pela iniciativa das questões ligadas ao envelhecimento e à participação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002; mas é essencial a existência de colaboração eficaz entre os governos nacionais e locais, organismos internacionais, os próprios idosos e suas organizações, outros setores da sociedade civil, incluídas as organizações não governamentais e o setor privado. A aplicação do Plano de Ação exigirá a colaboração e a participação de várias partes interessadas: organizações profissionais, empresas trabalhadores e sindicatos, cooperativas, instituições de pesquisas, universidades e outras instituições educativas e religiosas e os meios de comunicação. (Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002)

O processo de envelhecimento diz respeito a toda pessoa independente da nacionalidade, da cultura, da situação social, econômica ou política. Desde o nascimento o ser humano já entra no processo do envelhecimento, portanto deve haver uma preocupação com o respeito aos direitos humanos - sociais, individuais e coletivos - a fim de que sejam respeitados desde a infância até a velhice. Todos são conclamados a participarem com o desenvolvimento do indivíduo.

No último artigo do Plano Internacional (Art. 19) os representantes participantes na II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, convidam todas as pessoas em todos os países, participantes de setores sociais para contribuírem individualmente ou em conjunto com a visão de igualdade entre todas as pessoas de todas as idades, ou seja, não deve permitir a discriminação contra a criança, o adolescente, o jovem, o velho, todos são iguais perante a lei. A idéia a ser compartilhada com toda sociedade, independente da idade do indivíduo é que toda pessoa é responsável pelo tratamento dispensado à pessoa idosa.

O objetivo central do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento é “garantir que, em todas as partes, a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos.” (Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002, p. 29). Contudo deve-se considerar a necessidade de atenção com todas as etapas da vida de um indivíduo a fim de garantir uma base sólida para uma velhice sadia e promissora.

Espera-se que os governos que têm responsabilidade primordial na aplicação deste Plano, em âmbito nacional, apliquem as recomendações gerais e considerem o envelhecimento e os problemas dos idosos no desenvolvimento e na erradicação da pobreza.

No Brasil, o segmento idoso, passou a ter seus direitos humanos exigíveis por lei a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948/ONU) e agora também através do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (2002/ONU), que atribui aos Estados Soberanos responsabilidades para com seus cidadãos.

Através da Política de Atendimento ao Idoso faz-se necessária à elaboração de um Plano Integrado de Ações que promovam a garantia dos direitos fundamentais e de cidadania do idoso no âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

A fim de implementar a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 04/01/94, coordenada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, foi proposto o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso- PAG-PNI de 1997, sob a coordenação da Secretaria da Assistência Social. Através deste documento os órgãos setoriais de forma descentralizada e com a participação das Organizações Governamentais e Não-Governamentais estabeleceram ações preventivas, curativas e promocionais com o intuito de promover melhor qualidade de vida para os idosos brasileiros.

A elaboração do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais é baseado na diretriz de descentralização e municipalização previstas na Constituição Federal de 1988, onde o poder local é fortalecido, cabendo então o desenvolvimento de políticas locais (saúde, educação, assistência social, idoso, mulher, criança e adolescente, etc.) nos três níveis de Governo (União, Estadual e Municipal). Contudo faz-se necessário contemplar alternativas para desenvolvimento de ações articuladas entre estes três níveis de Governo juntamente com a sociedade civil para cada uma destas políticas locais.

Da mesma forma, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS), órgão público do Governo de Santa Catarina responsável pela coordenação da Política Estadual do Idoso, propôs a elaboração do Plano Integrado de Ação Governamental e Não-Governamental para Desenvolvimento desta Política, com objetivo de prestar atendimento ao idoso como também garantir e defender os seus direitos assegurados por lei.

Este Plano é plurianual e deve contar com a participação da sociedade civil através de entidades representativas que assegurem a cidadania da pessoa idosa, ou seja, a Secretaria estabelece parcerias com: o Conselho Estadual do Idoso, com organizações governamentais e não governamentais (em nível regional e municipal), entre outras a fim

de implementar programas que atendam as necessidades biopsicossociais e espirituais da pessoa idosa.

Com isto, o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) que tem a competência de formular a política estadual e promover a integração de entidades governamentais e não governamentais, em parceria com a SDS/SC participa da elaboração do Plano Integrado.

Através deste Plano Integrado de Ações, que é um instrumento básico para permitir a operacionalização da Política Estadual do Idoso, os direitos dos idosos devem ser assegurados mediante articulação do Sistema de Garantia de Direitos.

As ações de cada órgão e instituição Governamental ou Não-Governamental são estabelecidas neste Plano de forma integrada, garantindo à pessoa idosa o acesso a bens e serviços de qualidade e assegura, também, a promoção, garantia e fiscalização das ações desenvolvidas para atender o segmento idoso.

É importante para a elaboração do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais a construção de uma rede de atendimento ao idoso e é preciso que a opinião pública seja despertada para esta questão, a fim de envolver a sociedade na discussão e defesa dos direitos dos idosos.

No Plano Integrado de Ações são estabelecidos os objetivos a serem atingidos no Estado, assegurando direitos aos idosos na área da Saúde, da Educação, da Assistência Social, do Lazer.

Portanto, para a elaboração do Plano Integrado de Ações é importante o levantamento de dados, ou seja, a realização do diagnóstico institucional e de demanda, Abreu Filho Coord. (2003) assim os descreve:

O diagnóstico institucional envolve as entidades que prestam serviços básicos (saúde, assistência social, trabalho,...) e serviços de proteção especial. Estes serviços especiais dizem respeito ao atendimento das situações de risco pessoal e social, cujas responsabilidades dos Setores públicos não se encontram claramente definidos. E, por isto, exigem uma atenção integrada. É o caso, por exemplo, da atenção a ser dada pelo

Poder Público para as questões de maus tratos contra o idoso: - é responsabilidade da Segurança Pública, da Saúde, da Assistência Social, (...). O diagnóstico de demanda, também chamado diagnóstico da situação do idoso, diz respeito à situação em que vivem os idosos e às circunstâncias de ameaça ou violação a seus direitos, o que decorre da ação ou omissão da família, da Sociedade e do Estado. (ABREU FILHO, (Coord.), 2003, p. 52)

Entende-se que as Organizações Governamentais e as Organizações Não-Governamentais devem fazer levantamento dos indicativos através do diagnóstico institucional e da demanda, formulando propostas de ação dentro de suas competências com base nas Políticas de atendimento do idoso sob a ótica do Sistema de Garantia de Direito e devem participar, também em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social, da formulação do Plano Integrado de Ação que visa atender as demandas do idoso em todo o Estado.

Em 1999 quando através da integração das Secretarias de Estado e das Organizações Não-Governamentais o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) promoveu encontros com o apoio das Comissões Regionais do Idoso e com a participação especial dos Grupos de Trabalho do CEI/SC (em especial os Grupos de Trabalho de Políticas e de Normas e Regulamentação) a fim de integrar as ações Governamentais e Não-Governamentais foi elaborado o Plano Integrado de Ações do Estado de Santa Catarina.

Através da participação das Secretarias de Estado, das instituições Governamentais e Não-Governamentais que diagnosticaram dados informativos a respeito do idoso e estabeleceram objetivos próprios e articulados entre si, direcionando suas ações para a garantia dos direitos do idoso mediante o Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais no ano de 1999 e de 2001, foi possível conceber o Sistema de Garantia de Direitos, de forma integrada.

As diretrizes estabelecidas para nortear o trabalho integrado no Estado através dos Planos Integrados de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o

Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso em Santa Catarina (1999⁹⁸ / 2001), foram extraídos do primeiro Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso de 1997.

As ações propostas foram estabelecidas por cada instituição Governamental, Organização Não-Governamental e pelas Secretarias de Estado dentro da ótica do Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, de acordo com os três eixos compreendidos por este Sistema:

O eixo da Promoção

diz respeito aos programas, serviços e projetos desenvolvidos pelas organizações governamentais e não governamentais, que atuam no sentido de diligenciar para que os direitos estabelecidos na Política Nacional do Idoso e Política Estadual do Idoso, aconteçam. (Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso – 1999).

O eixo do Controle Social

compreende ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada, na vigilância do cumprimento aos direitos da pessoa idosa. Dentre estas organizações temos, por exemplo, as universidades, os empresários, os movimentos sociais, os Fóruns de Defesa da Cidadania, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC, o Conselho Regional de Medicina – CRM e o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/12^a Região. (Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso – 1999).

O eixo da Defesa

é composto por organizações que tem por missão a responsabilização para que o direito se verifique, entre os quais, podemos citar o Ministério Público, a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros, os Conselhos de Defesa dos Direitos Humanos. (Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso – 1999).

⁹⁸ Este foi o primeiro Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso elaborado no Estado de Santa Catarina com base no Plano Integrado de Ações Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso de 1997.

Cada instituição Governamental, Organização Não-Governamental e Secretarias de Estado com representação no CEI/SC estabeleceram no Plano Integrado quais ações devem ser desenvolvidas no atendimento do idoso dentro dos eixos: da **Promoção, Controle Social**, e da **Defesa** dos direitos do idoso.

Ainda, no ano de 1999 foi assinado um Termo de Convênio⁹⁹ entre o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado, a Procuradoria Geral de Justiça e as Organizações Não-Governamentais com atuação na área do idoso, tendo por objeto a implementação do Plano Integrado de Ação Governamental e Não Governamental para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso. Através de cláusulas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (SDF); o Conselho Estadual do Idoso; as Secretarias de Estado e Procuradoria Geral de Justiça e as Organizações Não-Governamentais firmaram compromissos de obedecerem aos princípios do Sistema de Garantia dos Direitos quando da execução das ações estabelecidas no Plano Integrado de Ações.

No ano de 2003, o CEI/SC articulado com a SDS e as demais Secretarias Regionais do Estado formulou uma proposta de Protocolo de intenções para construir o Plano Integrado.

No atual Governo de Luiz Henrique da Silveira (2003 – 2006) foi elaborado pelas Secretarias Estaduais do Governo do Estado de Santa Catarina um Protocolo de Intenções que diz respeito a Declaração de Compromissos para realização do Plano Integrado de Ações Governamentais e não Governamentais da Política Estadual do Idoso (Anexo F).

As justificativas e compromissos assumidos além de estarem baseados na Lei Federal Nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 e na Lei Estadual Nº 11. 436, de 07 de junho de 2000 também estão baseados na Lei Federal 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto

⁹⁹ Este Termo de Convênio está em anexo no Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso - 1999

do Idoso. Lei que trata “de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” e que tem como linhas de ações: as políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social; serviços especiais – prevenção e atendimento às vítimas; serviço de identificação e localização; proteção jurídico-social; mobilização da opinião pública.

Neste documento foi proposto o prazo de 1 (um) ano¹⁰⁰ para ser executado os direitos fundamentais, serviços de promoção, proteção e defesa dos direitos dos idosos conforme assegurado no Estatuto do Idoso, considerando a descentralização-administrativa no âmbito da União, Estadual e municipal.

Dentre todos os compromissos assumidos pelo Governador por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, a elaboração da Pesquisa Perfil do Idoso em Santa Catarina foi novamente destacada neste Protocolo de Intenções formulado em 2003, com a determinação de que em 12 (doze) meses¹⁰¹ seja concluído tal trabalho. O Projeto de uma Pesquisa do Perfil do Idoso no Estado de Santa Catarina é uma necessidade urgente a fim de diagnosticar a situação sócio-econômica, psicossocial, política para subsidiar na formulação de políticas, programas e projetos e ações que atendam as demandas da população idosa catarinense.

Neste Protocolo de Intenções são apresentadas pelas Secretarias que tem representantes do Governo no Conselho Estadual do Idoso quais os compromissos assumidos a fim de serem desenvolvidos através do Plano Integrado de ações governamentais e não governamentais, tanto no campo político e econômico, como também das políticas públicas e das políticas básicas (saúde, educação, Assistência Social,

¹⁰⁰ O prazo passar a ser contado após assinatura do Protocolo de Intenções pelo Governador do Estado e as demais autoridades envolvidas.

¹⁰¹ A contar da data da assinatura do Protocolo de Intenções pelo Governador do Estado e demais autoridades identificadas no Termo de Compromisso (Anexo F). Ou seja, a partir do dia 06 de Abril de 2004. Florianópolis, SC.

trabalho, habitação e urbanismo, segurança pública e justiça e cidadania, etc.) visando atender as necessidades da população idosa no Estado.

O Estado de Santa Catarina, de acordo com o Protocolo de Intenções, sujeita-se a cumprir o estabelecido neste documento, com pena de julgamento e pagamento de multa judicialmente determinada caso não venha cumprir o estabelecido neste Protocolo, sendo o valor da multa (quando couber judicialmente) revertido ao Fundo dos Direitos do Idoso (FDA).

O Conselho Estadual do Idoso, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Estado de Santa Catarina estará acompanhando o cumprimento deste Protocolo de Intenções elaborado em 2003 e assinado no dia 06 de Abril de 2004 que firma os compromissos do Estado com a questão do cidadão idoso através da SDS, responsável pela coordenação da Política Estadual do Idoso.

Enfim com base neste documento cada Organização Governamental e Não-Governamental apresentará as ações a serem realizadas através do Plano Integrado de Ações a fim de participar do desenvolvimento da Política Estadual do Idoso no Estado de Santa Catarina e promover a defesa e garantia dos direitos humanos (sociais, individuais e coletivos) do cidadão idoso.

3.3 Conquistas e desafios das Gestões: 2000 - 2003

Neste subitem pretende-se identificar quais foram as conquistas e desafios do CEI/SC no período entre 2000-2003 para promover, defender e garantir os direitos dos idosos catarinenses. A fim de realizar esta análise, estarão sendo recuperados as ações desenvolvidas pelo CEI/SC e que foram analisadas no subitem 3.1. Com base nestas informações e nas leis de criação do CEI/SC; Regimentos Internos (do CEI/SC e dos

GT's), as Políticas de Atenção ao idoso e o recente Estatuto do Idoso, pretende-se apontar quais são os prováveis desafios que o CEI/SC terá que enfrentar nas próximas gestões.

Serão estabelecidas primeiramente as conquistas identificadas através deste estudo, após serão apresentados os desafios que o CEI/SC precisou enfrentar neste período em que as atas foram analisadas, ou provavelmente terá que enfrentar nas próximas gestões.

As conquistas identificadas no período de 2000 – 2003 foram:

- ✓ Aprovação da Resolução que aprova o Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso;
- ✓ a promulgação da Política Estadual do Idoso em 07 de junho de 2000 resultado de uma luta social voltada para a causa do idoso catarinense;
- ✓ Cumprindo dispositivos da Lei 10.073 (30/01/1996) e dos Regimentos Internos do CEI/SC e GT's, o Conselho participou da elaboração do Decreto que regulamentou a PEI/SC;
- ✓ nas duas Gestões do CEI/SC (2000 - 2003), constatou-se que o Conselho desempenhou ações com base **no eixo do controle social** quando:
 - mobilizou os Secretários de Estado para implementar a PEI/SC;
 - elaborou o Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais em 2001 e, em 2003 desenvolveu ações para estabelecer o Protocolo de Intenções para elaboração do Plano Integrado para 2004;
 - realização de levantamentos a respeito da realidade do idoso no Estado, como se constatou através de ações realizadas pelas CRI;
 - elaboração de proposta orçamentária para implementação das ações previstas na PEI/SC;
 - reivindicação de que o CEAS e CEI/SC participassem na elaboração do orçamento que prevê recursos para implementação da PEI/SC;

- solicitação ao Ministério Público a respeito das fiscalizações realizadas nas instituições asilares no Estado neste período;
- acompanhou tramitações de leis na Assembléia Legislativa.
- ✓ o CEI/SC elaborou diversos pareceres a respeito de propostas de Programas, eventos, Leis, sempre ressaltando a defesa e garantia dos direitos dos idosos;
- ✓ constatou-se na análise das atas que em relação ao compromisso assumido pelos conselheiros representantes OG's e ONG's com a causa do idoso em SC, que isto tem ocorrido através dos estudos e propostas para promover capacitação dos conselheiros a para que desempenhem suas competências visando a defesa e garantia de direitos dos idosos previstos nas leis (PNI, PEI/SC, Estatuto do Idoso, entre outras);
- ✓ constatou-se como conquista no período de 2003 o controle realizado sob a freqüência e participação dos conselheiros representantes no CEI/SC, nas Plenárias e reuniões dos GT's, cumprido dispositivos dos Regimentos Internos (CEI/SC e GT), conforme já foi analisado anteriormente;
- ✓ percebe-se no estudo das atas e com base também na experiência de estágio no CEI/SC, que, a Secretaria Executiva como órgão de apoio do CEI/SC e com suas competências previstas em Regimento Interno do Conselho, no ano de 2003 desempenhou trabalho de estruturação e funcionamento administrativa do Conselho. As ações desenvolvidas de acordo com suas competências Regimentais, contribuíram para que o CEI/SC desempenhasse suas competências visando a defesa e garantia dos direitos dos idosos.

Os desafios que o CEI/SC precisou enfrentar no período de 2000-2003 ou que provavelmente terá que enfrentar nas próximas gestões:

- ✓ Promover articulação entre as OG's e ONG's, e em parceria com a SDS, responsável pela coordenação da PEI, para desenvolver o Plano Integrado para 2004.
- ✓ elaborar mecanismo de fiscalização para acompanhar o desenvolvimento das ações propostas pelas OG's e ONG's em atenção ao idoso no Estado de Santa Catarina, tendo como base os três eixos do Sistema de Garantia de Direitos (Promoção, Defesa e Controle Social). Não foi identificado na análise das atas de 2000 –2003, indicativos de que o CEI/SC tenha acompanhando as ações proposta no Plano Integrado de 1999 ou 2001;
- ✓ desenvolver proposta de capacitação dos conselheiros a respeito do orçamento e leis orçamentárias a fim de cumprir competências estabelecidas na lei 10.073 (art. 2º, III e IV);
- ✓ desenvolver estudos e pesquisas a respeito da realidade do idoso a fim de formular, acompanhar e fiscalizar a política social de atenção ao idoso catarinense (Art. 2º, I; II; V);
- ✓ capacitar os atores que desempenham as funções das CRI a fim de garantir os direitos do cidadão idoso em todo Estado;
- ✓ criar em parceria com as CRI mais 12 Comissões para adequar-se a estrutura Administrativa do atual Governo do Estado, desta forma expandindo o espaço de atuação do CEI/SC;
- ✓ de acordo com o Regimento Interno do CEI/SC a Secretaria Executiva deve ser constituída também de funcionários técnicos com nível superior para desenvolver estudos, pesquisas, para subsidiar as ações deliberadas pelo CEI/SC;

- ✓ outro desafio é a capacitação dos funcionários do CEI/SC para que conheça a missão, objetivos, e metas do Conselho a fim de contribuírem com o desempenho de suas funções;
- ✓ A Secretaria Executiva em 2003 tem recebido diversas denúncias de violência contra o cidadão idoso, o que aponta que o CEI/SC tem sido divulgado à sociedade, é necessário que haja funcionários capacitados para receptor estas informações e encaminhar aos órgãos competentes para intervenção, também é importante que seja desenvolvido estudos a este respeito no CEI/SC;
- ✓ Em 2003, os GT's desenvolveram ações previstas em Regimento Interno a fim de deliberar a respeito da questão do idoso em Santa Catarina, foi construída proposta de ações a serem desenvolvidas no Ano de 2004, como: Evento Estadual; Eventos Regionais, Eventos de Capacitação de Conselheiros; JIIDOS Regionais, Estadual e Região Sul e Conferencias Regionais e Estadual e Encontro Estadual do CEI/SC conforme se confere no Anexo L. O desafio do CEI/SC é desenvolver estas ações estabelecidas com base nos estudos realizados pelos GT's em 2003, dando continuidade as atividades do CEI/SC;
- ✓ Por fim percebe-se que com a promulgação do Estatuto do Idoso as competências do CEI/SC foram ampliadas a fim de Promover, Defender e Controlar as ações desenvolvidas para implementação da Política de Atenção ao Idoso, na área político-administrativa de sua atuação. Diante da conquista dos movimentos sociais com a Promulgação desta Lei Federal, o CEI/SC tem o desafio de se adequar as disposições do Estatuto desenvolvendo suas ações. Diante disto é imprescindível à capacitação dos conselheiros representantes no CEI/SC, como gestores públicos como também das Comissões Regionais do

Idoso a fim de que o cidadão idoso seja informado a respeito de seus direitos e exerça sua cidadania (que consiste em direitos e deveres).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível refletir sobre a questão do idoso no Brasil e em especial no Estado de Santa Catarina onde se localiza o CEI/SC, espaço este de defesa e garantia dos direitos dos idosos. Através do estudo a respeito do Sistema de Seguridade Social brasileiro, buscou-se compreender os direitos assegurados na Constituição Federal que trata do direito à Previdência Social, Saúde e em especial à Assistência Social, de onde se destacou o Benefício de Prestação Continuada, um direito assegurado às Pessoas Portadoras de Deficiência e aos idosos acima de 65 anos que não tenham condições de se manterem e nem de serem mantidos por suas famílias. Os idosos são portadores de diversos direitos assegurados na Constituição Federal, como o direito à vida; direito à liberdade; direito à igualdade; direito à propriedade; direitos sociais; direitos políticos e para terem estes direitos de cidadania assegurados, a Constituição Federal estabelece instrumentos jurídicos para que todas as pessoas usufruam os seus direitos, inclusive o idoso.

Através deste trabalho buscou-se identificar de que forma o Conselho Estadual do Idoso desempenha suas competências, visando desta forma defender e garantir os direitos do cidadão idoso em Santa Catarina. Sabe-se porém que o Conselho, embora seja órgão deliberativo, não têm o poder de decisão jurídica. Assim como Thiesen (2003, p. 37) afirmou a respeito do CEI/SC: “um órgão público sem personalidade jurídica, composta por instituições representativas do poder público e da sociedade civil, e desenvolve atividades em todo o Estado”.

Constatou-se através da análise das 40 Atas das reuniões do CEI/SC no período de março de 2000 a dezembro de 2003, tendo como categorias de análise os três eixos do Sistema de Garantia de Direitos: Promoção, Defesa e Controle Social, que através da

organização da Administração interna do CEI/SC e do desenvolvimento de estudos realizados pelos Grupos de Trabalhos, o Conselho tem conseguido avançar na representação dos interesses do segmento idoso em Santa Catarina.

As Comissões Regionais do Idoso como órgão descentralizado do CEI/SC tem sido um espaço para a garantia e defesa dos direitos dos idosos em todo Estado, possibilitando o desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações previsto nos Plano Estaduais de Assistência Social aos municípios, de acordo com suas realidades. Porém destacou-se a necessidade de que o CEI/SC continue articulando as 17 CRI existentes e estas continuem desenvolvendo suas ações, colaborando na criação de Conselhos Municipais do Idoso em todo o Estado de Santa Catarina a fim de que sejam desenvolvidas Políticas Municipais do Idoso de acordo com cada realidade local. Também cabe ao CEI/SC a adequação das CRI à descentralização Administrativa do Estado, pois atualmente, há 29 Secretarias Regionais em todo o Estado, de acordo com proposta Administrativa do Governo Luiz Henrique da Silveira.

O Conselho Estadual do Idoso, que tem como objetivo implementar a Política Estadual do Idoso no Estado de Santa Catarina, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional do Idoso, e mais recentemente fundamentada nos dispositivos do Estatuto do Idoso aprovado no dia 01 de outubro de 2003, busca desenvolver suas competências determinadas em Lei e em Regimento Interno a fim de articular, juntamente com as Organizações Governamentais e Não-Governamentais e em parcerias com Órgãos Públicos (como Ministério Público, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros entre outros) comprometidos com a defesa e garantia dos direitos humanos e de liberdades fundamentais previstos na Constituição Federal e regulamentados por leis próprias.

Através do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais, para implementação da Política Estadual do Idoso em Santa Catarina, estão estabelecidos quais

as ações a serem desenvolvidas em cada área das políticas públicas (Saúde, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Educação, entre outras), a fim de permitir a promoção, a defesa e garantia dos direitos dos idosos e o controle social da sociedade civil organizada sob as ações desenvolvidas pelo Governo.

Com este Trabalho de Conclusão de Curso acredita-se estar contribuindo com o Conselho Estadual do Idoso ao desenvolver um estudo a respeito da questão do idoso, buscando identificá-lo como sujeito de sua própria história e destacando alguns de seus direitos como cidadão. Também com o estudo das Atas de duas gestões no CEI/SC e com as análises realizadas, identificando as conquistas e desafios do Conselho Estadual do Idoso, pretende-se ter contribuído para que o Conselho encontre alternativas para continuar desenvolvendo suas competências com eficácia. Reconhecendo que somente com a capacitação dos atores envolvidos e buscando a participação efetiva dos idosos, a fim de atuar de acordo com a realidade deste segmento a quem busca defender e garantir direitos, é que será possível uma real luta contra a discriminação, e preconceitos contra os idosos.

Sugere-se que a Secretaria do Desenvolvimento Social, através da Gerência do Idoso, desenvolva apoio ao Conselho Estadual do Idoso para a realização do diagnóstico da realidade do idoso, desenvolvendo estudos, disponibilizando recursos, e capacitando os atores envolvidos nesta ação, de acordo com as competências estabelecidas em Lei e que dizem respeito à Secretaria responsável pela implementação da Política Estadual do Idoso. Pois cabe à SDS manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de atendimento ao idoso no Estado, e através disto subsidiar o CEI/SC. Porém, com o desenvolvimento desta pesquisa, identificou-se que a SDS, embora tenha um Sistema que é alimentado por todos os Municípios a respeito dos programas, projetos, e entidades de atendimento a todos os segmentos, não tem desenvolvido estudos através da Gerência do

Idoso, a respeito da questão do idoso nem tem se apropriado das informações deste sistema para subsidiar as ações do CEI/SC.

Com o desenvolvimento deste Trabalho concluiu-se que com a mudança de Governo, alterando também a representação Governamental no CEI/SC e as articulações na organização dos Grupos de Trabalho, ou desmobilização das Comissões Regionais do Idoso, o Conselho Estadual do Idoso apresenta dificuldades para desenvolver suas ações visando à defesa e garantia dos direitos do idoso em todo Estado de Santa Catarina. Deve-se considerar como fator importante a falta de garantia de Orçamento para o desenvolvimento da Política Estadual do Idoso. E a falta de capacitação de Recursos Humanos para desenvolver papel de representantes no CEI/SC, também é fator negativo.

Porém na Gestão de 2003 no CEI/SC, considera-se importante destacar que a preocupação em cumprir as competências estabelecidas na Lei de criação do CEI e em seu Regimento Interno, levou o Conselho a ter significativas conquistas, pois conseguiu que todos os GT's desenvolvessem suas atividades de acordo com o deliberado em Plenária e previsto em Regimento Interno dos GT's.

Também se concluiu sobre a importância dos Conselhos terem uma Secretaria Executiva devidamente organizada e em funcionamento, para dar suporte técnico e administrativo às deliberações do Conselho, como ocorreu na Gestão de 2003 no CEI/SC. Pois é de competência da Secretaria Executiva apoiar e articular os GT's e as CRI a fim de que sejam desenvolvidos o Plano de Ação do CEI/SC e o Plano Integrado de Ações Governamentais e Não-Governamentais para implementação da Política Estadual do Idoso em Santa Catarina, de acordo com as diretrizes da Política Nacional do Idoso.

Foram levantados dados a partir das Atas e estes apontam que o CEI/SC tem estado comprometido com a questão do idoso, buscando defender e garantir seus direitos, para isto articulando forças com Organizações Governamentais e Não-Governamentais, a fim

de descentralizar as ações no Estado de Santa Catarina. Porém, constata-se a necessidade de que o idoso não seja somente objeto da atenção do CEI/SC e OG's e ONG's, mas seja despertado a participar como um agente e destinatário das transformações a serem realizadas através da implementação das Políticas voltada para defesa e garantia de seus direitos como é o caso da Política Nacional do Idoso, a Política Estadual do Idoso e agora com o Estatuto do Idoso, conforme já foi abordando anteriormente.

Rodrigues (2000) avalia que se o idoso for o agente, sujeito da ação de uma política destinada a ele, esta política integrará a sociedade, mas se o idoso for tido como um objeto, será marginalizado. Portanto com os Princípios e Diretrizes constantes na PNI, e com o atual Estatuto do Idoso, pretende-se que o idoso brasileiro sinta-se um cidadão igual aos demais, “cumprindo seus deveres e gozando seus direitos, sem discriminações nem preconceitos.” (RODRIGUES, 2000, p. 70).

Sendo assim, a opinião pública deve tomar consciência e ser esclarecida a respeito das dificuldades e problemas que interferem na efetivação do atendimento aos direitos consagrados pelas leis ao idoso. Desta forma a sociedade poderá contribuir e descobrir meios de auxiliar o idoso, na obtenção de recursos adequados e necessários, como também propondo soluções que “se justapõem àquelas ações já deflagradas pelas organizações governamentais e não-governamentais.”

Através deste estudo identificou-se de que forma o segmento idoso, tem recebido a atenção do Estado (e da sociedade civil) na garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Assim, para que sejam afiançados os direitos aos idosos, será necessário que os mesmos tomem conhecimento das leis que fundamentam estes direitos, para que possam reivindicar junto aos órgãos competentes a materialização dos mesmos, através da implementação de políticas sociais. Como sugere Thiesen (2003): “É preciso sensibilizar os idosos com

relação aos seus direitos e a necessidade de participação social, para que sejam mais valorizados, tornando-se atores de suas próprias histórias.” (THIESEN, 2003, p. 38)

Para finalizar, a Política Social do Idoso deve está inserida numa Política Social ampla que atenda as crianças e adolescentes, jovens, adultos, mulheres, negros, índios. Isto porque a sociedade é global, não compartimentalizada. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CF, 1988, art. 5º), e todos necessitam de saúde, educação, habitação, seguridade social, trabalho, cultura e lazer.

Portanto é importante a articulação do CEI/SC com os demais Conselhos setoriais, a fim de formular políticas que atendam os interesses da população e assim somando força na defesa e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros. Pois somente desta forma a sociedade vai conseguir reconhecer no idoso um Cidadão de Direitos, como pretendem as Leis abordadas neste estudo.

Com base neste estudo realizado sugere que seja desenvolvido estudo a respeito do Fórum Permanente da Região Sul – PNI, através dos documentos arquivados no CEI/SC e na Gerência do Idoso – GERA/SDS/SC, objetivando através desta pesquisa analisar como se dá o processo de avaliação, proposição, e implementação da PNI e de que forma isto contribui para defesa e garantia dos direitos dos idosos brasileiros.

Outro tema proposto para desenvolvimento de pesquisa diz respeito as Comissões Regionais do Idoso de Santa Catarina, órgão descentralizado do CEI/SC. A pesquisa poderia abordar de que forma estas Comissões tem desempenhado suas competências e como vem garantindo e defendendo os direitos dos idosos em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, H. **Elementos para o Plano de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. p. 165 –181. IN: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS. Um caminho para a Proteção Integral/ Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999. p. 392

ABREU FILHO, H. (Coord.). **Livro Estatuto do Idoso comentado**. Fundação Nova Vida 2003. 118 p. Trabalho não publicado.

ALVES, A. M. **A construção social da violência contra os idosos**. 2001 [On line] disponível em: [www. Unati.uerj.br](http://www.Unati.uerj.br) - pesquisado no dia 23/05/04 às 00:15

ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State**: teorias explicativas. Rio de Janeiro: BIB, nº. 39, pp. 3-10.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina 1989, p. 83.

BARROSO, M. J. **A Assistência social e o idoso**: um desafio, uma reflexão. Cadernos ABONG. Subsídios às Conferências de Assistência Social – I. “Os sistemas descentralizado e participativo: Construindo a inclusão e universalizando direitos”. Conjuntura, Assistência Social e Seguridade Social. Outubro de 1997. pp. 31-34

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.pp.

BORGES, M. C. M. **O Idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil**. p. 80 – 103. IN: As Múltiplas faces da velhice no Brasil. Orgs. SIMONS, O. R. M.; NERI, A L. e CACHIONI, M. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. (Coleção velhice e sociedade). p. 251.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto [et. al.]. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 364 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. **LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. legislação complementar. Ministério da Assistência Social. 3. ed. Brasília: MAS, 2003. 72p

_____. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. CRESS 2º Região/ MA: Coletânea de Leis, MA, Gestão Organização e Trabalho 1999/2002. Dezembro, 2001. 253 p.

_____. Decreto n. 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. CRESS 2º Região/ MA: Coletânea de Leis, MA, Gestão Organização e Trabalho 1999/2002. Dezembro, 2001. 253 p.

_____. Lei Federal Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRUNO, M. R. P. **Cidadania não tem idade**. In: Velhice e Envelhecimento. Serviço Social & Sociedade nº. 75 Ano XXIV, Especial, 2003.pp. 74-83

CANÔAS, C. S. A Condição Humana do Velho. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 1985. 79 p.

CARVALHO, L. de F. **Padrões Mínimos de Organização e Administração de Serviços de Atendimento ao Idoso**. IN: Programa Nacional de Treinamento de Pessoal na Área de Atendimento ao Idoso – 1º Curso de Nível Superior. São Paulo – 1978.

CHAMUZEAU, J. L. **Política social do idoso**: legislação social e previdenciária. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Programa Nacional de Treinamento de Pessoal na Área de Atendimento ao Idoso – 1º Curso de Nível Superior. São Paulo - 1978

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA. Resolução Nº 001/98. Aprova o Regimento Interno das Comissões Regionais do Idoso.

_____. **A trajetória do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina (CEI/SC)**. Relatório Gestão: 1996 / 1999. p. 18

I CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1995. Relatório Final. MPAS. CNAS. Brasília, DF., 1995. 60 p.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1997. Anais... [S. L.]: MPAS. CNAS. Brasília, DF., 1997. 180 p.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2001. Deliberações aprovadas em Plenária. Brasília, DF., 2001. 16 p.

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2003. Relatório. MAS. CNAS. Brasília, DF., 2003. 41 p.

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado. Relatório Final. Santa Catarina, 1995. 18p.

II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Assistência Social: Combatendo a Exclusão, Garantindo Direitos. Relatório Final. Santa Catarina, 1997. 31p.

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A Política de Assistência Social: Trajetória de Avanços e Desafios. Relatório Final. Santa Catarina, 2001. 50p.

IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Assistência Social Como Política de Inclusão: uma nova agenda para a cidadania – 10 anos de LOAS. Relatório Final. Santa Catarina, 2003. 100p.

CORREIA, M. V. C. **A relação Estado/ Sociedade e o controle social:** fundamentos para o debate. pp. 148-176. In: Serviço Social & Sociedade nº. 77 Ano XXV, 2004. pp. 148 – 176.

CORREA, L. C.M. **Direitos Fundamentais**, decisões judiciais e efeito vinculante. (Dissertação de Mestrado em Direito), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, 151p.

COSTA, E. M. S. **Gerontodrama** : a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade – São Paulo ; Agora, 1998. pp.

DEBERT, G. G. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade.** In: Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre a identidade, memória e política. Organizado por Myriam Moraes Lins de Barros. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.49-67

DEMO, Pedro. **Política social nas décadas de 60 e 70.** Fortaleza, Edições UFC, 1981. p. 237.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina.** Mapa da Fome. Florianópolis julho 2003

_____. **Política Social do Idoso – Comissão Estadual do Idoso.** Encontros Regionais. PROMOVER, 1988.

_____. Lei Nº 8.072, de 25 de setembro de 1990. Cria o Conselho Estadual do Idoso.

_____. Lei Nº 10.073, de 30 de janeiro de 1996. Altera a vinculação, competência e estrutura do Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências.

_____. Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo.

_____. Decreto Lei Nº 1.831, de 13 de maio de 1997. Homologa o Regimento Interno do Conselho Estadual do Idoso.

_____. Decreto Lei Nº 3.514, de 29 de novembro de 2001. Regulamenta a Lei nº 11.436, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, e dá outras providências.

_____. **Benefício de Prestação Continuada – BPC – LOAS – Benefícios emitidos em Dezembro de 2002 e recursos gastos no mês.** 9 p. Disponível em: www.desenvolvimentosocial.gov.br/relcry/bpc/docs/downloads/dez_02/sc_02.pdf.

_____. **Benefício de Prestação Continuada – BPC – LOAS – Benefícios emitidos em Dezembro de 2003 e recursos gastos no mês.** 9 p. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/relcry/bpc/downloads/dez_03/sc_dez_03.pdf.

FALCÃO, M. C. **A seguridade na travessia do Estado assistencial brasileiro.** In: Os direitos (dos desassistidos) sociais. SPOSATI, A., [et al.]. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. pp.109-126.

FERREIRA, M. de F. A. **Defender a Seguridade é princípio na defesa da Assistência Social.** Cadernos ABONG. Subsídios às Conferências de Assistência Social – I. “Os sistemas descentralizado e participativo: Construindo a inclusão e universalizando direitos”. Conjuntura, Assistência Social e Seguridade Social. Outubro de 1997. pp. 27-30.

FOLHA DE S. PAULO. **Trabalho ainda é rotina de 4 milhões de idosos.** Silvana Quaglio – reportagem local. Domingo, 26 de setembro de 1999 – mais velhos – Especial 9.

GARCÍA, M. B. **A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.** p. 141 – 149. IN: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS. Um caminho para a Proteção Integral/ Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999. p. 392

_____, M. B. **O papel dos Centros de Defesa.** p. 203 – 220. IN: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS. Um caminho para a Proteção Integral/ Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999. p. 392

_____, M. B. **O protagonismo da sociedade civil.** p. 257 – 267. IN: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS. Um caminho para a Proteção Integral/ Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999. p. 392

GOMES, A L. **Assistência Social e Benefício de Prestação Continuada (em tempos de revisão)** – um direito garantido? IN: Revista Katalysis. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. N. 4. Florianópolis: Editora da UFSC, maio 1999, p.p 93 – 100.

_____, A. L. **O Benefício de prestação continuada:** uma trajetória de retrocessos e limites. Revista Serviço Social e Sociedade nº 68 Ano XXII. São Paulo: Cortez – nov. 2002

HADDAD, E. G. de Macedo. **O direito à velhice:** os aposentados e a Previdência Social. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, E. G. Macedo. **Políticas Sociais Setoriais e por Segmento.** Idoso. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3. – Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000a. 259p.

_____, E. G. Macedo. **Idosos.** Do Assistencialismo ao Direito. Revista INSCRITA. Ano III – N – VI – julho de 2000b. Conselho Federal de Serviço Social. 25 – 30 p.

HEIMANN, L. S., BOARETTO, R. C. **Conselhos de Representação de Idosos e Estratégias de Participação.** IN: As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil. SIMSON, O R. M., NERI, A L., CACHIONI, M. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. pp. 105 – 125.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IN: http://www.ibge.Br/home/estatística/população/perfilidoso/tabela1_1.shtm. consultado em 16/05/2004.

_____. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IN: http://www.ibge.Br/home/estatística/população/perfilidoso/tabela1_2.shtm. consultado em 16/05/2004.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Vol. 61. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000.** Departamento de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2002. p. 91

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2002.** Estudos e Pesquisas, Informações demográficas e socioeconômica número 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 383

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2003.** Estudos e Pesquisas, Informações demográficas e socioeconômica número 12. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 319

_____. Tendências demográficas: **uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000**. Departamento de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO Social e Combate a Fome. www.md.gov.br consultado em 24/05/04

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Programas Especiais**. Vistoria a Entidades Asilares/ Fiscalização das entidades asilares. Disponível [on line]. www.mp.gov.br/gim/dados/municipiosPrograma.asp.com consultado em 23/05/04

MINOIS, G. História da Velhice no Ocidente: da antiguidade ao renascimento. Tradução de Serafim Ferreira. Coleção Teorema série especial. Lisboa, 1987.

MOTA, A. E. **Seguridade Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. Ano XVII, n. 50, pp. 191 – 195.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios**: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre a identidade, memória e política / Organizado por Myriam Moraes Lins de Barros. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 69-84

PEREIRA, P. A. P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State**: a particularidade da assistência social. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 56, ano XIX – março 1998. São Paulo, Cortez.

PLANO INTEGRADO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Brasília: MPAS, SAS, 1997. 58 p.

PLANO INTEGRADO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL E NÃO-GOVERNAMENTAL para Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso. Governo do Estado de Santa Catarina. Ano Internacional do Idoso, 1999. 41 p.

PLANO INTEGRADO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL E NÃO-GOVERNAMENTAL para Desenvolvimento da Política Estadual do Idoso. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Abril de 2001. 31 p.

PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO, 2002/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkimin Cunha; revisão técnica de Jurilza M. B. de Mendonça e Vitória Góis. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. p. 86.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES. Declaração de Compromissos para a realização do Plano Integrado de Ações Governamentais e Não Governamentais da Política Estadual do Idoso. Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina. S/d.

RODRIGUES, Nara C. **Política social para a velhice**. Instrumento de integração ou marginalização social? (pp. 67-70). In: Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social. (Org) Regina Carme Schons, Lucia Terezinha Saccomori Palma. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 179.

SANTA CATARINA. **Idoso Cidadão de Direito**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC. Florianópolis: SDF, 2002. 36p.

SANT'ANNA, M. R. **O velho no espelho**: um cidadão que envelheceu – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 187p.

SANTOS, W. G. dos, 1935-. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2.ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1987. 89 p.

SECRETARIA de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. I Plano Estadual de Assistência Social. Santa Catarina, 1997. 79p.

_____ de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. II Plano Estadual de Assistência Social. Santa Catarina, 1999. 60p.

_____ de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. III Plano Estadual de Assistência Social – Plurianual (2000 – 2003). Santa Catarina, 2000. 66p.

SHIMITZ, F. A. **Representatividade do idoso no Conselho Estadual de Santa Catarina**: uma questão em análise. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SCHMITZ, Adriana. **O papel dos Conselhos da Microrregião do Tabuleiro na implementação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.101p.

SPOSATI, A; F. M. C. LBA – **Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira**. Ed. educ, 1989. pp. 106.

SPOSATI, A O., [et al]. **A Assistência Social e a trivialização dos padrões de reprodução social**. IN: Os direitos (dos desassistidos) sociais. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1995a. pp. 5-30

_____, A O. (Coord.). **Carta-tema: a assistência social no Brasil. 1983 – 1990 / 2. ed.** – São Paulo: Cortez, 1995b.

TEIXEIRA, S. M. F. **Assistência na Previdência Social** – uma política marginal. IN: Os direitos (dos desassistidos) sociais. SPOSATI, Aldaíza [et al]. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. pp. 31-108

THIESEN, S. M. **A participação como verdadeira essência da velhice:** uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica – NETI. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Relatório Perfil dos Idosos do Município de Florianópolis. Nov. 2003. 87p.

VERAS, R. **A Longevidade da população:** desafios e conquistas. Serviço Social & Sociedade n° 75 Ano XXIV Especial 2003.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:** Estratégias do bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1988, 2ª edição novembro de 2000. 288p.

APÊNDICE A – Entrevista com as Assistentes Sociais – Elizabeth Bahia Ferrer e
Maria Lucia Ritzma do INSS/SC em 27/04/2004

ENTREVISTA A RESPEITO DO BPC

Assistentes Sociais entrevistadas:

Elisabeth Bahia Ferrer
bethbferrer@zipamail.com.br

(Elisabeth.ferrer@previdencia.gov.br)

ou

Maria Lucia Silveira Ritzmann

(Maria.ritzmann@previdencia.gov.br)

Data: 27 de abril de 2004

Horário: 14:00h às 15:15

INSS – Previdência Social

1- Ainda é pago o benefício da Renda Mensal Vitalícia? Em qual situação? Quem tem direito? Qual o valor pago? Qual a idade prevista?

Sim. A todos os usuários que haviam requerido o Benefício RMV antes da LOAS ser regulamentada e o BPC ser concedido pela primeira vez, e que no caso dos idosos ainda estão vivos. Ou seja tem direito ao Benefício RMV todos aqueles que pediram requerimento até Dezembro de 1995. O valor pago pelo Benefício é de um salário mínimo. De acordo com a Lei que regulamenta a RMV a idade para o idoso ter direito ao Benefício era a partir dos 70 anos.

2- Dados a respeito do Benefício de Prestação Continuada a partir da sua concessão? Quantos Benefícios foram pagos para os idosos no Brasil? Em Santa Catarina? Quantos idosos tiveram direitos a este Benefício?

As Assistentes Sociais sugeriram que consultasse o site do Ministério Público da Assistência Social a fim de conseguir dados a respeito do BPC a partir do pagamento do primeiro Benefício da LOAS, que ocorreu em janeiro de 1996. (A Assistente Social Lucia, pesquisou no site www.assistenciasocial.gov.br e localizou a Evolução da concessão e dos gastos com o BPC – LOAS no período de 1996 a 2001).

Através deste site é possível saber em nível Federal e Estadual quantos BPC foram pagos, quantos idosos e PPD foram beneficiados desde a primeira concessão do BPC até 2001.

3- Quantos Benefícios foram pagos e quantos idosos receberam de 2000 a 2003?

Consultar no site acima estes dados no ano de 2002 e 2003 pois não constaram na primeira pesquisa.

4- Qual foi o a última vez que ocorreu a revisão do BPC?

De acordo com a LOAS a revisão do BPC deve ocorrer de dois em dois anos. De acordo com as Assistentes Sociais Elisabeth Bahia e Lucia Ritzmann a primeira etapa da revisão do BPC teve início após o ano de 1997, esta revisão correspondia ao período de (02/01/1996 a 30/04/1997), o correto é que a terceira etapa tivesse ocorrido após o ano de 2000 que corresponderia aos Benefícios pagos no período de (01/01/1999 a 31/07/2000) e segundo as Assistentes Sociais após o ano de 2001 deveria ter acontecido a quarta etapa. As Assistentes Sociais explicaram que na prática as quatro etapas da revisão do BPC estão acontecendo simultaneamente, isto devido ao curto tempo (de dois em dois anos de acordo com a LOAS); também devido ao alto custo para o Ministério Público da Assistência Social responsável pela Política da Assistência Social; pela falta de funcionários para executar a ação (Assistente Social, Médico perito) etc.

Na realidade a quarta etapa da revisão do BPC esta para começar neste ano de 2004.

5- Qual a idade que o idoso tem direito de receber o BPC?

A LOAS quando entrou em vigor já previa que a idade inicial seria de 70 anos (idade igual ao da RMV), passando para 67 anos e depois em 1998 para 65 anos. Porém devido medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso a idade ficou congelada em 67 anos. Com a elaboração do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10. 741). Aprovado em outubro de 2003 entrando em vigor no dia 01 de janeiro de 2004 foi aprovado que a idade para concessão do BPC para o idoso é a partir dos 65 anos de idade considerando a renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa em uma família. Mas esta lei dependia da regulamentação para entrar em vigor e com a Instrução Normativa Nº 99 o INSS/DC de 05/12/2003 regulamentou este artigo do Estatuto do Idoso, passando a vigorar então a idade de 65 anos para que a pessoa idosa tenha direito de requerer dentro dos pressupostos da LOAS o BPC.

Foi sugerida pelas Assistentes Sociais entrevistadas dar continuidade a pesquisa através do site da Previdência Social no link – Legislação – Normas a respeito do Idoso

IN – Nº 99 DE 05/12/2003 ART. 169 QUE TRATA DA ALTERAÇÃO DA IDADE PARA O IDOSO

A LOAS quando entrou em vigor já previa que a idade inicial seria de 70 anos (idade igual ao da RMV), passando para 67 anos em 1998 e depois para 65 anos em 2000. Porém

devido medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso a idade ficou congelada em 67 anos (Lei nº 9.720 – 30/11/1998). Com a elaboração do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10. 741), aprovado em outubro de 2003 entrando em vigor no dia 01 de janeiro de 2004 foi determinado que a idade para concessão do BPC para o idoso é a partir dos 65 anos de idade considerando a renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo por família. Mas esta lei dependia da regulamentação para entrar em vigor e com a Instrução Normativa Nº 99 o INSS/DC de 05/12/2003 foi regulamentado este artigo do Estatuto do Idoso, passando a vigorar então a idade de 65 anos para que a pessoa idosa tenha direito de requerer dentro dos pressupostos da LOAS o BPC.

6- Qual o conceito de família utilizado para o cálculo de ¼ do salário mínimo para que o idoso tenha direito ao BPC?

As Assistentes Sociais que entrevistei apresentaram que o conceito de família para a concessão do BPC inicialmente utilizado na LOAS correspondente aos Benefícios concedidos entre 01/01/96 a 10/08/97 é: “Unidade mononuclear vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes” - Lei 8.742, art. 20. Parágrafo 1º.

Com a alteração da Lei através da Lei 9.742/98 o conceito familiar utilizado para os benefícios concedidos a partir de 11/08/97 é: “O conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei 8.213 de 24/07/1991, desde que vivam no mesmo teto.”

Art. 16 da Lei 8.213 de 24/07/91 – “São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor que 21 (vinte e um) anos ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

II- os pais;

III- o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

IV- (Revogado pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

Parágrafo 1º A existência de dependente das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

Parágrafo 2º O enteado e o menor tutelado equipara-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

Parágrafo 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o parágrafo 3º do Art. 226 da Constituição Federal.

Parágrafo 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

As Assistentes Sociais afirmaram que dois anos após a aprovação da LOAS o conceito de família na Lei foi alterado. Os beneficiados após 1997 passaram a ser avaliados sob outro conceito de família já descrito acima, porém toda vez que for feito a revisão do Benefício o profissional de Serviço Social que for fazer o Estudo Social deve atentar para a data em que o beneficiário passou a receber o benefício, a fim de avaliar os que receberam a concessão até 1997 sob o conceito anterior de família e todos que passaram a ter o direito ao Benefício após 1997 entram no novo conceito de família. Isto sempre deverá ser levado em conta. Caso ocorra de um idoso que faça parte dos beneficiários na data antes de 1997 e que tenha sido alterado sua condição a ponto dele não se enquadrar mais no conceito anterior deverá ser orientado pelo Assistente Social que caso ele se interesse e continue necessitando do BPC após ser desligado dever recorrer a fim de ser avaliado para passar a ter direito sob o novo conceito de família determinado por lei após 1997, conforme já foi abordado anteriormente.

7- De onde vem o recurso para o pagamento do BPC?

O recurso vem do Orçamento do Ministério Público de Desenvolvimento Social e Combate a Fome que é o órgão do Governo responsável pela Assistência Social

8- Projetos a respeito do BPC para 2000 á 2003 em Santa Catarina.

O BPC é um direito da Assistência Social concedido de acordo com a LOAS à todos que atendem a exigem da Lei. Não há condições de ser formulado projetos com metas a serem atingidos pelo Governo de quantos benefícios será pago aos cidadãos que tenham direitos a este benefício.

O INSS é um órgão que operacionaliza o BPC desde a concessão através de requerimento, até a revisão, e cancelamento do Benefício, caso o cidadão não esteja enquadrados nas exigências da lei.

Uma questão bastante importante destacada pela Assistente Social Elisabeth Bahia Ferrer:

A revisão do BPC não é somente para apontar irregularidades ou perda do Benefício caso o usuário não se enquadre mais nos requisitos exigidos por lei, mas acima de tudo o objetivo é constatar da comunidade, municípios, etc. quais as demandas da população a fim de planejar programas, projetos e ações que busquem desenvolver o indivíduo a fim de que por si próprio ele possa se sustentar sem precisar depender do salário mínimo pago pelo BPC. Através de Programas de habitação, emprego, saúde, busca-se atender as necessidades da população usuária do Benefício e promover um desenvolvimento social.

Quando um usuário do BPC resolve cancelar seu benefício, ele pode fazer seja porque melhorou sua realidade social e econômica, ou porque se inseriu no mercado de trabalho, ou porque deseja requerer um outro benefício da Assistência Social ou da Previdência Social. A qualquer momento o usuário pode desistir do Benefício ou requerer-lo novamente passando por todo o processo determinado por lei.

A Assistente Social Beth Bahia ainda afirmou que caso uma PPD tenha alcançado a idade de 65 anos e deseje torna-se beneficiário não por ser PPD mas por ser idoso poderá cancelar o primeiro benefício e requerer o outro, sem prejuízo de ficar sem receber a renda pois o valor será todo pago a partir da data do requerimento.

APÊNDICE B – Rede de Atendimento ao Idoso em Santa Catarina.

Demonstrativo da Rede Prestadora de Serviços na Área de Assistência Social

Município	Nome da Entidade	Público Alvo	Meta
ABDON BATISTA	Prefeitura Municipal	Idosos	150
ABELARDO LUZ	Prefeitura Municipal	Idosos	711
AGROLÂNDIA	Prefeitura Municipal	Idosos	216
AGRÔNOMICA	Prefeitura Municipal	Idosos	96
ÁGUA DOCE	Prefeitura Municipal	Idosos	240
ÁGUAS CHAPECÓ	Prefeitura Municipal	Idosos	450
ÁGUAS FRIAS	Prefeitura Municipal	Idosos	258
ÁGUAS MORNAS	Prefeitura Municipal	Idosos	240
ALFREDO WAGNER	Prefeitura Municipal	Idosos	200
ALTO BELA VISTA	Prefeitura Municipal	Idosos	-
ANCHIETA	Prefeitura Municipal	Idosos	-
ANGELINA	Prefeitura Municipal	Idosos	100
ANITA GARIBALDI	Prefeitura Municipal	Idosos	200
ANITÁPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	80
ANTONIO CARLOS	Prefeitura Municipal	Idosos	-
APIÚNA	Prefeitura Municipal	Idosos	120
	Prefeitura Municipal	Idosos	520
ARABUTÃ	Prefeitura Municipal	Idosos	520
ARAQUARI	Conselho de Desenv. Comunitário de Itapocú - CDCI	Idosos	30
	Prefeitura Municipal	Idosos	390
ARARANGUÁ	Lar Beneficente São Vicente de Paula	Idosos	38
ARMAZÉM	Prefeitura Municipal	Idosos	-
ARROIO TRINTA	Prefeitura Municipal	Idosos	195
ARVOREDO	Prefeitura Municipal	Idosos	220
ASCURRA	Prefeitura Municipal	Idosos	160
ATALANTA	Prefeitura Municipal	Idosos	167
AURORA	Prefeitura Municipal	Idosos	190
BALNEÁRIO	Prefeitura Municipal	Idosos	150
BALNEÁRIO BARRA DO	Prefeitura municipal	Idosos	58

BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Prefeitura Municipal	Idosos	850
	Associação Social São Vicente de Paula	Idosos	50
BALNEÁRIO GAIVOTA	Prefeitura Municipal	Idosos	130
BANDEIRANTE	Prefeitura Municipal	Idosos	269
BARRA BONITA	Prefeitura Municipal	Idosos	258
BARRA VELHA	Associação Com. Des. de Itajubá	Idosos	35
	Assoc. Moradores do Icarai	Idosos	30
	Assoc. Senhoras Solidárias	Idosos	42
	Assoc. Voluntárias Raio de Sol	Idosos	46
	Cons. Com. Pedras Brancas	Idosos	46
BELA VISTA DO TOLDADO	Prefeitura Municipal	Idosos	95
BELMONTE	Prefeitura Municipal	Idosos	290
BENEDITO NOVO	Prefeitura Municipal	Idosos	600
BIGUAÇU	Ação Social São João Evangelista	Idosos	203
	Lar do Idoso "Osvaldo Alípio da Silva"	Idosos	30
	Verônica Maria Fraga Hering	Idosos	12
	Grupo Voltar à Viver	Idosos	25
	Grupo de Idosos Jardim Carandai	Idosos	30
	Grupo Saúde Longa Vida	Idosos	40
BLUMENAU	Prefeitura Municipal	Idosos	3.400
	Conselho Comunitário Garcia	Idosos	160
	Prefeitura Municipal	Idosos	360
	Prefeitura Municipal	Idosos e PPD	12
BOM JARDIM DA SERRA	Prefeitura Municipal	Idosos	120
BOM JESUS	Prefeitura Municipal	Idosos	120
BOM JESUS DO OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	180
BOM RETIRO	Assoc. Idosos	Idosos	120
BOMBINHAS			
BOTUVERÁ	Associação de Idosos da Amizade	Idosos	153
	Associação de Idosos da Alegria	Idosos	155
BRAÇO DO NORTE	Prefeitura Municipal	Idosos	589
BRAÇO DO TROMBUDO	Asilo Recanto do Sossego	Idosos	98
	Prefeitura Municipal	Idosos	186
BRUNÓPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	-
BRUSQUE	Assoc. Damas de Caridade(OASE)	Família e Idosos	400
	Casa Geriátrica de Repouso de Brusque	Idosos	50

	Prefeitura Municipal	Famílias, Idosos e PPD	2.800
CAÇADOR	Prefeitura Municipal	Idosos	956
CAIBI	Prefeitura Municipal	Idosos	429
CALMON	Prefeitura Municipal	Idosos	206
CAMBORIÚ	Prefeitura Municipal	Idosos	440
	Lar da Terceira Idade "Pe. Antonio Luiz Dias"	Idosos	33
	Ação Social Paroquial da Igreja Católica	Idosos	-
CAMPO ALEGRE	Prefeitura Municipal	Idosos	144
CAMPO BELO DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	138
CAMPO ERÊ	Associação de Idosos São José	Idosos	40
	Associação de Idosos São Cletóvão	Idosos	100
	ASTEIDE	Idosos	200
CAMPOS NOVOS	Prefeitura Municipal	Idosos	554
	Associação de Senhoras Rotarianas D. Maria Zorzi	Idosos	40
CANELINHA	Associação de Apoio Social	Idosos	85
	Soc. Grupo de Idosos Maria Terezinha Silva	Idosos	43
	Soc. Grupo da Amizade Padre João Pivatto	Idosos	44
	Prefeitura Municipal	Idosos	112
CANOINHAS	Assoc. da Terceira Idade de Canoinhas-Ática	Idosos	100
CAPÃO ALTO	Prefeitura Municipal	Idosos	52
	Grupo de Idosos	Idosos	38
CAPINZAL	Prefeitura Municipal	Idosos	191
CAPIVARI DE BAIXO	Grupos de 3ª Idade	Idosos	326
CATANDUVAS	Prefeitura Municipal	Idosos	230
CAXAMBU DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	430
CELSO RAMOS	Prefeitura Municipal	Idosos	77
CERRO NEGRO	Prefeitura Municipal	Idosos	71
CHAPADÃO LAGEADO	Prefeitura Municipal	Idosos	235
CHAPECÓ	Prefeitura Municipal	Idosos	2.500
COCAL DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	204
CONCÓRDIA	Prefeitura Municipal	Idosos	3200
CORDILHEIRA ALTA	Prefeitura Municipal	Idosos	240
CORONEL FREITAS	Prefeitura Municipal	Idosos	600

CORONEL MARTINS	Prefeitura Municipal	Idosos	120
CORREIA PINTO	Sociedade Beneficente Irmã Dulce	Idosos	-
CORUPÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	400
CRICIÚMA	Assoc. Feminina de Assistência Social de Criciúma - AFASC	Idosos	1100
	Conselho Comunitário da Próspera	Idosos	110
	Asilo São Vicente de Paula	Idosos	76
	SESC - Serviço Social do Comércio	Idosos	120
CUNHA PORÃ	Prefeitura Municipal	Idosos	876
	Grupo de Apoio Sociedade Morada do Verde	Idosos	291
CUNHATAÍ	Prefeitura municipal	Idosos	218
CURITIBANOS	Prefeitura Municipal	Idosos	352
DESCANSO	Prefeitura Municipal	Idosos	602
DIONÍSIO CERQUEIRA	Prefeitura Municipal	Idosos	580
DONA EMA	Prefeitura Municipal	Idosos	400
DOUTOR PEDRINHO	Prefeitura Municipal	Idosos	3.000
ENTRE RIOS	Prefeitura Municipal	Idosos	300
	Prefeitura Municipal	PPD e Idosos	70
ERMO	Prefeitura Municipal	Idosos	100
ERVAL VELHO	Grupo de Idosos "Talismã"	Idosos	-
FAXINAL DOS GUEDES	Grupo da Terceira Idade "Danúbio Azul -Centro"	Idosos	380
	Grupo da Terceira Idade "Arco Íris -Barra Grande"	Idosos	110
FLOR DO SERTÃO	Prefeitura Municipal	Idosos	201
	Prefeitura Municipal	Idosos	201
FLORIANÓPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	3.837
	Ação Social Arquidiocesana	Idosos	110
	Ação Social Paroquial Trindade	Idosos	50
	Ação Paroquial Saco dos Limões	Idosos	220
	Ação Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	Idosos	55
	Ação Social Paroquial São Francisco Xavier	Idosos	55
	Assistência Social São Luiz	Idosos	60
	Associação de Idosos Esperança	Idosos	75
	Conselho Comunitário Conjunto Habitacional Panorama	Idosos	17
	Conselho Comunitário da Coloninha	Idosos	123
	Conselho Comunitário Costeira do Pirajubaé	Idosos	73
	Conselho Comunitário Monte Verde	Idosos	25
	Conselho Comunitário do Pantanal	Idosos	80
	Conselho Comunitário Saco dos Limões	Idosos	32
	Obras de Assistência Social Dom Orione	Idosos	227

	Obra Sociedade Paroquial de Coqueiros	Idosos	60
	Associação Imão Joaquim	Idosos	75
	Sociedade Espírita Recuperação Trabalho e Educação	Idosos	68
	Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna	Idosos	40
FORMOSA DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	260
FORQUILHINHA	Associação Forquilhense de Grupos de III Idade	Idosos	400
FRAIBURGO	Fundação Assistencial Fraiburgo	Idosos	600
FREI ROGÉRIO	Prefeitura Municipal	Idosos	120
GALVÃO	Prefeitura Municipal	Idosos	400
GAROPABA	Associação Abraço Fraterno	Idosos	70
	Associação dos Aposentados e Pensionistas	Idosos	80
GARUVA	Prefeitura Municipal	Idosos	198
	Associação de Idosos Pensionistas de Garuva	Idosos	160
GASPAR	Prefeitura Municipal	Idosos	1.200
GOVERNADOR	Prefeitura Municipal	Idosos	234
	Ação Social Paroquial	Idosos	-
GRÃO PARÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	248
GRAVATAL	Prefeitura Municipal	Idosos	292
GUABIRUBA	Associação de Assistência Familiar	Famílias, Idosos e PPD	180
	Ass. Soc Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Famílias, Idosos e PPD	120
GUARACIABA	Prefeitura Municipal	Idosos	1.127
GUARAMIRIM	Prefeitura Municipal	Idosos	215
GUARUJÁ DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	300
GUATAMBU	Prefeitura Municipal	Idosos	180
HERVAL D'OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	650
IBIAM	Prefeitura Municipal	Idosos	150
IBICARÉ	Prefeitura Municipal	Idosos	250
IBIRAMA			
IÇARA	Prefeitura Municipal	Idosos	580
ILHOTA	Prefeitura Municipal	Idosos	250
IMARUI	Prefeitura Municipal	Idosos	-
IMBITUBA	Fund. Assist. Social Família Imbitubense- FASFI	Idosos	1000
	Lanche da Amizade (Casa de Repouso)	Idosos	30

IMBUÍ	Prefeitura Municipal	Idosos	50
INDAIAL	Prefeitura Municipal	Idosos	800
IOMERÊ	Prefeitura Municipal	Idosos	377
IPIRÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	580
IPORÃ DO OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	600
IPUAÇU	Prefeitura Municipal	Idosos	150
IPUMIRIM	Grupo Sempre Alegre	Idosos	700
IRACEMINHA	Prefeitura Municipal	Idosos	480
IRANI	Prefeitura Municipal	Idosos	240
IRATI	Prefeitura Municipal	Idosos	234
IRINEÓPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	169
	Conselho Comunitário	Idosos e Mulheres	70
	Lar de Idosos Santa Ana	Idosos	40
	Associação dos Aposentados e Pensionistas	Idosos	250
ITÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	423
ITAIÓPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	220
ITAJAÍ	Prefeitura Municipal	Crianças, Adolesc, Idosos	80
	Prefeitura Municipal	Adultos e Idosos	500
	Prefeitura Municipal	Idosos	1084
	Asilo Dom Bosco	Idosos	70
	Casa Amor Sem Limites	Idosos	70
	Associação Cristã da Fazenda	Idosos	120
ITAPEMA			
ITAPIRANGA	Prefeitura Municipal	Idosos	1.200
ITAPOÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	104
ITUPORANGA	Prefeitura Municipal	Idosos	438
JABORÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	480
JACINTO MACHADO	Prefeitura Municipal	Idosos	250
JAGUARUNA	Prefeitura Municipal	Idosos	270
JARAGUÁ DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	2.600
	Assoc. Assist. para Idosos - Lar das Flores	Idosos	10
JARDINÓPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos	170
JOAÇABA	Prefeitura Municipal	Idosos	800

JOINVILLE	PMJ - Secretaria Bem Estar Social	Idosos	2500
	UJETI	Idosos	1800
	Vila Vicentina	Idosos	30
	ADRA	Idosos	849
	Instituição Bethesda	Idosos	15
	Assoc. Santa Luiza de Marilac	Idosos	80
	ABIP	Idosos	600
	Ass. Mor. Guaira	Idosos	30
	Ass. Mor. Lagoinha II	Idosos	30
	Associação Verdadeira Vida Deus	Idosos	100
	ADIPRÓS	Idosos	1825
	Círculo Operário de Joinville	Idosos	400
	ABIP	Idosos	800
JOSÉ ROITEUX	Prefeitura Municipal	Idosos	300
JUPIÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	312
LACERDÓPOLIS	Associação dos Idosos	Idosos	240
LAJEADO GRANDE	Prefeitura Municipal	Idosos	240
LAGES	Asilo Vicentino de Lages	Idosos	60
	Assist. Social Nossa Senhora dos Prazeres	Idosos	38
	Assist. Social Sagrado Coração de Jesus	Idosos	30
	Associação Beneficente Santa Isabel	Idosos	100
	Associação Lageana da Terceira Idade	Idosos	1500
	Sociedade Lageana de Assist. aos Necessitados	Idosos	30
	Assoc. dos Aposentados e Pensionistas de Lages	Idosos	-
	Conjunto Comunitário Renato Vieira Valente	Idosos	20
	Irmandade Nossa Senhora das Graças	Idosos	30
	SASEADLA - Sociedade de Assist. Social Educacional de Apoio aos Desamparados de Lages	Idosos e Crianças	-
LAGUNA	Asilo Sta Isabel	Idosos	49
	Prefeitura Municipal	Idosos	590
LAURENTINO	Prefeitura Municipal	Idosos	200
LAURO MULLER	Prefeitura Municipal	Idosos	400
LEBON REGIS	Prefeitura Municipal	Idosos	200
LEOBERTO LEAL	Prefeitura Municipal	Idosos	73
LINDÓIA DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	480
LONTRAS	Prefeitura Municipal	Idosos	200
LUIS ALVES	Prefeitura Municipal	Idosos	200
LUZERNA	Prefeitura Municipal	Idosos	443
MACIEIRA	Prefeitura Municipal	Idosos	200

MAFRA	Prefeitura Municipal	Idosos	700
	Assoc. Lar dos Velhinhos de Mafra São Fco de Assis	Idosos	-
MAJOR GERCINO	Prefeitura Municipal	Idosos	65
MAJOR VIEIRA	Prefeitura Municipal	Idosos	87
MARACAJÁ	Prefeitura Municipal	Idosos	200
MARAVILHA	Prefeitura Municipal	Idosos	1.200
MAREMA	Prefeitura Municipal	idosos	350
MASSARANDUBA	Prefeitura Municipal	Idosos	-
MATOS COSTA	Prefeitura Municipal	Idosos	60
MELEIRO	Prefeitura Municipal	Idosos	160
MIRIM DOCE	Grupo de Idosos Vida e Amor	Idosos	50
MODELO	Prefeitura Municipal	Idosos	350
MONDAÍ	Prefeitura Municipal	Idosos	700
MONTE CARLO	Prefeitura Municipal	Idosos	150
MONTE CASTELO	Prefeitura Municipal	Idosos	163
MORRO DA FUMAÇA	Prefeitura Municipal	Idosos	390
MORRO GRANDE	Prefeitura Municipal	Idosos	90
NAVEGANTES	Prefeitura Municipal	Idosos	420
	Assoc. Benf. Casa Idosos Amizade	Idosos	40
	Lar da Divina Providência	Idosos-Asilo	15
NOVA ERECHIM	Prefeitura Municipal	Idosos	350
NOVA ITABERABA	Prefeitura Municipal	Idosos	590
NOVA TRENTO	Prefeitura Municipal	Idosos	289
NOVA VENEZA	Prefeitura Municipal	Idosos	320
NOVO HORIZONTE	Prefeitura Municipal	Idosos	157
ORLEANS	Prefeitura Municipal	Idosos	250
OTACÍLIO COSTA	Prefeitura Municipal	Idosos	200
OURO	Prefeitura Municipal	Idosos	550

OURO VERDE	Prefeitura Municipal	Idosos	-
PAIAL	Prefeitura Municipal	Idosos	113
PAINEL	Prefeitura Municipal	Idosos	41
PALHOÇA	Prefeitura Municipal	Idosos	1.113
	Conselho Comunitário Alto Aririú	Idosos	40
	Conselho Comunitário Ponte de Imaruim	Idosos	110
	Ação Social da Ponte do Imaruim	Idosos	230
	Ação Social Aririú - São Francisco de Assis	Idosos	140
	Clube das Professoras Aposentadas de Palhoça	Idosos	40
	Ação Social Enseada de Brito	Idosos	120
	Ação Social Palhoça	Idosos	264
	Fraternidade São Francisco de Chagas	Idosos -Asilar	30
PALMA SOLA	Prefeitura Municipal	Idosos	280
PALMEIRA	Prefeitura Municipal	Idosos	38
PALMITOS	Prefeitura Municipal	Idosos	20
PAPANDUVA	Prefeitura municipal	Idosos	198
PARAÍSO	Prefeitura Municipal	Idosos	300
PASSO DE TORRES	Prefeitura Municipal	Idosos	-
PASSOS MAIA	Prefeitura Municipal	Idosos	490
PAULO LOPES	ASSIPA- Assoc. de Idosos de Paulo Lopes	Idosos	57
PEDRAS GRANDES	Prefeitura Municipal	Idosos	58
PENHA	Prefeitura Municipal	Idosos	400
PERITIBA	Prefeitura Municipal	Idosos	230
PETROLÂNDIA	Prefeitura Municipal	Idosos	180
PIÇARRAS	Prefeitura Municipal	Idosos	40
PINHALZINHO	Prefeitura Municipal	Idosos	800
PINHEIRO PRETO	Prefeitura Municipal	Idosos	278
PIRATUBA	Prefeitura Municipal	Idosos	480
PLANALTO ALEGRE	Prefeitura Municipal	Idosos	33
POMERODE	Prefeitura Municipal	Idosos	396
PONTE ALTA	Associação Bom Pastor - Bairro Vila nova	Idosos	50
	Prefeitura Municipal	Idosos	49
PONTE ALTA DO NORT	Prefeitura Municipal	Idosos	31
	Prefeitura Municipal	Idosos	400

	Lar dos Velinhos São Roque	Idosos	30
PORTO BELO	Prefeitura Municipal	Idosos	160
PORTO UNIÃO	Prefeitura Municipal	Idosos	450
POUSO REDONDO	Prefeitura Municipal	Idosos	400
PRAIA GRANDE	Prefeitura Municipal	Idosos	142
PRESIDENTE CASTELO	Prefeitura Municipal	Idosos	280
PRESIDENTE GETÚLIO	Prefeitura Municipal	Idosos	800
PRESIDENTE NEREU	Prefeitura Municipal	Idosos	125
PRINCESA	Prefeitura Municipal	Idosos	320
QUILOMBO	Asilo	Idosos	14
RANCHO QUEIMADO	Prefeitura Municipal	Idosos	46
RIO DAS ANTAS	Prefeitura Municipal	Idosos	-
RIO DO CAMPO	Prefeitura Municipal	Idosos	200
RIO DO SUL	Centro de Convivência do Idoso de Rio do Sul	Idosos	1097
	Conferência São Vicente de Paulo	Idosos	60
RIO DO OESTE	Instituto de Pequenos Missionários de Maria Imaculada	Idosos	60
	Centro Social e Pastoral Nossa Senhora da Consolate	Idosos	150
RIO DOS CEDROS	Prefeitura Municipal	Idosos	200
RIO FORTUNA	Prefeitura Municipal	Idosos	250
RIO NEGRINHO	Clube Anos Dourados	Idosos	400
RIO RUFINO	Prefeitura Municipal	Idosos	60
RIQUEZA	Prefeitura Municipal	Idosos	654
RODEIO	Prefeitura Municipal	Idosos	512
ROMELÂNDIA SALETE	Prefeitura Municipal	Idosos	200
	Grupo dos Idosos Raio de Luz	Idosos	580
	Prefeitura Municipal	Idosos	89
	Comunidade Kolpping	Idosos	120
SALTINHO	Associação de Idosos São Donato	Idosos	149
	Associação de Idosos Revivendo Unido	Idosos	110
SALTO VELOSO	Prefeitura Municipal	Idosos	296
SANGÃO	Prefeitura Municipal	Idosos	96
SANTA CECÍLIA	Prefeitura Municipal	Idosos	180

SANTA HELENA	Prefeitura Municipal	Idosos	300
SANTA ROSA DE LIMA	Prefeitura Municipal	Idosos	120
SANTA ROSA DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	380
SANTA TEREZINHA	Prefeitura Municipal	Idosos	65
SANTA TEREZINHA DO	Prefeitura Municipal	Idosos	145
SANTIAGO DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	150
SANTO AMARO DA IMP	Associação Caritativa Expontânea Santoamarense	Idosos	300
SÃO BENTO DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	600
SÃO BERNARDINO	Prefeitura Municipal	Idosos	220
SÃO BONIFÁCIO	Prefeitura Municipal	Idosos	425
SÃO CARLOS	Prefeitura Municipal	Idosos	950
SÃO CRISTÓVÃO DO S	Prefeitura Municipal	Idosos	-
SÃO DOMINGOS	Prefeitura Municipal	Idosos	350
SÃO FRANCISCO DO S	Cozinha Comunitária São José - Acaraí	Crianças/Adolesc/Idosos	450
	Associação Com. Cristã Lar dos Idosos	Idosos	27
	Clubes de Terceira Idade	Idosos	300
SÃO JOÃO BATISTA	Prefeitura Municipal	Idosos	48
	Grupo Caridade e Luz	Idosos	
SÃO JOÃO DO ITAPER	Prefeitura Municipal	Idosos	200
	Grupo da Terceira Idade "Estrela de Ouro"	Idosos	37
SÃO JOÃO DO OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	570
SÃO JOÃO DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	200
SÃO JOAQUIM	Prefeitura Municipal	Idosos	268
SÃO JOSÉ	Orionópolis Catarinense	Idosos - Asilar	75
	Lar de Zulma	Idoso - Asilar	42
	Ação Social de Campinas	Idosos	150
	Ação Social de São Judas Tadeu	Idosos	90
	Ação Social São Francisco de Assis	Idosos	175
	Ação Social Santa Cruz	Idosos	134
	Assoc. Moradores Jardim Amodelar - AMORJA	Idosos	41
	Assoc. Moradores Sertão do Maruim	Idosos	50
	Assoc. Moradores Fazenda Santo Antônio	Idosos	150
	Conselho Comunitário do Bairro Bela Vista	Idosos	45
	Conselho Comunitário de Forquilha	Idosos	40
	Conselho Comunitário Bairro Santos Dumont	Idosos	42
	Conselho Comunitário do Loteamento Campinas	Idosos	185
	Movimento de Integração Familiar	Idosos	53

SÃO JOSÉ DO CEDRO	Prefeitura Municipal	Idosos	912
SÃO JOSÉ DO CERRITO	Prefeitura Municipal	Idosos	480
	Associação Feminina Cerritense	Idosos	140
SÃO LOURENÇO DO OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	970
	Liga das Senhoras da Assistência Social	Idosos	12
SÃO LUDGERO	Prefeitura Municipal	Idosos	165
	Associação Comunitária de São Ludgero	Idosos	-
SÃO MARTINHO	Prefeitura Municipal	Idosos	482
SÃO MIGUEL DA TRINDADE	Prefeitura Municipal	Idosos	170
SÃO MIGUEL	Prefeitura Municipal	Idosos	1.500
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Prefeitura Municipal	Idosos	150
SAUDADES	Prefeitura Municipal	Idosos	826
	Prefeitura Municipal	Idosos	320
SCHROEDER	Prefeitura Municipal	Idosos	2.880
SEARA	Prefeitura Municipal	Idosos	185
SERRA ALTA	Prefeitura Municipal	Idosos	260
SIDERÓPOLIS	Conselho Comunitário de Siderópolis	Idosos	145
	ASAPREV - SID	Idosos	350
SOMBRIO	Lar Beneficente São José	Idosos	20
	Prefeitura Municipal	Idosos	560
SUL BRASIL	Prefeitura Municipal	Idosos	340
TAIÓ	Prefeitura Municipal	Idosos	250
TANGARÁ	Prefeitura Municipal	Idoso C. M.	400
TIGRINHOS	Prefeitura Municipal	Idosos	240
TIJUCAS	Prefeitura Municipal	Idosos	580
TIMBÉ DO SUL	Prefeitura Municipal	Idosos	180
TIMBÓ	Prefeitura Municipal	Idosos	400
TIMBÓ GRANDE	Prefeitura Municipal	Idosos	100
TRÊS BARRAS	Prefeitura Municipal	Idosos	297
TREVISÓ	PROAST	Idosos	100

TREZE DE MAIO	Prefeitura Municipal	Idosos	450
TREZE TÍLIAS	Casa da Melhor Idade	Idosos	350
TROMBUDO CENTRAL	Prefeitura Municipal	Idosos	200
TUBARÃO	Centro Social Urbano da Passagem	Idosos	75
	Círculo Ferroviário	Idosos	89
	APROET	Idosos	385
	Abrigo Velhinhos	Idosos	50
	SASCO	Idosos	120
	SOS VIDA	Idosos	15
	ADRA	Idosos	130
TUNÁPOLIS	Prefeitura Municipal	Idosos - Conviver	450
TURVO	Prefeitura Municipal	Idosos	180
UNIÃO DO OESTE	Prefeitura Municipal	Idosos	300
URUBICI	ANAP "Ana Guedes"	Idosos	180
	Hospital de Caridade e Maternidade São José	Idosos	
URUPEMA	Prefeitura Municipal	Idosos	24
URUSSANGA	Centro Social Urbano	Idosos	220
	Associação Urussanguense Assistência Social-AURAS	Idosos	
VARGEÃO	Grupo de Idosos Alegria de viver	Idosos	70
	Grupo de Idosos Bela Companhia	Idosos	70
VARGEM	Prefeitura Municipal	Idosos	56
VARGEM BONITA	Prefeitura Municipal	Idosos	150
VIDAL RAMOS	Prefeitura Municipal	Idosos	286
VIDEIRA	Lar Bom Samaritano	Idosos	20
	Prefeitura Municipal	Idosos	1.570
VITOR MEIRELLES	Prefeitura Municipal	Idosos	400
WITMARSUM	Prefeitura Municipal	Idosos	395
XANXERÊ	Prefeitura Municipal	Idosos	932
XAVANTINA	Prefeitura Municipal	Idosos	380
XAXIM	Prefeitura Municipal	Idosos	700
ZORTEA	Prefeitura Municipal	Idosos	229

ANEXO A – Instituições Asilares em Santa Catarina



População	Saúde	Educação	Eleitoral	Meio Ambiente	Segurança	Finanças	Indicadores	Municípios	MPSC
-----------	-------	----------	-----------	---------------	-----------	----------	-------------	------------	------

Endereço das Entidades Asilares

ARARANGUÁ

Lar Beneficente São Vicente de Paulo

Responsável: Antônio Caetano de Souza
Av. Getúlio Vargas, 1820 Jardim das Avenidas 88900-000
Telefone: (48) 522-1170

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Associação São Vicente de Paula

Responsável: Ondina Isabel Fiamoncini Garcia
5ª Avenida, 10 Bairro dos Municípios 88330-000
Telefone: (47) 367-4835

BIGUAÇU

Sociedade Beneficiente de Amparo aos Idosos - Lar Osvaldo Olípio da Silva "Seu Doquinho"

Responsável: Maria de Lourdes Gorges dos Reis
Rua Alberto Muller, 253 Vendaval 88160-000
Telefone: (48) 243-3402 / 243-4911

Sociedade Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido

Responsável: Verônica Maria Fraga Henning
Rua Joaquim João Cardoso, s/nº Saudade 88160-000
Telefone:

Casa de Repouso Santa Rita de Cássia Ltda.

Responsável: Sonia Maria Zimmerman
Rua Major Livramento, 1414 Entrada para Antônio Carlos 88160-000
Telefone: (48) 243-4370

BLUMENAU

Lar Recreio do idoso Nossa Casa

Responsável: Frei Ambrósio
Rua Johann Haldich, 1045 Passo Manso 89037-800
Telefone: (47) 328-0324
Observação: Não confirmado. Telefone pertence a uma residência.

Casa São Simeão

Responsável: João da Mata
Rua Norberto Seara Heuse, 419 89037-800
Telefone: (47) 323-6717

Ancionato Lar Elisabeth Koehler

Responsável: Elisa Estudek
Rua Pastor Stutzer, 319 Centro 89010-390
Telefone: (47) 322-3022

BRAÇO DO TROMBUDO

Asilo de Velhos de Braço do Trombudo Recanto do Sossego

Responsável: Pastor Guido Leonhardt
Estrada Geral, Km 10 89178-000
Telefone: (47) 547-0260 / 9988-9188

BRUSQUE

Asilo Nossa Senhora do Caravaggio

Responsável: Padre Nélcio Roberto
Rua Azambuja, 1089 Azambuja 88350-000
Telefone: (47) 351-0066

CAMBORIÚ**Lar para 3ª Idade Padre Antonio Luiz Dias**

Responsável: Antônio Russi
Rua Benjamim Vieira, 447 Centro 88340-000
Telefone: (47) 365-1528

CRICIÚMA**Lar de Auxílio aos Idosos Feistauer Ltda.**

Responsável: Noelcy Teresinha Feistauer
Rua Rosita Donovitch Finster, 865 Centro 88805-800
Telefone: (48) 978-6484

Lar de Terceira Idade Rede Viva

Responsável:
Rua Cinco, 77 Mineira Velha 88801-470
Telefone: (48) 978-7583
Observação: Não confirmado

Casa de Repouso Cantinho do Idoso

Responsável: Maria de Fátima Gregório Sebastian
Rua Antônio Estevão Eugênio, 74 Mineira Nova 88801-470
Telefone: (48) 438-0166

Asilo São Vicente de Paula

Responsável: Célia Della Giustina
Rua Afonso Pena, 368 Michel 88801-470
Telefone: (48) 433-2272

FLORIANÓPOLIS**SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna**

Responsável: Regine Abreu
Av. Pequeno Príncipe, 721 Campeche 88063-000
Telefone: (48) 237-4123

SERTE - Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação

Responsável: Hélio Abreu Filho
Rod. Leonel Pereira, 604 Cachoeira do Bom Jesus 88056-300
Telefone: (48) 284-5249

Associação Metodista de Ação Social

Responsável: Edith Lang Sishler
Rua Pastor William Richard Sishler, 861 Itacorubi 88034-100
Telefone: (48) 334-4310

Clínica Geriátrica Santa Inês Ltda.

Responsável: Maria Inês Simas
Rua XV de Novembro, 263 Balneário Estreito 88075-000
Telefone: (48) 244-1481

Lar para Idosos Nossa Senhora Aparecida Ltda.

Responsável: Terezinha Francisca
Rua José de Alencar, 58 Coqueiros 88080-180
Telefone: (48) 249-6643

OFS - Sociedade Lar São Francisco

Responsável: Helena Caminha Borba
Rua Baldissero Filomeno, 2078 Alto Ribeirão 88064-970
Telefone: (48) 337-1024

Residencial Geriátrico Sagrada Família

Responsável: Rita Grabner Antonelli
Rua Antonio Mattos de Areia, 132 Balneário Estreito 88075-110

Telefone: (48) 348-0259

Associação Irmão Joaquim

Responsável: João Bosco Caminha
Av. Mauro Ramos, 901 Centro 88020-301
Telefone: (48) 224-3099

IMBITUBA

Casa de Repouso Imaculada Conceição

Responsável: Ivone Lopes
Rua Pedro Antônio Gonçalves Vila Santo Antonio 88780-000
Telefone: (48) 255-5663

ITAJAÍ

Asilo Dom Bosco

Responsável: Gerson Hélio da Cruz
Rua Indaial, 1299 São Judas 88303-301
Telefone: (47) 348-1832

Recanto do Idoso "Flor de Liz"

Responsável: Marilene Silveira / Roseli Silveira
Av. Marcos Konder, 888 Centro 88301-302
Telefone: (47) 349-9424

Pinto e Goulart Ltda. "Recanto Geriátrico Praia dos Amores"

Responsável: Nelson de Campos Pinto / Sandra Oliveira Pinto
Av. Carlos Drummond de Andrade, 111 Praia dos Amores 88306-830
Telefone: (47) 360-1225 / 360-0522

Casa do Idoso "Amor sem Limite"

Responsável: Eneida Maria Dantas
Rua Blumenau, 1962 Imaruí
Telefone: (47) 344-4448

Casa para Idosos "4 Estações Ltda."

Responsável: Elza M. Piccoli Faresin
Rod. Antônio Heil, 2500, Km 2,5 Itaipava
Telefone: (47) 246-1055

JARAGUÁ DO SUL

Associação Assistencial para Idosos Lar das Flores

Responsável: Hermes Kruger
Rua Luiz Kienen, 253 Centro 89251-630
Telefone: (47) 275-2867

JOINVILLE

Sociedade São Francisco de Paula - Vila Vicentina

Responsável: Gervásio Protásio Ferreira
Rua João Vicente, 400 Boa Vista 89239-200
Telefone: (47) 422-0408

Instituição Bethesda

Responsável: Astor Hanz Burger
Rua Conselheiro Pedreira, 624 Pirabeiraba 89239-200
Telefone: (47) 424-1131

LAGES

Associação Beneficente Lar Menino Deus

Responsável: Valdir Luiz Della Giustina
Rua La Salle, 153 88521-120
Telefone: (49) 9952-3855

Casa de Repouso Belém

Responsável: Maria Iracema Pereira Mota
Rua Benjamim Constant, 2056 Santa Helena

Telefone: (49) 222-5092

Lar Pastor Leoses Domiciano

Responsável: Irmã Tânia Regina Pereira

Rua Caldas Júnior, 681 88501-020

Telefone: (49) 224-8906

Observação: Antigo SESEADLA - Sociedade de Assistência Social e Educacional da Assembleia de Deus de Lages

Asilo Vicentino de Lages

Responsável: Luiz Marinho

Rua José do Patrocínio, 50 Centro 88500-000

Telefone: (49) 222-3323

LAGUNA

Asilo Santa Isabel

Responsável: Irmã Genora

Praça Polidoro Santiago, 351 Centro 88790-000

Telefone: (48) 644-0543

MAFRA

Associação Lar dos Velhinhos de Mafra - São Francisco de Assis

Responsável: Maria Elizete Valério

Rua Gustavo Friedrich, 1120 (Fundos) Vila Nova 89300-000

Telefone: (47) 642-2068

MAREMA

Grupo de Idosos "Recanto da Saudade" de Marema

Responsável: Arlindo Fasini

Rua Vidal Ramos, 357 Centro 89860-000

Telefone: (49) 354-0222 Prefeitura

Observação: Apenas promove encontros de idosos

MASSARANDUBA

Pris Bela - Recanto para Idosos

Responsável: Isabel J. Martins

Estrada Barra Velha, Km 05 Guarani-Açú

Telefone:

Observação: Não confirmado

PALHOÇA

Casa Santa Maria dos Anjos

Responsável: Laura Silva

Rua Padre Réus, s/ nº Caminho Novo 88130-000

Telefone: (48) 242-2478

PONTE SERRADA

Lar dos Velhinhos São Roque

Responsável: Onorino Pedrotti

Rua São José, s/ nº 89683-000

Telefone: (49) 435-0049

QUILOMBO

Grupo de Voluntários Sagrado Coração de Jesus

Responsável: Helia Lanhí

Rua João Goulart, s/ nº Centro 89850-000

Telefone: (49) 346-3020

RIO DO OESTE

Instituto das Pequenas Missionárias Maria Imaculada

Responsável: Maria de Lourdes Moreli

Av. Luiz Bertoli, 585 Centro 89180-000

Telefone: (47) 543-0131

RIO DO SUL

Conferência São Vicente de Paulo

Responsável: Irmã Gadotti

Rua São Bento, 1352 Progresso 89160-000
Telefone: (47) 821-0489

RIO NEGRINHO

Jardim Santa Felicidade

Responsável: Maria Elisabete Zapelini Cordeiro

Telefone:

Observação: Não confirmado

SANTA CECÍLIA

Associação Grupo de Idosos "Confesso que Vivi"

Responsável: Terezinha Pilão

Praça José Goetten Sobrinho, s/ nº Centro 89540-000

Telefone:

Observação: Não confirmado

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Lar dos Idosos Santa Terezinha Ltda. ME

Responsável: Maria Terezinha Filomeno

Rua Major Joaquim A. de Campos, 6151 Centro 88140-000

Telefone: (48) 245-6000

Lar do Idoso São Francisco de Assis

Responsável: Lorena Harnes Macedo

Rua Procópio Lohn, s/ nº Varginha 88140-000

Telefone: (48) 245-1587

Observação: Não confirmado

SÃO FRANCISCO DO SUL

Associação Comunitária Cristã Lar dos Idosos

Responsável: Marivaldo Lezion Oliveira

Rua Cândido Silva, s/ nº Paulas 89240-000

Telefone: (47) 444-3629

SÃO JOSÉ

Centro Vivencial para Pessoas Idosas

Responsável: Vera Catarina Luz Miranda

Rua Domingos Filomeno, s/ nº Centro 88103-450

Telefone: (48) 247-0851

Observação: Não confirmado

Lar dos Velhinhos de Zuíma

Responsável: Cecília Maria Coelho Noronha

Av. Irineu Bornhausen, 119 Campinas 88111-300

Telefone: (48) 241-0981

Orionópolis Catarinense

Responsável: Padre Luigi Angelo Frizon

Rua Frederico Afonso, 5568 Ponta de Baixo 88114-000

Telefone: (48) 343-0087

SÃO LOURENÇO DO OESTE

PAMI - Projeto Alternativo de Moradia para Idosos

Responsável: Marlete Santos Dacoréggio

Rua Duque de Caxias, s/ nº Centro 89990-000

Telefone: (49) 441-1845

SCHROEDER

Clube de Idosos de Schroeder

Responsável:

Rua Marechal Castelo Branco, s/ nº Centro 89275-000

Telefone:

Observação: Não confirmado. Apenas promove encontros de idosos.

TAIÓ

Fundação Amparo da Prefeitura - Departamento de Assistência Social

Responsável: Ana Maria

Av. Luiz Bertoli, 44 Centro

Telefone: (47) 302-0320

Observação: Trabalha na área de assistência social para pessoas carentes, inclusive idosos.

TIJUCAS

Lar Santa Maria da Paz - Congregação das Irmãs

Responsável: Maria Guadalupe Ramos Galindo
Rua Marechal Deodoro, s/ nº Centro 88200-000
Telefone: (48) 263-1176

TIMBÓ

Associação de Amparo à Terceira Idade

Responsável: Marlene Erews
Rua Lorena, 679 Centro 89120-000
Telefone: (47) 382-2685

TUBARÃO

Abrigo dos Velhinhos de Tubarão

Responsável: Schirlei Terezinha da Rosa Mendonça
Rua São João, 1125 Centro 88060-000
Telefone: (48) 628-0351

Fundação Educacional e Assistencial Léon Denis

Responsável: Sebastião Ferreira Garcia Jr.

Telefone: (48) 622-0698

Observação: Não confirmado. Telefone residencial do responsável.

VIDEIRA

Lar "O Bom Samaritano"

Responsável: Marly Santos Doré
Rua Jaçanã, s/ nº Vila Leoni 89560-000
Telefone: (49) 566-1719

XAXIM

Associação dos Idosos de Xaxim - Grupo Aconchego

Responsável: Olívio Matiello
Av. Luiz Lunardi, 552 Centro 89810-000
Telefone: (49) 353-1552

Observação: Apenas promove encontros de idosos. O telefone pertence à residência do responsável.

ANEXO B – Convênio Técnico entre Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso em Santa Catarina (CEI/SC)



RESOLUÇÃO CEI-S.C Nº 01/2000

Dispõe sobre o Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado e o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina e dá outras providências.

O Conselho Estadual do Idoso no uso de suas atribuições legais e regimentais e na forma de decisão de Plenária do CEI-S.C de 23 de Junho de 2000,

RESOLVE

1- Aprovar os termos de Convênio de Cooperação Técnica que entra si fazem o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Conselho Estadual do Idoso CEI-SC para fiscalização de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento das pessoas idosas, sejam elas privadas ou públicas, segundo os preceitos legais afetos á matéria, em especial a Portaria Nº 810, do Ministério da Saúde de 22 de Setembro de 1989.

2- Anexar á presente, o Convênio de Cooperação Técnica que passará a integrar á presente Resolução.

- A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis em 23 de Junho de 2000

MARCOS WANDRESEN
PRESIDENTE DO CEI-S.C



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Convênio que fazem entre si o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede administrativa na rua Bocaiúva, nº 1.750, em Florianópolis, representado neste ato pelo Procurador-Geral de Justiça, **Dr. JOSÉ GALVANI ALBERTON**, brasileiro, casado, Procurador de Justiça, daqui por diante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, e o **CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA**, com sede na rua Trajano, nº 168, 7º andar, nesta Cidade, representado por seu Presidente, **Sr. MARCOS WANDRESEN**, brasileiro, doravante intitulado **CEI**, firmam este Convênio de Cooperação Técnica, que tem por objetivo compor uma parceria e integrar atuações conjuntas de ambos os órgãos, para melhor realizar suas missões institucionais, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é o estabelecimento de uma parceria institucional, visando a fiscalização de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de pessoas da terceira idade, sejam elas privadas ou públicas, segundo os preceitos legais afetos a matéria, em especial a Portaria nº 810, do Ministério da Saúde, de 22 de setembro de 1989.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E DOS ENCARGOS

Os convenientes realizarão vistorias conjuntas em todas as entidades que abriguem idosos, nos diversos municípios do Estado de Santa Catarina, desenvolvendo seu trabalho de forma preventiva e/ou corretiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O MINISTÉRIO PÚBLICO comunicará ao **CEI** todas as reclamações que receber contra instituições de assistência a idosos e sobre direito violado dos idosos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que solicitado o CEI, prestará apoio ao **MINISTÉRIO PÚBLICO**, observada a disponibilidade de recursos humanos e financeiros, visando apurar fatos decorrentes de irregular funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OPERACIONALIDADE

As questões relativas ao cumprimento do objeto do presente convênio, serão encaminhadas pela Procuradoria-Geral de Justiça ou pelos Promotores de Justiça sediados nas Comarcas ao CEI.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, podendo, contudo ser denunciado por qualquer dos convenientes, mediante prévio aviso, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS
FINANCEIROS

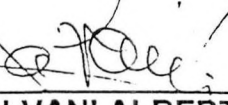
Os recursos financeiros envolvidos na execução do presente convênio, serão arcados pelas partes envolvidas, cada qual custeando as atividades que lhe são pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO


Fica estipulado o foro do Comarca da Capital, para dirimir eventuais questões oriundas da execução do presente convênio.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições pactuadas, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma para que surta seus efeitos jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Florianópolis(SC), 27 de julho de 2000.

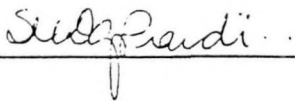


JOSÉ GALVANI ALBERTON
Procurador-Geral de Justiça



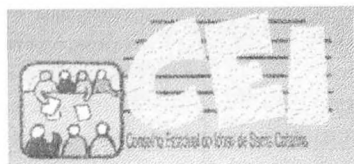
MARCOS WANDRESEN
Presidente do CEI/SC

Testemunhas:





ANEXO C – Anteprojeto de Lei que altera as disposições do CEI/SC



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC - e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina - CEI/SC, órgão colegiado de caráter permanente, criado pela Lei nº 8.072 de 25 de setembro de 1990, fica vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, ou sucedâneo, com competência para dispor sobre a definição, a deliberação, o controle, a fiscalização e a colaboração das ações dirigidas à proteção, à defesa e à garantia dos direitos do idoso no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado a qual se vincula o CEI/SC é responsável pela coordenação e execução - da Política Estadual do Idoso, articulando para tanto, os demais órgãos do Poder Executivo Estadual e Secretarias de Estado Regionais.

Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual do Idoso:

I - formular a política estadual e controlar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos do idoso e a articulação das ações governamentais e não-governamentais no âmbito do Estado;

II - propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso, articulado com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o Ministério Público e com a sociedade civil organizada;

III - subsidiar e acompanhar os órgãos do Poder Executivo e Legislativo estadual no estabelecimento das dotações orçamentárias necessárias à realização das políticas públicas destinadas ao idoso;

IV - oportunizar processo de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso;

V - promover integração de entidades governamentais e não-

conforme o regime de atendimento, mantendo estreito relacionamento com os conselhos setoriais afins e, realizar a inscrição e enquadramento nos municípios onde não existir C.M.I. implantado;

XIX - estabelecer e manter parcerias com organizações afins, em especial com o Ministério Público Estadual e Vigilância Sanitária, com o propósito de desenvolver a fiscalização de organizações governamentais e não governamentais;

XX - aprovar e alterar o seu Regimento Interno, com quorum de dois terços de seus membros, o qual deverá ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º - O Conselho Estadual do Idoso é composto de até 30 (trinta) membros titulares e respectivos suplentes nomeados pelo Governador do Estado, com representação paritária dos Órgãos Governamentais e Não Governamentais, assim especificados:

I – Órgãos Governamentais:

- a) Assistência Social
- b) Saúde
- c) Educação
- d) Trabalho e Previdência
- e) Habitação e Urbanismo
- f) Justiça
- g) Cultura
- h) Segurança Pública
- i) Ciência e Tecnologia
- j) Agricultura (agricultura e pesca)
- k) Esporte
- l) Lazer
- m) Turismo
- n) Fazenda
- o) Gabinete do Governador / Casa Civil

II - Órgãos Não-Governamentais

Quinze (15) Órgãos não-governamentais com seus conselheiros titulares e suplentes, escolhidos bienalmente em FÓRUM eletivo próprio convocado pelo Governador do Estado, todos legalmente constituídos e regularmente funcionando com ações voltadas ao atendimento, defesa, estudos e pesquisa na garantia dos direitos do Idoso com área de atuação Regional e/ou Estadual de Santa Catarina.

Parágrafo 1º - A representação dos Conselheiros tem mandato correspondente a dois anos, facultada a recondução.

Art. 9º - A Diretoria do Conselho Estadual do Idoso será composta de forma paritária por Conselheiros eleitos em Assembléia Geral específica, sempre no mês de março, com mandato de 2 (dois) anos, para ocuparem os seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

Parágrafo 1º - Os cargos definidos no *caput* deste artigo terão suas atribuições e competências definidas no Regimento Interno.

Parágrafo 2º - Os Coordenadores dos Grupos Temáticos, poderão, a critério da Diretoria, ser convidados para participar de suas reuniões.

Art. 10º - A eleição e posse dos membros do Conselho Estadual do Idoso dar-se-á sempre na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente, os membros do Conselho terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para, após a promulgação da presente Lei, efetuarem a adequação do Regimento Interno, utilizando quorum de maioria absoluta para aprovação das alterações.

Parágrafo 2º - Depois de aprovado o Regimento Interno pelos membros do Conselho, este será submetido ao Governador do Estado para homologação por Decreto.

Parágrafo 3º - Qualquer posterior alteração ao Regimento Interno dependerá de deliberação de dois terços dos membros do Conselho e da homologação por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11º - A função de membro do Conselho Estadual do Idoso, não é remunerada, possui caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário e de interesse público, considerando o efetivo exercício de suas atividades profissionais, a determinação para comparecimento dos conselheiros ou convidados especiais à Assembléia Geral, reuniões, encontros, visitas de fiscalização, participação em comissões ou outras atividades do CEI/SC.

Parágrafo 1º - O Conselho Estadual do Idoso deve elaborar e aprovar quadro auxiliar de pessoal, apresentando-o ao Secretário de Estado, ao qual se vincula, mediante exposição de motivos, visando o recrutamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva, junto a órgãos do Poder Executivo.

Parágrafo 2º - A Secretaria de Estado, a qual se vincula o CEI/SC, assegurará apoio técnico e administrativo, ao exercício de suas competências, em especial as relacionadas à recepção, encaminhamento e acompanhamento de denúncias e a referente à criação e manutenção de registro de entidades.

II – doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

III – incentivos governamentais que venham a ser fixados em Lei;

IV – produto das aplicações dos recursos disponíveis e das vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

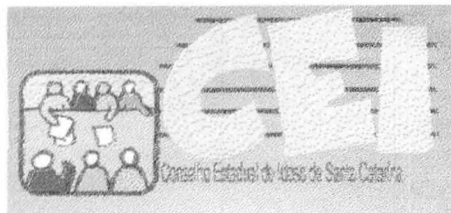
V – valores oriundos da aplicação das multas previstas na Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, no Estado de Santa Catarina.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

ANEXO D – Regimento Interno do CEI/SC



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

REGIMENTO INTERNO

DIÁRIO OFICIAL – SC – Nº 15.672

13/05/1997 (Terça-feira)

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Estadual do Idoso – CEI, criado pela Lei n.º 8.072, de 21 de setembro de 1990, com redação modificada pela Lei n.º 10.073 de 30 de janeiro de 1996, é órgão de deliberação coletiva e permanente, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 2º Compete ao Conselho Estadual do Idoso:

I. formular, acompanhar e fiscalizar a política social da terceira idade a partir de estudos e pesquisa que levem, em conta fundamentalmente, à sua inter-relação com o sistema social vigente;

II. propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso,

III. propor aos órgãos da administração pública estadual a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada à execução das políticas para a terceira idade;

IV. acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à execução da política social do idoso;

V. oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso;

VI. promover a integração de entidades governamentais e não governamentais que atuem em favor da política do idoso;

VII. requisitar informações e documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com objetivo de obstruir procedimentos instaurados por ele ou apurar irregularidades;

VIII. exercer outras competências que assegurem todos os direitos de cidadania do idoso,, desde que apreciados e aprovados na Reunião Plenária do Conselho.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

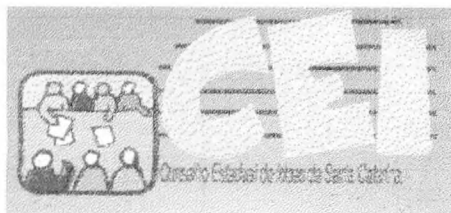
Art. 3º São atribuições dos membros do Conselho:

I. comparecer às reuniões plenárias, justificando as faltas quando ocorrem;

II. relatar, dentro de 15 (quinze) dias, no máximo, os processos que lhes foram distribuídos, proferindo parecer;

III. solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;

IV. discutir e votar assuntos debatidos no plenário;



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

g) Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia / Seção do Estado de Santa Catarina;

h) Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional de Santa Catarina;

i) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Região Sul IV;

j) Conselho Regional de Serviço Social / 12º Regional – CRESS;

k) Representação das Igrejas Evangélicas;

l) Federação Espírita Catarinense;

m) Associação de Entidades Filantrópicas de Santa Catarina.

Parágrafo Único: Poderão participar das reuniões plenárias do Conselho, mediante convite da diretoria, sem direito a voto, representantes e dirigentes de instituições cujas atividades contribuem para a realização dos objetivos do Conselho.

SEÇÃO II DO MANDATO

Art. 5º A representação dos Conselheiros tem período correspondente a 02 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 6º O conselheiro representante das atividades governamentais e não-governamentais pode ser substituído a qualquer tempo mediante nova indicação do representado.

Art. 7º O conselheiro representante de atividade governamental e não-governamental, que no uso de suas funções, faltar a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, perde o mandato, salvo justificativa aprovada pela Plenária do Conselho.

Parágrafo Único: Na perda do mandato a entidade governamental e não-governamental deve indicar novo representante acompanhado de seu suplente.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º São órgãos do Conselho Estadual do Idoso:

- I. Plenária;
- II. Diretoria;
- III. Comissões Regionais do Idoso;
- IV. Secretaria Executiva.

SEÇÃO I PLENÁRIA

Art. 9º À Plenária, órgão deliberativo do Conselho Estadual do Idoso, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros, compete:

I. deliberar os assuntos de suas competência e encaminhá-los à apreciação e deliberação do CEI;

II. dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do Conselho;

III. deliberar sobre a instituição de Comissões Regionais;

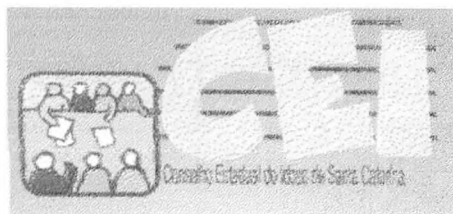
IV. congregar os membros do Conselho Estadual do Idoso e das Comissões Regionais, para fins de planejamento conjunto de ações e avaliação dos trabalhos;

V. acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à execução da Política do Idoso;

VI. apreciar e deliberar sobre os demais assuntos de interesse da Política do Idoso, respeitando a legislação vigente;

VII. alterar ou modificar este regimento através de proposta de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho ou por adequação por falta de exigência legal, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, homologada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único: As decisões proferidas pelo Conselho, referentes aos incisos I, II e VI, serão divulgadas através de resoluções no Diário Oficial do Estado.



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

III. elaborar e submeter à diretoria pauta das reuniões ordinárias;

IV. anotar e redigir as atas das reuniões plenárias e reuniões de diretoria.

Art. 15 Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretário no cumprimento de suas atribuições e substituí-lo nas suas faltas ou vacância do cargo.

SEÇÃO III DAS COMISSÕES REGIONAIS

Art. 16 Mediante aprovação da Plenária, o Presidente do Conselho poderá instituir Comissões Regionais;

Art. 17 A composição de cada Comissão Regional será objeto de estudo conjunto do Conselho Estadual com a mesma;

Parágrafo Único: comporão as Comissões Regionais, representantes das instituições integrantes do Conselho Estadual na Região.

Art. 18 As atribuições, as áreas de abrangência, a estrutura organizacional e o funcionamento das Comissões Regionais serão estabelecidas em resolução aprovada pela Plenária, ouvidas as Comissões Regionais existentes.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 16 A secretaria Executiva, órgão de apoio administrativo do CEI, será por servidores públicos da Administração direta ou indireta e/ou por pessoas cedidas por órgãos não governamentais sem ônus para a Secretaria da qual o CEI é vinculado, sob a coordenação de sua diretoria.

Art. 17 Compete à Secretaria Executiva:

I. assegurar técnica e administrativamente os trabalhos do Conselho;

II. manter a guarda dos bens e do acervo de livros e documentos pertencentes ao Conselho;

III. registrar, arquivar, elaborar e expedir os documentos e correspondências;

IV. manter atualizados os arquivos e os fichários do Conselho e das atividades de protocolo e registro de documentos;

V. elaborar relatórios de atividades do Conselho;

VI. articular e apoiar administrativamente as Comissões regionais e Grupos de Trabalho do CEI;

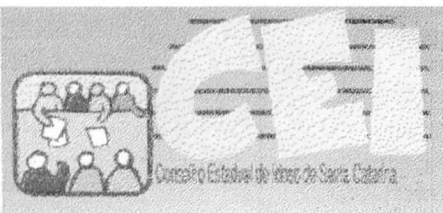
VII. manter cadastro atualizado das entidades e organizações de atenção ao idoso;

VIII. exercer outras atribuições, que foram determinadas pela diretoria do CEI.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 21 O Conselho reunir-se-á ordinariamente em Plenária, uma vez por mês e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares, sempre em Editais, com prazo máximo de 10(dez) dias de antecedência, remetidos ao último endereço fornecido pelos Conselheiros.

Parágrafo Único: Os suplentes deverão ser convocados sempre que se reunir o Conselho.



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

Conselho, membro do colegiado ou não, será suas faltas justificadas junto ao órgão ou à entidade em que se encontra lotado, de tantos dias quantos necessários se fizerem.

Parágrafo único: O Conselho Estadual do Idoso – CEI emitirá certidão de comparecimento no prazo de 15 (quinze) dias, para justificar a ausência do servidor público que comparecer às reuniões ou eventos promovidos pelo Conselho, a seu convite ou convocação.

Art. 27 O ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias e ajuda de custo necessário nos deslocamentos dos membros do Conselho, dos funcionários da Secretaria Executiva ou servidor convocado... condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo Estado em atos idênticos ou semelhantes em outros conselhos paritários.

Parágrafo único: A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família manterá um orçamento programa de manutenção das atividades do Conselho para fazer frente às despesas correntes e de pessoal.

Art. 28 As omissões deste Regimento serão dirimidas ou resolvidas na forma da lei, por votação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 29 As alterações regimentais terão eficácia após a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho em Reunião Plenária Ordinária e homologação por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 30 Em caso de extinção do Conselho Estadual do Idoso – CEI, o patrimônio a ele destinado será transferido ao seu substituto legal ou, na falta deste, ao Estado.

Florianópolis, 18 de novembro de 1996.

EDI MOTA OLIVEIRA – Presidente
do CEI/SC

ANEXO E – Regimento Interno dos Grupos de Trabalho do CEI/SC



REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CEI

GT - CEI

Art. 1º Os Grupos de Trabalho serão permanentes ou transitórios e instituídos por resolução do Conselho.

Parágrafo 1º Os GTs Transitórios serão criados a partir de moção subscrita por um mínimo de um terço de seus membros titulares ou suplentes e que justifique a sua necessidade.

Parágrafo 2º As reuniões ordinárias dos GTs Permanentes se rão realizadas mensalmente.

Art. 2º Compete aos GTs:

I - Sistematizar, analisar e manter o diagnóstico das condições de vida do Idoso no Estado, dos recursos públicos e privados colocados a sua disposição, estimulando, aprovando e acompanhando atividades que favoreçam a conscientização da comunidade dos reais papéis do Idoso, institucionalizados e não institucionalizados;

II - Auxiliar a Secretaria Executiva do CEI na elaboração do Plano Anual de atividades, bem como dos programas e projetos da sua área específica;

III - Acompanhar os programas e projetos aprovados pela Plenária, junto aos setores públicos responsáveis;

IV - Redigir relatórios e avaliar as atividades realizadas para serem apresentadas nas Sessões da Plenária, trimestralmente;

V - Subsidiar as entidades governamentais e não governamentais com vista ao aprimoramento das ações que desenvolvem junto ao Idoso;

VI - Elaborar pareceres sobre assuntos que lhes forem submetidos, bem como os consultados ao CEI.

Art. 3º Os GTs serão integrados por Conselheiros titulares, suplentes e voluntários do CEI, aprovados pela Plenária.

I - Cada GT terá um Coordenador, um Sub-Coordenador e um Secretário, que serão escolhidos por votação de seus membros e referendados pela Plenária, entre os titulares e suplentes, com o exercício de um ano;

II - Ocorrendo a vacância de um dos cargos referidos no item I antes do sexto mês após a posse, far-se-á nova eleição;

III - Os GTs deverão ser integrados, no mínimo, por dois Conselheiros Titulares;

IV - O Conselheiro Titular, bem como o Suplente e Voluntário, terão direito a voz e voto;

V - Poderão também participar eventualmente dos trabalhos dos GTs, na condição de Assessores/Consultores, sem direito a voto, pessoas de notório saber, ligadas a área do Idoso, convidados pela Coordenação ou pelos próprios membros do Conselho, integrantes dos GTs

Art. 4º Os GTs serão preferencialmente formados por um número impar de membros.

Parágrafo Único: Na eventualidade de faltarem membros do do Grupo, ficando este com o número par, o coordenador ou na sua falta o sub-coordenador, terá voto especial para desempate das questões.

Art. 5º O membro dos GTs que não comparecer às reuniões, deverá justificar a falta.

Parágrafo 1º: Na eventualidade de falta injustificada por três reuniões consecutivas, ou seis intercaladas, o assunto será levado à apreciação da Plenária.

Parágrafo 2º: O comparecimento dos membros às reuniões será comprovado pela assinatura em livro próprio.

Art. 6º O Coordenador do GT, ou na sua ausência o sub-coordenador, será o responsável pela assinatura dos atos propostos pelo GT, antes de serem submetidos à deliberação da

Plenária.

Parágrafo 1º: O relator dos atos propostos será um dos membros do GT.

Parágrafo 2º: Os GTs poderão ser alterados através de in corporação, fusão e extinção, conforme a dinâmica que as mesmas apresentarem no desenvolvimento de suas atividades e, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do CEI.

Parágrafo 3º: Consoante o disposto no artigo 1º poderão ser constituídas GTs temporárias julgadas necessárias pa ra o estudo de assuntos determinados, disciplinados pelo presente Regimento e que se dissolverão, automaticamente após a conclusão dos trabalhos.

Art. 7º São atribuições do Coordenador, auxiliado pelo sub-coordenador:

I - Coordenar as atividades do GT para o qual foi designado;

II - Convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extra ordinárias do GT;

III - Participar de reuniões de coordenadores de GTs

IV - Representar o GT em reuniões, seminários e demais eventos;

V - Manter contatos e entendimentos com entidades e or gãos que atuem na área do Idoso, considerando o objetivo de seu GT, mediante prévia comunicação à Diretoria do CEI;

VI - Apresentar parecer sobre os assuntos submetidos a sua apreciação, dentro de 10 (dez) dias do recebimento do expediente, salvo se outro prazo for fixado pelo GT.

Art. 8º O Coordenador do GT a hora designada para o início da reunião, declarará aberto os trabalhos que observarão a seguinte ordem:

I - leitura, pelo Secretário, da ata da reunião ante rior e do expediente recebido;

II - distribuição da pauta da reunião;

III - leitura, discussão e/ou votação dos assuntos em pauta.

Art. 9º Os GTs, para desempenho de suas atribuições, poderão realizar as diligências que considerarem necessárias e requererem especificação de provas.

Art. 10º Irão à deliberação da Plenária os assuntos que demandarem maior indagação ou os de competência atribuída pelo regimento do Conselho para a sua decisão.

Art. 11º O relato da matéria deverá conter histórico, análise e resultado da votação.

Art. 12º Sempre que houver conveniência ao CEI, poderão realizar-se reuniões conjuntas de dois ou mais GTs, cuja organização interna será por consenso.

Parágrafo 1º Qualquer Conselheiro ou voluntário poderá participar, sem direito a voto, nos trabalhos do GT do qual não seja membro.

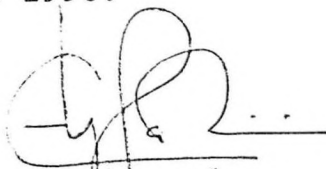
Parágrafo 2º: Os membros da diretoria do CEI poderão participar das reuniões dos GTs com direito a voz e voto.

Art. 13º A alteração deste Regimento dependerá da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 14º O Regimento do Conselho Estadual será utilizado subsidiariamente nos casos omissos deste Regimento.

Art. 15º Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Estadual do Idoso.

Florianópolis, 09 de dezembro de 1996.


Edi Clotilde Oliveira
Presidente do
CEI-SC

ANEXO F – Protocolo de Intenções

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE

Av. Mauro Ramos, 722 - Centro - 88.020-300 - Fone 48 229-3600 - Fax: 48 229-3618 - Florianópolis - SC

e-mail: sds@sds.sc.gov.br - www.sds.sc.gov.br

Ofício GABS Nº 414/04

Florianópolis, 28 de Abril de 2004.

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que estamos enviando oficialmente ao Conselho Estadual do Idoso, o documento Protocolo de Intenções, assinado pelo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, juntamente com os demais Secretários de Estado, representantes dos órgãos comprometidos com o documento.

Não podemos deixar de ressaltar a emoção que nos trouxe, termos dado esse grande passo de avanço no trabalho em prol da pessoa idosa, essa primeira etapa que é muito significativa para nós todos, pois se tornou um marco de conquista que muitos governos haviam tentado e não conseguido.

Compartilhando essa satisfação, conscientes do comprometimento de todos nós em prol dessa causa, é que agradecemos e pedimos a continuidade do empenho desse Conselho na realização de mais uma conquista.

Atenciosamente,

SÉRGIO JOSÉ GODINHOSecretário de Estado do Desenvolvimento
Social, Urbano e Meio Ambiente

Excelentíssimo Senhor

HELIO DE ABREU FILHOPresidente do Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC
Florianópolis/SC

CEI/SC
- PROTOCOLO -
Nº. 104
DATA: 06 / 05 / 04



PROTOCOLO DE INTENÇÕES:

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA REALIZAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO

As Secretarias Estaduais do Governo do Estado de Santa Catarina,

*Cientes da responsabilidade do Poder Público, nas três esferas, decorrente do estabelecido pela Lei Federal 10.741, de 01 de outubro de 2003 – **Estatuto do Idoso** e pelas leis que estabelecem a Política Nacional e Estadual do Idoso, Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Lei Estadual nº 11.436, de 07 de junho de 2000;*

*Conhecedoras de que a **POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO** do **Estatuto do Idoso** trata-se de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que se desenvolve mediante linhas de ação que envolvem: (a) políticas sociais básicas; (b) políticas e programas de assistência social, em caráter constitutivo, para aqueles que necessitarem; (c) serviços especiais - prevenção e atendimento às vítimas; (d) serviço de identificação e localização; (e) proteção jurídico-social; (f) mobilização da opinião pública;*

*Sabedoras de que a **finalidade** do **Estatuto do Idoso** é regular direitos da pessoa idosa, neles incluso, os direitos fundamentais, a proteção integral, a preservação da saúde física e mental; o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade; e de que a **obrigação do Estado – União, Estado-Membro e Município** – é a preservação da vida e da saúde mediante efetivação políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável, em condições de dignidade; .*

Integradas ao Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, órgão público deliberativo e controlador das políticas públicas para o idoso, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, a qual compete a Coordenação da Política Estadual do Idoso em Santa Catarina;

Reconhecendo que o Estado, a sociedade e a família têm o dever de assegurar ao idoso o pleno exercício de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e articulando os setores públicos pela



*melhoria da qualidade de vida, assegurando ao idoso, com **ABSOLUTA PRIORIDADE**, a efetivação do direito à:*

- (a) vida,*
- (b) saúde,*
- (c) alimentação,*
- (d) educação,*
- (e) cultura,*
- (f) esporte,*
- (g) lazer,*
- (h) trabalho,*
- (i) cidadania,*
- (j) liberdade,*
- (k) dignidade,*
- (l) respeito e*
- (m) convivência familiar e comunitária*
- (n) moradia*

Cientes de que o processo de envelhecimento diz respeito à pessoa e à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

Considerando que o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

Convencidas de que na família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o bem-estar de todos os seus membros, a pessoa idosa deve se encontrar protegida em sua autonomia, dignidade e respeito;

RECONHECEM

1. A necessidade de tratar, com **Absoluta Prioridade** a implantação dos direitos dos idosos junto a Administração Pública Estadual e a implantação de um **PLANO INTEGRADO** a ser desenvolvido a partir de um *conjunto articulado de ações* governamentais e não governamentais, que privilegie a *'atenção integral'* a pessoa idosa, embasado na descentralização político-administrativa (co-responsabilidades da União, Estados e Municípios) e na participação da sociedade, que viabilize a melhoria da qualidade de vida e a proteção dos direitos da pessoa idosa prevista na legislação federal e estadual;



E a vista do exposto.

Considerando a constatação da imperiosidade de uma articulação estadual visando incorporar os Municípios no processo de implantação e implementação do Estatuto do Idoso em Santa Catarina, especialmente em relação à criação de Conselhos Municipais de Idosos;

Considerando a constatação da existência de violação de direitos por parte da família, comunidade, sociedade e Estado, no atendimento ao idoso, no meio rural e urbano, o que implica na execução de medidas preventivas e protetoras por parte dos municípios, com apoio do Estado nas situações mais complexas e onerosas.

As Secretarias de Estado, na condição de representantes do Governo Estadual, COMPROMETEM-SE:

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, na condição de coordenadora da Política Estadual do Idoso, responsável por esta Ação de Governo, COMPROMETE-SE a:

- Dar apoio técnico e financeiro para revitalização de Programas, Projetos e Serviços Sociais de Atendimento a Pessoa Idosa em **Regime de Asilo**, ação prevista no Plano Plurianual (PPA), **ação nº 2729**;
- Apoio técnico e financeiro a entidades, para melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, através do Serviço de Ação Continuada – SAC no âmbito Estadual com recursos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social, através do **Programa API** – Apoio a Pessoa Idosa, o qual deverá ser descentralizado entre as 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional; Esta ação está prevista no Plano Plurianual (PPA), **ação nº 2576**;
- Garantir a formulação da Pesquisa Perfil do Idoso de Santa Catarina que já consta no Plano Plurianual (PPA), com a **ação nº 3306 Pesquisa Perfil do Idoso em Santa Catarina**, cujo diagnóstico será levantado com dados suficientes para a identificação da situação, como: idade, condição familiar, saúde, atividade em que trabalha ou trabalhava e renda familiar, em conformidade ao que já foi deliberado pelo Conselho Estadual do Idoso;
- Implantação de Serviço de Informações para a Pessoa Idosa – **Disq Idoso**, que está previsto no Plano Plurianual (PPA), **ação nº 2730**, para prestação de informações ao idoso, via Internet e telefone;
- Estabelecer metas anuais e mecanismos públicos de acompanhamento dos indicadores que reflitam a qualidade de vida dos idosos, permitindo informar à sociedade a respeito do esforço positivo do Governo Estadual;
- Comprovar a implementação e adequada estruturação do Conselho Estadual do Idoso, já existente;



- Articular junto aos órgãos competentes do Governo Federal e Estadual a instalação e/ou parcerias para instalação de Programas, visando cumprimento do Estatuto do Idoso;
- Criar condições - apoio técnico e/ou financeiro – para que a atual rede de atendimento a idosos, proceda atendimento adequado na recepção do idoso com direito violado, especialmente àquele decorrente de negligência e maus tratos;
- Articular os municípios, visando um Pacto Estadual, no qual cada um estabelece seus compromissos para atender as determinações do Estatuto do Idoso;
- Promover parcerias com outras entidades para que sejam encontradas alternativas de solução para o problema relacionado aos maus tratos à pessoa idosa, promovendo também a realização de debates, seminários, oficinas etc. para discussão da questão;
- Promover capacitação dos atores envolvidos com a área do idoso;
- Manter permanentemente a divulgação dos dispositivos do Estatuto do Idoso, inclusive mediante parcerias;
- Estimular a criação de instrumentos e mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- Estimular e realizar estudos visando a criação de programa de assistência ao idoso para melhoria de condições de habitabilidade e adequação de moradia, considerado o estado físico e a autonomia de locomoção da pessoa idosa;
- Apoio a projéto urbanísticos visando diminuir as barreiras arquitetônicas;

EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação e Inovação de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso COMPROMETE-SE a:

- A universalização da Educação básica;
- Democratização da Educação Profissionalizante, possibilitando ao Cidadão Idoso a participação em cursos de qualificação profissional, tendo como foco o mundo do trabalho e a geração de renda;
- Educação continuada em todos os Centros de Educação de jovens e Adultos – CEJAs, abrangendo línguas estrangeiras e informática nos Centros que tem laboratório;
- Criação de um Programa de Reprofissionalização do Idoso em todos os Centros de Educação Profissional – CEDUPs e Núcleos de Educação Profissional – NEPs;
- Implantação de um Projeto visando o resgate da cidadania e da dignidade social e humana do Idoso através dos alunos dos CEJAs;



SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso COMPROMETE-SE a:

- Garantir o acesso a assistência à saúde do idoso nos diversos níveis do Sistema Único de Saúde, aplicando o princípio da equidade e viabilizando, preferencialmente, o atendimento ambulatorial;
- Garantir que o idoso com mais de 60 anos possa ter um acompanhante, durante o período em que o mesmo encontrar-se internado ou em observação, conforme PT GM/MS 280 de 07 de abril de 1999 e PT GM/MS de 24 de junho de 1999;
- Que os serviços públicos e credenciados ao Sistema Único de Saúde adequem suas instalações físicas aos critérios e normas estabelecidas pela legislação em vigor – Portaria GM/MS 810/1989, Resolução da ANVISA nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 e Resolução CONAMA nº 5 de 05 de agosto de 1993;
- Que as modalidades previstas para o atendimento dos idosos devam englobar atendimento ambulatorial, urgência/emergência, internação hospitalar e acompanhamento domiciliar;
- Cadastrar a população idosa nos sistemas de informação oficiais e nos programas de acompanhamento ambulatorial e/ou domiciliar no seu município e/ou região;
- Receber medicamentos garantidos pelos programas e os de dispensação de caráter excepcional;
- Receber vacinas normatizadas pelo ministério da Saúde;
- Proporcionar atendimento especializado se for portador de deficiência ou de limitação incapacitante.

SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA

A secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso, COMPROMETE-SE a:

- Empenho no zelo pela aplicação das normas de proteção ao idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;
- A realização de estudos visando criar um banco de dados sobre a legislação, com vistas a subsidiar os municípios na defesa da cidadania da população idosa;



- Criar condição de acessibilidade dos idosos às instituições da Segurança Pública;
- Sensibilização dos recursos humanos da área da segurança pública sobre as particularidades de atendimento à pessoa idosa;
- Desenvolvimento de ações voltadas ao público interno inativo/aposentado do sistema de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

A Secretaria de Estado da Organização do lazer, Coordenação de Projetos Especiais, de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso, COMPROMETE-SE a:

- Criar, incentivar e apoiar programas que garantam à Melhor Idade a participação no processo produtivo, na elaboração e fruição dos bens e atividades culturais;
- Implementar e apoiar programas educacionais voltados a prevenção de doenças com conseqüente estímulo à prática de atividades físicas que permitam autonomia à Melhor Idade;
- Inserir a melhor Idade nos programas esportivos, culturais e turísticos, buscando a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, a integração comunitária, ressaltando a importância e utilidade do idoso à sociedade;
- Elaborar e incentivar o surgimento de novos programas de atendimento à melhor Idade, nas três áreas de abrangência desta Secretaria, com base na filosofia implantada através do programa Cartão Melhor Idade.

A Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE, vinculada a Secretaria de Estado da Organização do Lazer, de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso, COMPROMETE-SE a:

- Oferecer apoio a programas que busquem garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição de bens culturais;
- Ampliar o incentivo a programas de lazer, esporte e atividades físicas que propiciem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade;
- Organizar e realizar anualmente, em parceria com outros órgãos, a etapa Estadual dos Jogos para Integração dos Idosos, como ação entre municípios, regiões e estado catarinense, visando integrar idosos de diferentes localidades em atividades lúdicas, esportivas, socioculturais, e de incentivo ao exercício da cidadania;



- Mobilizar e viabilizar participação de idosos catarinenses nos Jogos para Integração dos Idosos, na etapa que reúne os três Estados da Região Sul, realizada a cada dois anos;
- Considerar as peculiaridades e demandas da população idosa na pesquisa, planejamento e implementação de ações e projetos futuros da Gerência de Desporto Participação;

A SANTUR – Santa Catarina Turismo S.A. vinculada diretamente a Secretaria de Estado da Organização do Lazer, nas demandas específicas ao turismo COMPROMETE-SE a:

- Apoio a capacitação e realização de eventos, ação prevista no PPA-2003-2004, ação nº8952;
- Incentivo a programas de turismo social, ação prevista no PPA-2003-2004, ação nº8967;

Obs: A vinculação de qualquer projeto a uma dessas ações, deverá ser analisada pela equipe técnica da SANTUR, garantindo dessa forma a correspondência necessária aos objetivos da criação das respectivas ações.

AGRICULTURA

A Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso COMPROMETE-SE a:

- Estimular as ações cujo objetivo visem a melhoria da qualidade de vida dos idosos do meio rural e pesqueiro através de projetos de inclusão social, tais como, assistência técnica agropecuária, industrialização caseira, artesanato, turismo e lazer, entre outros;
- Incentivo aos programas de valorização do idoso para um convívio familiar harmônico nas comunidades rurais e pesqueiras, buscando a sua interação com o meio urbano;
- Realização de estudos sobre a situação socioeconômica das famílias com idosos que nos últimos cinco anos abandonaram o meio rural em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades, em parceria com entidades e instituições afins;
- Promoção e valorização do idoso como memória viva da comunidade por meio de ações intergênero e intergeração voltadas para o resgate da história local.



A Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ciente do compromisso do poder público com a questão do idoso, COMPROMETE-SE a:

- Estimular a implantação de programa de preparação a aposentadoria nos moldes do Programa ViVA – Vivendo e Valorizando a Aposentadoria propiciando ao trabalhador no período que antecede a aposentadoria aprofundar questionamentos referentes aos aspectos biológicos, sociais, culturais, psicológicos, econômicos e jurídicos desenvolvendo suas potencialidades de forma integral o que irá repercutir em qualidade de vida.

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC de acordo com a sua área de atuação dentro da Política do Idoso COMPROMETE-SE a:

- Destinar 5% de habitações populares ao idoso nos empreendimentos habitacionais, possibilitando o acesso à habitação popular, em regime de comodato, locação, ou na forma de concessão remunerada de uso, custo a ser assumido pelo poder público estadual / municipal ou por voluntário (pessoa física ou jurídica) da comunidade.
- Disponibilizar equipe técnica para participação em grupos de estudo e de elaboração de projetos para atendimento ao idoso, com as adequações arquitetônicas contratuais e financeiras compatíveis a sua condição física e etária.

O presente Termo de Compromisso deverá ter cópia afixada em murais de cada órgão público e o acompanhamento dos compromissos estabelecidos neste documento será feito pelo Conselho Estadual do Idoso e pelo Ministério Público Estadual, através de relatório anual das atividades.

Esse documento tem vigência imediata, a partir de sua assinatura, e é firmado por prazo indeterminado, ficando assegurado o direito de revisão dos compromissos e respectivos prazos, em qualquer tempo, por meio de requerimento a Secretaria do desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, responsável pela Política do Idoso no Estado de Santa Catarina.

Estando assim compromissados, o Estado de Santa Catarina, firma o presente instrumento na presença do Governador do Estado e demais autoridades abaixo identificadas, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Governo do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 06 de abril de 2004.

Eduardo Pinho Moreira
Governador do Estado, em exercício

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado de Santa Catarina

Ewaldino Leite
Secretário Adjunto
Matr. 295.637-3

SÉRGIO JOSÉ GODINHO

Secretário de Estado da Secretaria do Desenvolvimento Social,
Urbano e Meio Ambiente

JACÓ ANDERLE

Secretário de Estado da Educação e do Desporto

CARMEM BONFÁ ZANOTTO

Secretária interina de Estado da Saúde

RONALDO BENEDET

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão



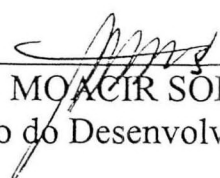
ESTADO DE SANTA CATARINA

Governo do Estado de Santa Catarina



GILMAR KNAESEL

Secretário de Estado da Organização do Lazer



MOACIR SOPELSA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura



JOÃO GHIZZONI

Diretor Geral da FESPORTE



JORGE NICOLAU MEIRA

Presidente da SANTUR



CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

Diretor Presidente da CELESC

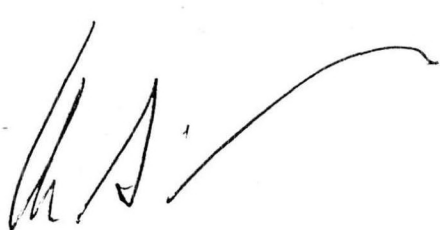


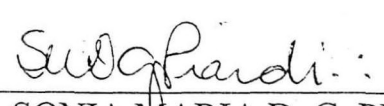


ESTADO DE SANTA CATARINA

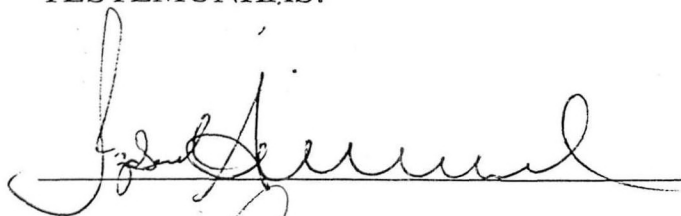
Governo do Estado de Santa Catarina

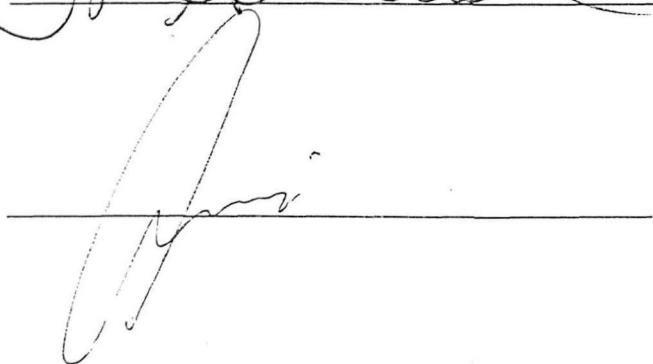

MARIA DARCI MOTA BECK
Diretora Presidente da COHAB/SC


HÉLIO ABREU FILHO
Presidente Interino do Conselho Estadual do Idoso


SONIA MARIA D. G. PIARDI
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações
Ministério Público Estadual

TESTEMUNHAS:





ANEXO G – Regimento Interno das Comissões Regionais do Idoso – SC



Resolução Nº 001/98

Dispõe sobre a estrutura, a abrangência e o funcionamento das Comissões Regionais do CEI-SC

A Presidente do Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 10.073, de 30 de janeiro de 1996, em conformidade com a deliberação da Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 20 de 02 de 1998,

RESOLVE

Aprovar o seguinte Regimento Interno que versa sobre a estrutura, abrangência e o funcionamento das Comissões Regionais do Idoso em Santa Catarina:

COMISSÕES REGIONAIS DO IDOSO

REGIMENTO INTERNO

1 - DA NATUREZA

A Comissão Regional do Idoso - CRI é órgão autônomo de atuação regionalizada vinculada ao CEI - Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina.

2 - DA FINALIDADE

O CRI é órgão articulador de entidades voltadas à garantia e defesa dos direitos do idoso aberto à cooperação de organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, sendo responsável pelo encaminhamento das ações deliberadas pelo CEI-SC, de acordo com a sua realidade regional.

3 - DOS PRINCÍPIOS

3.1 - Compromisso com os dispositivos constitucionais e legais referentes ao idoso nas esferas federal, estadual e municipal em consonância com a Política Nacional do Idoso.

3.2 - Respeito a autonomia, identidade e dinâmica própria de cada entidade, cujo funcionamento esteja em consonância com a Política do Idoso vigente.

Resolução Nº 002/98

Dispõe sobre a criação das Comissões Regionais do CEI-SC

A Presidente do Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 10.073, de 30 de janeiro de 1996, em conformidade com a deliberação da Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 20 de 02 de 1998,

RESOLVE

1 - Aprovar a criação e implementação das Comissões Regionais do CEI/SC, buscando melhor atender aos direitos do Idoso em Santa Catarina conforme segue:

- 1 - Comissão Regional do Idoso de Araranguá
- 2 - Comissão Regional do Idoso de Blumenau
- 3 - Comissão Regional do Idoso de Criciúma
- 4 - Comissão Regional do Idoso de Caçador
- 5 - Comissão Regional do Idoso de Chapecó
- 6 - Comissão Regional do Idoso de Concórdia
- 7 - Comissão Regional do Idoso de Florianópolis
- 8 - Comissão Regional do Idoso de Itajaí
- 9 - Comissão Regional do Idoso de Joaçaba
- 10 - Comissão Regional do Idoso de Joinville
- 11 - Comissão Regional do Idoso de Lages
- 12 - Comissão Regional do Idoso de Mafra
- 13 - Comissão Regional do Idoso de Maravilha
- 14 - Comissão Regional do Idoso de Rio do Sul
- 15 - Comissão Regional do Idoso de São Miguel do Oeste
- 16 - Comissão Regional do Idoso de Tubarão
- 17 - Comissão Regional do Idoso de Xanxerê

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões: 20/02/98

EDI MOTA OLIVEIRA
Presidente do CEI/SC

4 - DA ABRANGÊNCIA

As Comissões Regionais do Idoso terão sua área de abrangência definida de acordo com a divisão administrativa das Micro-Regiões do Estado de Santa Catarina.

5 - DA ORGANIZAÇÃO

A Comissão Regional se constitui de uma Plenária e um Colegiado.

5.1 - DA PLENÁRIA

A Plenária da Comissão Regional será formada por entidades governamentais e não governamentais que atuam na área do idoso nos municípios e região.

Terão direito a voto somente as entidades cadastradas, através de seu representante titular ou, na ausência deste, do suplente.

Parágrafo único - O Coordenador da Comissão Regional exercerá o voto de qualidade.

À Plenária compete:

- a) participar da **formulação da Política do Idoso** para Santa Catarina, ampliando as discussões junto aos Conselhos e Comissões Municipais, subsidiando o CEI/SC;
- b) **apoiar e prestar assessoria aos municípios na formulação do anteprojeto de Lei** que cria o Conselho Municipal do Idoso - CMI e a Política Municipal do Idoso, como também na elaboração do Plano intergovernamental para execução da Política Municipal do Idoso;
- c) **propor, incentivar e acompanhar serviços, programas e projetos** voltados à área do idoso nos municípios;
- d) **proceder estudos** visando a revisão e ou adequação de conteúdos da Política do Idoso, garantindo os direitos de cidadania;
- e) **propor, participar e acompanhar a atualização e capacitação dos Recursos Humanos** das organizações governamentais e não governamentais;
- f) **empenhar-se pela definição de um percentual** para a área da terceira idade, na dotação orçamentária das três esferas do governo;
- g) **propor e assessorar os municípios na definição de sua política de recursos orçamentários** para a área do idoso, nas diversas secretarias responsáveis pela assistência social, saúde, educação, trabalho, agricultura, habitação, justiça, cultura, esporte e lazer.
- h) **articular a realização do diagnóstico socio-econômico do Idoso.**
- i) **articular permanentemente as entidades civis**, principalmente Universidades, Associações dos Municípios, Centros de Defesa dos Direitos Humanos e as associações de categorias econômicas e profissionais, para assessoria e orientação às discussões dos direitos do idoso.
- j) **propor incentivos para a realização de eventos** ou atividades culturais, sociais, recreativas, de lazer e de produção, para os idosos da região.

- l) apoiar a efetivação do processo de descentralização político administrativo da Política Nacional do Idoso nos municípios, bem como das demais Políticas Públicas que apresentam interface com a Política do Idoso.
- m) estabelecer parcerias com os Conselhos Municipais do Idoso e articulação com os demais Conselhos Municipais afins, visando a integração das ações na região.
- n) divulgar as ações do CEI.
- o) difundir e divulgar os direitos do Idoso.
- p) realizar ações integradas que visem buscar mecanismos que coíbam as omissões e irregularidades da atuação dos serviços dirigidos à pessoa idosa.
- q) denunciar as violações dos direitos humanos e sociais praticados contra os idosos.
- r) propor, por intermédio da Comissão Municipal ou Conselho Municipal junto aos municípios, as alterações e reformas legais relativas aos direitos da pessoa idosa.
- s) apoiar e difundir na região o boletim informativo do CEI.
- t) criar mecanismos de acompanhamento, em parceria com o CEI, para monitoramento do funcionamento dos Conselhos Municipais do Idoso.
- u) integrar as discussões promovidas por conselhos afins como o da Assistência Social.
- v) estimular a organização nos municípios, de Comissões Municipais, visando a criação do Conselho Municipal do Idoso.
- x) elaborar plano integrado de ação de acordo com a realidade regional.

5.2. - DO COLEGIADO

A Plenária escolherá entre seus membros um coordenador, um coordenador-adjunto, um secretário e um secretário-adjunto, com mandato de 2 (dois) anos, preferencialmente paritário.

Ao colegiado compete:

- a) representar a Comissão Regional;
- b) programar e convocar reuniões plenárias e elaborar atas;
- c) dar encaminhamento às decisões plenárias, articulando-se com o Conselho Estadual, Comissões ou Conselhos Municipais de sua região;
- d) encaminhar relatórios periódicos (semestral) ao Conselho Estadual.

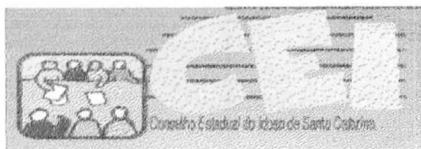
A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões: 20/02/98



EDI MOTA OLIVEIRA
Presidente do CEI/SC

ANEXO H – Relação das Comissões Regionais do Idoso em SC.



**CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO – CEI/SC

Presidente: HÉLIO ABREU FILHO

Endereço: Rua Trajano, 168 – 3º andar – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.010-010

Fone: (048) 222-8932 - **FAX:** (048) 224-5691

E-mail: cei@sds.sc.gov.br e cei-sc.idoso@bol.com.br

CEI-SC - COMISSÕES REGIONAIS DO IDOSO

1. Comissão Regional do Idoso - ARARANGUÁ - AMESC

COORDENADORA: CLEONICE BENEDETE

Endereço: Av. 7 de Setembro, 653 - sala 15 - Cidade Alta

ARARANGUÁ - SC - CEP 88900-000

Fone: (048) 524-0282 - **FAX:** (048) 524-0282

Celular:

E-mail: ararangua@sine.sc.gov.br

E-mail Alternativo:

2. Comissão Regional do Idoso - BLUMENAU - AMMVI

COORDENADORA: MARLENE DIERSCHNABEL DA SILVA

Endereço: R. Antônio da Veiga, 140 - sala 6 - Bl. M - CP 1507 -

BLUMENAU - SC - CEP 89010-971

Fone: (047) 321-0399 / 323-5988 - **FAX:** (047) 322-8818 / 322-4090

Celular: (047) 9102-4908

E-mail: proap@furb.br

E-mail Alternativo:

3. Comissão Regional do Idoso - CHAPECÓ - AMOSC

COORDENADORA: TEREZINHA CORREA SCHLINTWEIN

Endereço: Rua Rui Barbosa, 42D - Centro

CHAPECÓ - SC - CEP 89801-042

Fone: (049) 323-5988 / 323-4141 - **FAX:** (049) 323-4141

Celular:

E-mail: chapeco@sine.sc.gov.br

E-mail Alternativo:

4. Comissão Regional do Idoso - CONCÓRDIA - AMAUC

COORDENADORA: NEUSA MARIA POLETTI PUCCI

Endereço: Rua Alípio Magarinos, 277 - CP 884 -

CONCÓRDIA - SC - CEP 89700-000

Fone: (049) 442-1034 - **FAX:** (049) 442-2722

Celular:

E-mail: social@amauc.org.br

E-mail Alternativo:

10.Comissão Regional do Idoso - LAGES - AMURES

COORDENADORA: SANDRA SEEL RIBEIRO

Endereço: Rua Monte Castelo, 209 - Centro

LAGES - SC - CEP 88501-060

Fone: (49) 224-2161 (SANDRA) / (49) 222-1161 (MARLENE) - **FAX:** (49) 224-3014
(SANDRA) / (49) 222-1161 (MARLENE)

Celular:

E-mail: conselhosmunicipais@bol.com.br

E-mail Alternativo: verinhabranco@ibest.com.br

11.Comissão Regional do Idoso - MAFRA - AMPLA

COORDENADORA: MARIA JULIANA BUENO FRANCO

Endereço: Praça Desembargador Flávio Tavares, 101 -

MAFRA - SC - CEP 89.300-000

Fone: (047) 642-0000 - **FAX:**

Celular:

E-mail: pmm@creativenet.com.br

E-mail Alternativo:

12.Comissão Regional do Idoso - MARAVILHA - AMERIOS

COORDENADORA: IVO WERLANG

Endereço: Rua Bom Jardim, 94 - Centro

MARAVILHA - SC - CEP 89.874-000

Fone: (049) 664-4673 (AMERIOS) / 664-0044 (Prefeitura) - **FAX:** (049) 664-4673
(AMERIOS) / 664-0044 (Prefeitura)

Celular:

E-mail:

E-mail Alternativo:

13.Comissão Regional do Idoso - RIO DO SUL - AMAVI

COORDENADORA: MIRIAM PURNHAGEM

Endereço: Rua XV de Novembro, 727 - Prefeitura Municipal - Centro

RIO DO SUL - SC - CEP 89160-000

Fone: (047) 521-2711 / 521-0344 (Ivonete) - **FAX:** (047) 562-0526 / 562-0151

Celular:

E-mail: sens@amavi.org.br

E-mail Alternativo: ipesc.r02@ipesc.sc.gov.br

14.Comissão Regional do Idoso - SÃO MIGUEL D'OESTE - AMEOSC

COORDENADORA:

Endereço: -

- - CEP

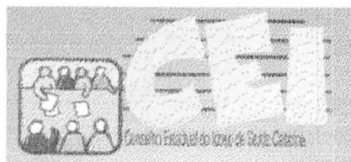
Fone: - **FAX:**

Celular:

E-mail:

E-mail Alternativo:

ANEXO I – Secretarias Regionais no Governo Luiz Henrique da Silveira



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CADASTRO DE ENDEREÇOS **SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

1ª SDR de São Miguel D'Oeste

Secretário: **JOSÉ ZANDAVALLI FIORINI**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-saomiguel@sge.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Osvaldo Cruz, 167 - 2º andar - Centro

CEP: 89.900-000 Cidade: **SÃO MIGUEL D'OESTE** Estado: SC

Fone Comercial: (049) 622-1503 FAX: (049) 631-3020/631-3049 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **ISMAEL BATISTA DE LIMA**

e-mail do Gerente: ismael@sge.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

2ª SDR de Maravilha

Secretário: **CELSO MALDANER**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-maravilha@mvh.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Avenida Presidente Vargas, 430 - Bairro Floresta

CEP: 89.874-000 Cidade: **MARAVILHA** Estado: SC

Fone Comercial: (049) 664-0282 / 664-1851 FAX: (049) 664-1667 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **LENY LAGO**

e-mail do Gerente: rosi@mvh.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

3ª SDR de São Lourenço D'Oeste

Secretário: **JOÃO CARLOS ECKER**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-saolourenco@snx.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Nereu Ramos, 1225 - Centro

CEP: 89.990-000 Cidade: **SÃO LOURENÇO D'OESTE** Estado: SC

Fone Comercial: (049) 344-1331 FAX: (049) 344-1331 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **RODRIGO VIGANÓ**

e-mail do Gerente: vigano@snx.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

4ª SDR de Chapecó

Secretário: **IRIO GROLI**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-chapeco@cco.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Nereu Ramos, 31E - 4º e 5º andar - Centro

CEP: 89.801-020 Cidade: **CHAPECÓ** Estado: SC

Fone Comercial: (049) 322-5856 FAX: (049) 322-1166 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **JAIR BALBINOT**

e-mail do Gerente: jair@cco.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente: (049) 9967-2894

10ª SDR de Caçador

Secretário: **VALDIR VITAL COBALCHINI**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-caçador@cdr.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: **DEINFRA - Rua Carlos Coelho de Souza, 120**

CEP: 89.500-000 Cidade: **CAÇADOR** Estado: **SC**

Fone Comercial: (049) 563-0425 FAX: (049) 563-0550 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **NÉRI VEZARO**

e-mail do Gerente: nerivezaro@cdr.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

11ª SDR de Curitiba

Secretário: **CARLOS HOMEM**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-curitibanos@cbs.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: **Rua Dr. Lauro Müller, 15 - Centro**

CEP: 89.520-000 Cidade: **CURITIBANOS** Estado: **SC**

Fone Comercial: (049) 245-0390 / 241-0866 FAX: (049) 241-0866 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **MARIELZA GEREMIAS CARVALHO**

e-mail do Gerente: marielza@cbs.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

12ª SDR de Rio do Sul

Secretário: **ERNANI DUTRA**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-riodosul@rsl.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: **Rua Porto União, snº - Bairro Canoas**

CEP: 89.160-000 Cidade: **RIO DO SUL** Estado: **SC**

Fone Comercial: (047) 521-0388 FAX: (047) 521-0966 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **TERCILIO BONESSI**

e-mail do Gerente: tercilio@rsl.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

13ª SDR de Ituporanga

Secretário: **ELIAS SOUZA**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-ituporanga@iup.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: **Rua Tenente Jacó Phillippi, 276 - Centro**

CEP: 88.400-000 Cidade: **ITUPORANGA** Estado: **SC**

Fone Comercial: (047) 533-8500 FAX: (047) 533-8500 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **OSCAR FRANCISCO DE OLIVEIRA**

e-mail do Gerente: oscar@iup.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

14ª SDR de Ibirama

Secretário: **ALDO SCHNEIDER**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-ibirama@iir.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: **Rua XV de Novembro, 53 - Piso Superior - Centro**

CEP: 89.140-000 Cidade: **IBIRAMA** Estado: **SC**

Fone Comercial: (047) 358-0283 FAX: (047) 357-2217 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **ORLANDO JACÓ PAULO**

e-mail do Gerente: orlando@iir.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

20ª SDR de Tubarão

Secretário: **LÉO ROSA DE ANDRADE**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-tubarao@tro.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Avenida José Acácio Moreira, 1469 - Bairro Dehon

CEP: 88.704-001 Cidade: TUBARÃO Estado: SC

Fone Comercial: (048) 626-1741 FAX: (048) 626-5644 / 626-4030 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **AIDA SANDRINE DA SILVA**

e-mail do Gerente: sandriner@tro.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente: (048) 9966-4742

21ª SDR de Criciúma

Secretário: **ACÉLIO CASAGRANDE**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-criciuma@cua.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Desembargador Pedro Silva, 845 - B.Comerciário

CEP: 88.803-100 Cidade: CRICIÚMA Estado: SC

Fone Comercial: (048) 433-1329 FAX: (048) 437-5616 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **NELSON DASOLLOER**

e-mail do Gerente: dassoler@cua.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente: (048) 9988-0008

22ª SDR de Araranguá

Secretário: **ALVERI AGUIAR DE SÁ**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-arangua@aru.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: BR 101, Km 413, nº 897 - Cidade Alta

CEP: 88.900-000 Cidade: ARARANGUÁ Estado: SC

Fone Comercial: (048) 524-7696 FAX: (048) 524-7696 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **AGDA SCARSANELLA**

e-mail do Gerente: agda@aru.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

23ª SDR de Joinville

Secretário: **MANOEL JOSÉ MENDONÇA**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-joinville@jve.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Ministro Calógeras, 605 - Centro

CEP: 89.201-500 Cidade: JOINVILLE Estado: SC

Fone Comercial: (047) 422-4053 FAX: (047) 422-4054 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **LOURDES SALETTE CEZARI DE AQUINO**

e-mail do Gerente: lourdes@jve.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente: (047) 9961-6619

24ª SDR de Jaraguá do Sul

Secretário: **NIURA S. DEMARCHI DOS SANTOS**

e-mail do Secretário:

e-mail da Secretaria: sdr-jaraguadosul@jgs.sdr.sc.gov.br

Endereço para Correspondência: Rua Rhufie Mahsud, 155 - Centro

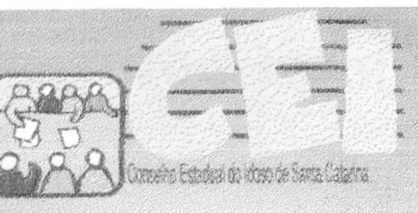
CEP: 89.251-080 Cidade: JARAGUÁ DO SUL Estado: SC

Fone Comercial: (047) 273-0800 FAX: (047) 273-0800 Celular do Secretário:

Gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente: **VERÍSSIMO JOSÉ GARCIA**

e-mail do Gerente: garcia@jgs.sdr.sc.gov.br Celular do Gerente:

ANEXO J – Lista das Organizações Governamentais e Não-Governamentais com representação no CEI/SC



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO – CEI/SC

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

FESPORTE - Fundação Catarinense de Desportos

Titular: **PATRÍCIA VEDANA**

Suplente: **FERNANDA OURIQUES QUINT**

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Superintendência de SC

Titular: **IRIS TEREZINHA FARIAS DA SILVA**

Suplente: **ELIZABETH BAHIA SPINOLA BITENCOURT FERRER**

SEA – Secretaria de Estado da Administração/IPESC

Titular: **CÉLIA FERNANDES**

Suplente: **JULIANO NILDO DE MARIA**

SANTUR - Santa Catarina Turismo

Titular: **MARIA AUGUSTA CORREA**

Suplente: **SABRINA NELI DE SOUZA**

SAR - Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

Titular: **LINDOMAR O. MACHADO**

Suplente: **JUÇARA MARIA DE OLIVEIRA BORDIN**

SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil

Titular: **DÉCIO JOÃO MACHADO**

Suplente: **AZIZO FLORES DA CUNHA**

SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente

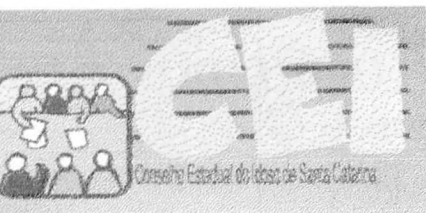
Titular: **ISABEL CRISTINA DO AMARAL**

Suplente: **NEDIR WASHINGTON DE SOUZA**

SED - Secretaria de Estado da Educação e Inovação

Titular: **IONE FIORINI THOMÉ**

Suplente: **CÉLIA MARIA TEIXEIRA**



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

5. ACADE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais

Titular: **JULIANA VIEIRA DE ARAUJO SANDRI**

Suplente: **SÉRGIO SARTORI**

6. AMAS - Representação das Igrejas Evangélicas

Titular: **HELEMAR DOS REIS**

Suplente: **NEORI VAZ GOULART**

7. ANG - Associação Nacional de Gerontologia/Secção Santa Catarina

Titular: **MARÍLIA CELINA FELÍCIO FRAGOSO**

Suplente: **ALBERTINA TEREZINHA DE SOUZA VIEIRA**

8. ASSEF/SC - Associação das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina

Titular: **JÁDINA CECONE**

Suplente: **KÁTIA ALVES**

9. CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Reg. SUL/IV

Titular: **CARLA DE OLIVEIRA GUIMARÃES**

Suplente: **ELZI MELO DE FARIA**

10. CRESS - Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região

Titular: **PATRÍCIA ELZA DA SILVA**

Suplente: **VERA NÍCIA FORTKAMP DE ARAÚJO**

1. FEAPESC - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina

Titular: **MARCOS WANDRESEN**

Suplente: **IDELVANE GONÇALVES LIMA**

2. FEC - Federação Espírita Catarinense

Titular: **LEANDRO RAMOS DE SOUZA**

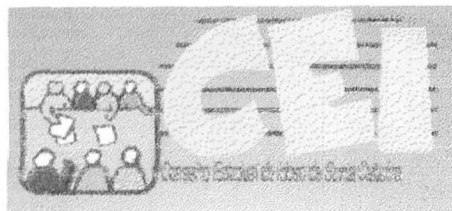
Suplente: **ANA MARIA DA SILVA**

3. Fundação Nova Vida

Titular: **ZILAH BARBOSA MARCHESINI**

Suplente: **REGINA MARIA GONZAGA SAMPAIO**

ANEXO K – Resoluções Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina 2003/2004



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO CEI/SC nº 003/2003, de 18 de dezembro de 2003.

Aprova encaminhamento de Moção ao CNDI tratando de indicativos para Conferência de Assistência Social e Conferência da Saúde

O Plenário do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, ouvido os Grupos de Trabalho, e tendo por fundamento suas atribuições legais e regimentais,

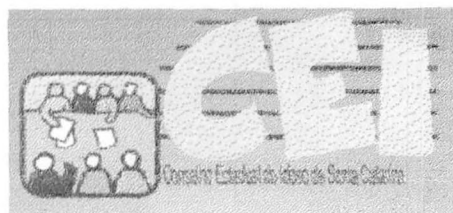
RESOLVE:

Art. 1º. - **Aprovar** MOÇÃO indicativo para imperiosidade da realização de reunião conjunta Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e Conselho Nacional de Assistência Social para tratar do Fundo Nacional do Idoso e outros direitos garantidos aos idosos no âmbito da Assistência Social;

Art. 2º. - **Aprovar** MOÇÃO indicativo para imperiosidade da realização de reunião conjunta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e Conselho Nacional de Saúde para tratar dos direitos garantidos aos idosos na área da Saúde, pela Lei Federal n. 10.741, de 01 de outubro de 2003;

Saia de Sessões, 18 de dezembro de 2003.

HÉLIO ABREU FILHO
Presidente do CEI/SC



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Resolução CEI/SC/SDS nº 02/2004, de 17 de fevereiro de 2004.

Estabelecer forma de participação do idoso no custeio da entidade de curta ou de longa permanência

O Plenário do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC, em reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2004, no uso da competência que lhe confere o parágrafo único do Artigo 35 e parágrafos, da Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º. - **Fixar** a participação financeira do idoso no custeio da entidade em até 70% (setenta por cento) do valor do **benefício de assistência social (BPC)**;

Art. 2º. - **Permitir** ao curador transferir até 100% (cem por cento) dos recursos do idoso curatelado, para administração da entidade, desde que comunicado o fato ao representante do Ministério Público local;

Art. 3º. - **Fixar** a participação financeira do idoso no custeio da entidade em 70% (setenta por cento) do **benefício previdenciário**, salvo quando tratar-se de valor superior a 5 (cinco) salários mínimos, quando o acordo será livre entre as partes, não excedendo contudo, a 70% (setenta por cento);

Art. 4º. - **Determinar** que os contratos-tipo devam ser encaminhados para conhecimento do representante do Ministério Público local, e nele devem estar explícitas as responsabilidades exclusivas da entidade e a dos órgãos governamentais naquilo lhes couber garantir (Estatuto do Idoso e legislação afeta), bem como, as obrigações do idoso.

Sala de Sessões, 17 de fevereiro de 2004.

HÉLIO ABREU FILHO
Presidente do CEI/SC

ANEXO L – Cronograma de Eventos/ Conferências/ Encontros CEI/SC - 2004



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOGRAMA DE EVENTOS CEI/SC – 2004

1. EVENTO ESTADUAL

EVENTOS	DATA/HORÁRIO	LOCAL	PROMOTORES	PAUTA
TELE ENCONCRO SOBRE O CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	15/JUN/2004 14:00 hs	FLORIANÓPOLIS (Centro Administrativo do Governo do Estado)	> CEI/SC > SDS PARTICIPANTES: > SDR's > CRI's > Associações de Municípios > Conselhos Municipais > Universidades	> PLANO DE AÇÃO DO CEI/SC > PROTOCOLO DE INTENÇÕES > CONVÊNIO COM O MP > ESTATUTO DO IDOSO > COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DA PNI

2. EVENTOS REGIONAIS

EVENTOS	DATA/HORÁRIO	LOCAL	PROMOTORES	PAUTA
1. ENCONTRO MESO-REGIONAL SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO E ESTATUTO DO IDOSO	02/JUN/2004 08:00 hs ms 18:00 hs	JOAÇABA	> SDS > CEI/SC > SDR JOAÇABA > SDR CAMPOS NOVOS > SDR VIDEIRA > CRI JOAÇABA > CRI VIDEIRA > AMARP > AMMOC > AMPLASC	> ESTATUTO DO IDOSO > ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO NOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO O POSSUEM > CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE CAMPOS NOVOS > POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO/ PROTOCOLO DE INTENÇÕES/TERMO DE COMPROMISSO PARA IMPLANTAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS > CONVÊNIO CEI-SC/MP PARA FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO > ENCAMINHAMENTO REGIONAL
2. ENCONTRO MESO-REGIONAL SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO E ESTATUTO DO IDOSO	22/JUN/2004 08:00 hs ms 18:00 hs	MARAVILHA	> SDS > CEI/SC > SDR MARAVILHA > SDR SÃO MIGUEL D'OESTE > SDR SÃO LOURENÇO D'OESTE > SDR PALMITOS > CRI MARAVILHA	> ESTATUTO DO IDOSO > ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO NOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO O POSSUEM > CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DA REGIÃO DE SÃO LOURENÇO D'OESTE > CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DA REGIÃO DE PALMITOS > IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DA REGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE

				➤ ENCAMINHAMENTO REGIONAL
6. ENCONTRO MESO-REGIONAL, SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO E ESTATUTO DO IDOSO	08/JUL/2004 08:00 hs as 18:00 hs	BLUMENAU	➤ SDS ➤ CEE/SC ➤ SDR BLUMENAU ➤ SDR ITAJAI ➤ SDR BRUSQUE ➤ SDR IBIRAMA ➤ CRI BLUMENAU ➤ CRI ITAJAI ➤ AMDAVI ➤ GRANTPOLIS ➤ AMERI ➤ AMAVI	➤ ESTATUTO DO IDOSO ➤ ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO NOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO O POSSUEM ➤ CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE BRUSQUE ➤ CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE IBIRAMA ➤ POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO/ PROTOCOLO DE INTENÇÕES/TERMO DE COMPROMISSO PARA IMPLANTAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS ➤ CONVÊNIO CEE-SC/MP PARA FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO ➤ ENCAMINHAMENTO REGIONAL
7. ENCONTRO MESO-REGIONAL, SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO E ESTATUTO DO IDOSO	13/JUL/2004 08:00 hs as 18:00 hs	CAÇADOR	➤ SDS ➤ CEE/SC ➤ SDR CAÇADOR ➤ SDR CURITIBANOS ➤ AMURC ➤ AMARI	➤ ESTATUTO DO IDOSO ➤ ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO NOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO O POSSUEM ➤ CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE CAÇADOR ➤ CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE CURITIBANOS ➤ POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO/ PROTOCOLO DE INTENÇÕES/TERMO DE COMPROMISSO PARA IMPLANTAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS ➤ CONVÊNIO CEE-SC/MP PARA FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO ➤ ENCAMINHAMENTO REGIONAL
8. ENCONTRO MESO-REGIONAL, SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO E ESTATUTO DO IDOSO	14/JUL/2004 08:00 hs as 18:00 hs	LAGES	➤ SDS ➤ CEE/SC ➤ SDR LAGES ➤ SDR SÃO JOAQUIM ➤ CRI LAGES ➤ AMURES	➤ ESTATUTO DO IDOSO ➤ ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO NOS MUNICÍPIOS QUE AINDA NÃO O POSSUEM ➤ CRIAÇÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO IDOSO DE SÃO JOAQUIM ➤ POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO/ PROTOCOLO DE INTENÇÕES/TERMO DE COMPROMISSO PARA IMPLANTAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS ➤ CONVÊNIO CEE-SC/MP PARA FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO ➤ ENCAMINHAMENTO REGIONAL
9. ENCONTRO	15/JUL/2004	RIO DO SUL	➤ SDS	

				AÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO ➤ ENCAMINHAMENTO REGIONAL
--	--	--	--	---

3. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS

3.1 – Capacitação dos Conselheiros Estaduais

EVENTOS	DATA/HORARIO	LOCAL	PROMOTORES	PAUTA
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEL/SC	07 e 08 JUN/2004	FLORIANÓPOLIS (Hotel Contoça Ilha – Ponta das Canas)	➤ SDS ➤ CEL/SC	➤ ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ➤ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ➤ MISSÃO DO CONSELHO ➤ PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ➤ ORÇAMENTO DO CONSELHO ➤ PROCESSO DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SUA INTERFACE COM OS DIREITOS DO IDOSO ➤ PROTEÇÃO ESPECIAL E OS MECANISMOS DE EXIGIBILIDADE DE DIREITOS

3.2 – Capacitação Dos Conselheiros Municipais

EVENTOS	DATA/HORARIO	LOCAL	PROMOTORES	PAUTA
SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO	21 e 22 OUT/2004	FLORIANÓPOLIS (HOTEL CASTELMAR)	➤ SDS ➤ CEL-SC ➤ MP/SC	➤ ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ➤ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ➤ MISSÃO DO CONSELHO ➤ PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ➤ ORÇAMENTO DO CONSELHO ➤ PROCESSO DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SUA INTERFACE COM OS DIREITOS DO IDOSO ➤ PROTEÇÃO ESPECIAL E OS MECANISMOS DE EXIGIBILIDADE DE DIREITOS

4. EVENTO: JOGOS DE INTEGRAÇÃO – IDOSOS REGIONAIS ESTADUAL/ESTADUAL/REGIÃO SUL

EVENTOS	DATA	LOCAL	PROMOTORES	PAUTA
JIDOS REGIONAIS				
JIDOS ESTADUAL				
JIDOS REGIÃO SUL				